

RAÍZES E RUMOS

ISSN: 2317-7705 online

A curricularização da Extensão Universitária:
avanços e desafios

v.11, n.1, janeiro / junho 2023





REITOR

Prof. Dr. José da Costa Filho

VICE-REITORA

Profa. Dra. Bruna Silva do Nascimento

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dr. Jorge de Paula Costa Avila

DIRETOR DE EXTENSÃO

Prof. Me. Julio Cesar Silva Macedo

COORDENADORA DE CULTURA

Ma. Ana Carolina Carpintéro

EDITORES

Julio Cesar Silva Macedo

Rodrigo Fortes Mello

EDIÇÃO DE TEXTO

Ana Carolina Carpintéro

Camila Pereira Montovani

Marcus Vinicius Brito

Rodrigo Fortes Mello

REVISÃO DE TEXTO

Camila Pereira Montovani

CAPA

Rodrigo Fortes Mello

FOTO DE CAPA

Daniel Watson, no [Pexels](#)

DIAGRAMAÇÃO

Ana Carolina Carpintéro

Rodrigo Fortes Mello

RAÍZES E RUMOS

v.11 n.1 janeiro/junho 2023

Rio de Janeiro

ISSN 2317-7705 (online)

Raízes e Rumos	Rio de Janeiro	v.11	n.1	p.1 - p.137	Jan./Jun.2023
----------------	----------------	------	-----	-------------	---------------

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Raízes e rumos. — Vol. 1, n. 1 (2013-). — Rio de Janeiro :
UNIRIO, 2013- .
v. : il.

Semestral.

Revista oficial da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Inicialmente publicada em formato impresso pelo Departamento de Extensão, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ISSN 0104-7035 (impresso).

ISSN 2317-7705 (online)

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2. ENSINO. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Ficha catalográfica elaborada por Naira Silveira – CRB-7 6250

SUMÁRIO

Editorial

- A curricularização da Extensão Universitária: avanços e desafios.....8**
Jorge de Paula Costa Avila, Julio Cesar Silva Macedo, Fernanda Coutinho Sabino Scoralick, Rodrigo Fortes Mello

Artigos Originais

- Curricularização da Extensão: desafios da implementação e a potência de inovação e inclusão social em uma Universidade Pública Federal.....9 a 26**
Mary Ann Menezes Freire, Ricardo Silva Cardoso, Valter Gabriel da Rocha da Silva, Marianna Abreu Lucchesi de Albuquerque

- Os caminhos da curricularização na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.....27 a 47**
Michele de Oliveira Jimenez, Kelly Daiane Sossmeier, Rosilene Alves da Silva Vitorini, Noemi Ferreira Felisberto Pereira

- A curricularização da extensão na UFPE: estudo de caso do curso de Fonoaudiologia.....48 a 70**
Fábio Albert Mesquita, Ana Cláudia de Carvalho Vieira, Rafaella Correia e Silva Travassos

Relatos de Experiência Extensionista

- Abraçando a sociedade: ações extensionistas do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da UNIRIO (2017-2020).....71 a 80**
Leonardo Mattietto

- Almanaque PET-Saúde UNIFESO: conhecimento gera notificação.....81 a 93**
Isabela da Costa Monnerat, Danielle de Paula Aprigio Alves, Ana Cassia Gonzalez dos Santos Estrela, Marina Nascimento Evangelista, Eduardo Rebello Pimentel, Nathalia da Silva Pittzer de Anchieta, Julia Marassi Granito, Livia Mendes Barboza Lourenço, Raphael Binenbojm, Maria Clara Ferreira dos Santos Vieira, Maria Eduarda Papera Paiva, Tayná Livia do Nascimento, Mariana Tayt-Sohn Martuchelli Moço

- Unifesp atua com a maior ocupação cultural da América Latina: Laboratório de História da Arte se desdobra em extensão colaborativa com artistas-ativistas.....94 a 107**
Vinicius Spricigo, Pedro Arantes, Amanda Ferreira, Bárbara Góes, Marcelo Lauton, Patrícia Antunes, Sol Emanuel

Curricularização da extensão em um curso de Engenharia Elétrica: relatos de uma experiência em construção e de desafios ainda a serem vencidos.....108 a 115
Anderson Bertoldi, Laline Broetto

Bioquímica Solidária: relato de experiência na pauta da curricularização da extensão.....116 a 126
Maycon Douglas Paixão Xavier, Carmem Lygia Burgos Ambrósio, Raquel Araújo de Santana

Tecnologias em saúde: produção entre universidade, serviço e comunidade.....127 a 136
William Glemerson de Souza Domingos, Alvaro Luis da Silva Bello Ferreira, Alexia Gabriele de Oliveira Sobreira, Andressa Teoli Nunciaroni, Arlene Souza Lopes, Beatriz Arcanjo de Almeida, Vanessa de Almeida Ferreira Corrêa



Editorial

A curricularização da extensão foi definida no Plano Nacional de Educação (PNE) e regulamentada por uma resolução do Ministério da Educação em 2018. Ela prevê, entre outras questões, que a partir deste ano 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação devem ser compostos por atividades de extensão. Em instituições de todo país, a meta já vem sendo discutida e implantada, embora de modo descentralizado e em estágios diferentes entre as universidades.

A demanda pela curricularização da extensão parte do entendimento de que a Extensão Universitária é uma dimensão da educação que pode articular de forma potente o ensino e a pesquisa, fortalecendo a construção conjunta de saberes com a sociedade. Neste sentido, o processo de creditação da extensão pode levar a uma transformação importante nas maneiras de se pensar, criar e organizar os componentes curriculares.

Dispondo-se a fomentar as reflexões sobre a criação desse novo paradigma na educação brasileira, este número da Raízes e Rumos concentra artigos e relatos de experiência em torno do tema “A curricularização da Extensão Universitária: avanços e desafios”. Os textos abordam descrições de processos concluídos ou em andamento nas instituições, pretensões e resultados para discentes de graduação e pós-graduação atuantes na extensão, contribuições para a futura atuação profissional desses estudantes, desafios e resultados de experiências de creditação, entre outros aspectos relacionados.

As páginas a seguir expressam o produto do trabalho meticuloso de autores de diversas instituições, bem como de nossos pareceristas, conselho editorial e equipe técnica, a quem agradecemos pela colaboração imprescindível para assegurar o nível de qualidade dessa publicação.

Ótima leitura!

Jorge Avila - Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Julio Macedo - Diretor de Extensão e editor da Raízes e Rumos

Fernanda Sabino - Produtora cultural

Rodrigo Fortes - Produtor cultural e editor da Raízes e Rumos



Curricularização da Extensão: desafios da implementação e a potência de inovação e inclusão social em uma Universidade Pública Federal

Extension Curriculum: challenges of implementation and the power of innovation and social inclusion in a Federal Public University

Mary Ann Menezes Freire¹

Ricardo Silva Cardoso²

Valter Gabriel da Rocha da Silva³

Marianna Abreu Lucchesi de Albuquerque⁴

Resumo

Reconhecendo a importância do tema e da transformação proposta pelo atual Plano Nacional de Educação e pelo entendimento das práticas extensionistas, esse texto objetiva descrever o processo de planejamento e implementação da curricularização da extensão na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), assim como discutir os desafios e oportunidades para inovação e inclusão social no contexto da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Esta análise é de cunho qualitativo, bibliográfico e documental. Inicia-se fazendo uma abordagem a respeito da estratégia de curricularização da extensão universitária, refletindo sobre o impacto da prática extensionista no ensino e na pesquisa. Posteriormente, aborda-se o processo de construção teórico-administrativo na UNIRIO sobre a temática, de forma a estruturar caminhos para implementação da extensão nos currículos. Por fim, discute-se os desafios e oportunidades para inovação e inclusão social no contexto da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Palavras-chave: Relações comunidade-instituição. Inclusão social. Extensão universitária.

Abstract

Recognizing the importance of the theme and the transformation proposed by the current National Education Plan and the understanding of extensionist practices, this text aims to describe the process of planning and implementing the extension curriculum at the Federal University of the State of Rio de Janeiro, as well as how to

¹ Docente do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - mary.freire@unirio.br

² Docente do Departamento de Ecologia e Recursos Marinhos da UNIRIO - rcardoso@unirio.br

³ Enfermeiro e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF) da UNIRIO - valterrochacf@gmail.com

⁴ Mestranda do PPGENF da UNIRIO - mariannalucchesi@edu.unirio.br



discuss the challenges and opportunities for innovation and social inclusion in the context of inserting extension in the curriculum of undergraduate courses. This analysis is qualitative, bibliographical and documental. It begins with an approach to the curricularization strategy of university extension, reflecting on the impact of extension practice on teaching and research. Subsequently, the theoretical-administrative construction process at UNIRIO on the subject is addressed, in order to structure paths for implementing extension in the curriculum. Finally, challenges and opportunities for innovation and social inclusion are discussed in the context of insertion of extension in the curriculum of undergraduate courses.

Keywords: Community-Institutional Relations. Social inclusion. University extension.

1 Introdução

Resgatar a história da extensão universitária brasileira nos remete, com frequência, a conceitos e conexões com práticas assistencialistas ou mercantilistas (COSTA, 2019). No entanto, no Plano Nacional de Educação (PNE), período 2014-2024 (BRASIL, 2014), a extensão universitária fortalece suas implicações de qualificação pedagógica alinhadas às demandas da sociedade e à estrutura curricular.

O atual PNE (2014–2024) entrou em vigor após ser sancionada a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), sendo o segundo PNE brasileiro aprovado por lei. O PNE é um documento que estabelece metas e estratégias que têm por finalidade direcionar esforços para a melhoria da qualidade e da oferta da educação escolar num prazo de dez anos, a partir da implantação e implementação de políticas públicas para este fim (YAEGASHI *et al.*, 2020).

Compreendendo os planos nacionais de educação como política pública, podemos concluir que o atual PNE é constituído por uma estrutura com diversos componentes (objetivos, indicadores, metas e estratégias), repletos de intencionalidades e direcionamentos que objetivam atender a diferentes interesses de variados atores e grupos que participaram de sua formulação. Dessa forma, sua publicação e toda a sua vigência, deveriam guiar as ações e fortalecer o mesmo enquanto uma política de Estado (ECHALAR; LIMA; OLIVEIRA, 2020).



Em 2001, o Plano Nacional de Educação 2001-2010 (Lei Federal nº 10.172/2001) já havia sinalizado, em sua Meta 23 para a educação superior, a necessidade de ter a atuação dos estudantes em atividades de extensão com o mínimo de dez por cento do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País (BRASIL, 2001). Entretanto, muitos limites foram encontrados para a aplicação deste item da política, entre eles: o conservadorismo universitário; a falta de recursos financeiros e organizacionais; a dificuldade de normatizar e implantar as ações de extensão nos currículos, de forma transversal e conectada; a não pontuação da extensão nos currículos docentes para ascensões funcionais e a definição da alocação dessas atividades para os docentes (FORPROEX, 2012).

A referida Meta foi reafirmada na Estratégia 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que visa “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

A extensão deve então ser fortalecida como fio condutor entre ensino e pesquisa, além de ter a potência de propiciar uma relação transformadora entre universidade e sociedade. Isto coaduna com a percepção do FORPROEX (1987, p. 12) de que a extensão deve ser um “processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, tornando-se parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica.”.

Essa relação é considerada como oportunidade de aprendizado para os docentes e discentes, que devem levar de volta à universidade o saber aprendido e estabelecer uma reflexão teórica, para que se produza um novo conhecimento, baseado no confronto entre teoria e prática. Esse processo, que possibilita a troca de saberes acadêmico e popular, permite, além do confronto da teoria com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade no processo de construção e atuação da universidade (RENEX, 2001 *apud* KOGLIN; KOGLIN, 2019).



Por isso, sua inserção nos currículos dos cursos de graduação requer um repensar o saber-fazer extensionista, de modo a potencializar as possibilidades e dimensionar as dificuldades no processo de planejamento e estruturação das estratégias para inserção das práticas extensionistas nos projetos pedagógicos dos cursos (COSTA, 2019).

Reconhecendo a importância do tema e da transformação proposta pelo atual PNE e pelo entendimento das práticas extensionistas, esse texto objetiva descrever o processo de planejamento e implementação da curricularização da extensão na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), assim como discutir os desafios e oportunidades para inovação e inclusão social no contexto da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Esta análise é de cunho qualitativo, bibliográfico e documental. A análise documental teve como base a Lei nº 13.005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024; a Lei nº 10.172/01, que aprovou o PNE para o período compreendido entre 2001-2011; o Guia para Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação na UNIRIO, anexo da Resolução SCS nº 5.484, de 27 de janeiro de 2022, entre outros. A triangulação bibliográfica se deu através de artigos recentes sobre a temática, de cunho conceitual e também através de relatos de experiências.

Em um primeiro momento, faz-se uma abordagem a respeito da estratégia de curricularização da extensão universitária, refletindo sobre o impacto da prática extensionista no ensino e na pesquisa. Posteriormente, aborda-se o processo de construção teórico-administrativo na UNIRIO sobre a temática, de forma a estruturar caminhos para implementação da extensão nos currículos. Por fim, discutem-se os desafios e oportunidades para inovação e inclusão social no contexto da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.



2 Curricularização da extensão na UNIRIO: estímulo à ressignificação de conceitos e práticas

A estratégia 12.7 do PNE 2014-2024 mobiliza e inspira todos os que defendem uma concepção de educação superior orientada para além da formação profissional. Parte-se do conceito de extensão defendido pelo FORPROEX (2012) enquanto processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e indispensável à formação cidadã. A partir dessa concepção de extensão, propõe-se a alteração da forma rígida dos cursos para uma flexibilização curricular calcada no compromisso social e na responsabilidade ético-política das universidades com a sociedade brasileira (IMPERATORE; PEDDE, 2015).

Pensar a curricularização da extensão nos cursos de graduação é pensar a extensão permeada nos componentes curriculares e não como um componente curricular específico.

O primeiro passo para compreender a proposta é entender que a extensão passa a ser um elemento que tem que fazer parte do currículo do curso, de forma transversal, e ter um papel formativo.

Inserir a extensão em uma matriz curricular reforça o preceito constitucional da indissociabilidade. A estratégia permite romper com a velha ideia de que pesquisa produz conhecimento, ensino difunde conhecimento para os estudantes e extensão difunde conhecimento para a comunidade externa. É muito mais do que isso, pois quando estamos no encontro com as comunidades diversas também produzimos conhecimento.

Desse encontro de saberes – saberes da comunidade universitária com os saberes das outras comunidades que nos encontram – surgem novos saberes, portanto também há produção de conhecimento por meio da extensão que pode e almeja-se que retroalimente o ensino e a pesquisa (PANSARELLI, 2021).



O segundo grande passo nessa compreensão, o mais importante, é conceber a curricularização da extensão como uma potente estratégia de transformação de práticas pedagógicas.

O grande desafio é substituir a construção dos conhecimentos a partir de metodologias tradicionais de ensino por estratégias criadas a partir de práticas extensionistas. Repensar práticas docentes, disciplinas já existentes e conteúdos tradicionalmente elaborados em sala de aula nos provoca a olhar para nossas práticas de uma forma diferente. Curricularizar a extensão é sinônimo de transformação.

A natureza da atividade extensionista requer uma postura sensível, aberta à inter e à transdisciplinaridade, pois se consolida por meio do diálogo plural e do respeito à alteridade. Uma postura que se tece nas experiências vividas e sentidas junto com a sociedade e, justamente por isso, possível de ressignificar as práticas de formação nos campos do ensino e da pesquisa.

A extensão provoca professores e alunos a saírem do formato do ensino-aprendizagem transmissivo e linear, assim como da pesquisa que se encerra na constatação de um fenômeno para aprofundarem-se em outras possibilidades formativas, ampliadas pela perspectiva de outras formas de relação com o conhecimento e com o processo de formação (SILVA, 2017).

Mais do que nunca a premissa proposta por Guimarães Rosa, de que mestre é aquele que aprende, se torna própria, pois educar no que concerne à Universidade deveria tratar-se de algo além do “conteudismo” acadêmico. Deveria tratar-se sim, de dividirmos uns com os outros as nossas experiências humanas, nossas vivências, hábitos e valores. Isso permitiria que as pessoas se solidarizassem entre si, ao perceberem via este contato que as diferenças podem não passar de semelhanças (MEDEIROS, 2017, p. 14).

A compreensão dessas conexões permite pensar a proposta como uma estratégia que possibilita que o estudante seja o protagonista de sua formação para o desenvolvimento profissional, assim como uma formação cidadã, permitindo um autorreconhecimento como agente de garantia de direitos, deveres e de transformação social (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).



Dessa forma, entende-se que inserir a extensão nos currículos dos cursos de graduação deve ser motivado para além de uma normativa, considerando que a extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, entre as funções da universidade. Ela deve ser incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos.

Além disso, a educação precisa ser integral e não fragmentada, e o princípio da integralidade é fundamental ao se pensar sobre a extensão. É preciso conectar os três pilares da universidade para que se possa contemplar uma formação de fato integral.

Por fim, o currículo não pode ser visto apenas como a soma de um conjunto de disciplinas. Ele deve traduzir um projeto político pedagógico integrado. Por isso, um dos principais desafios da curricularização da extensão está na superação de uma prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática integral e integradora (FREIRE; MACEDO *et al.*, 2022).

Considerando outros pressupostos - igualmente fundamentais para a formação do estudante, para construção do conhecimento e para a comunidade - tais como a interprofissionalidade, a flexibilidade curricular, o impacto na formação do estudante, a transformação social e a própria função social da universidade, a curricularização da extensão constitui-se um desafio para as universidades, considerando que um novo olhar para os currículos dos cursos de graduação passa a ser um movimento necessário.

Revisar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), atribuindo novos significados ao saber-fazer para consolidar nestes a articulação entre ensino, pesquisa e extensão por meio de componentes curriculares obrigatórios, tem sido a maior provocação nesse cenário de práticas tradicionais de ensino.

É fundamental destacar ainda nesse contexto, que a reforma nos PPCs não deve ser entendida como aumento da carga horária do currículo, ou acréscimo de algo, mas sim como a qualificação do que já existe, através da articulação entre os elementos ensino e pesquisa às demandas da comunidade, sem perder de vista todos os demais pressupostos já mencionados (PEREIRA; VITORINI, 2019).



3 Estratégias para implementação da curricularização da extensão na UNIRIO: a tessitura do caminho

Apesar da existência de algumas normativas institucionais internas que tratavam da curricularização da extensão, em 2021, com a proximidade do prazo para atendimento à meta, a UNIRIO pouco havia avançado.

Diante desse cenário, a gestão superior da Universidade instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para discutir e pensar estratégias para a operacionalização da curricularização da extensão. Mais que atender uma meta, o movimento expressou a afirmação do compromisso da Universidade com a sociedade, por meio do reconhecimento da extensão como componente formativo do estudante.

O grupo instituído em março de 2021, através da Portaria GR nº 212, de 30 de março de 2021, destacou-se pela sua composição interdisciplinar, com representações de todos os Centros Acadêmicos, além da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC).

Com o início das atividades, definiram-se as etapas do processo de trabalho:

- I. Fase de estudo: levantamento e estudo dos marcos legais; levantamento de programas/projetos cadastrados na PROEXC; levantamento de informações, através de questionários virtuais, enviados aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e Coordenações de Curso, Chefes de Departamento, Coordenadores de Programas/Projetos de Extensão e discentes (Graduação e Pós-Graduação);
- II. Fase de proposição: construção do guia e resolução; planejamento e operacionalização do GT itinerante para trocas e discussão com toda a comunidade acadêmica; realização de eventos internos;
- III. Fase de curricularização (atual): fase de apoio às demandas/dúvidas.



O trabalho coletivo e interdisciplinar, a busca de experiências de outras universidades, o diálogo com setores da universidade envolvidos nesse processo (PROGRAD, PROEXC e DTIC) e a disponibilidade de escuta e trocas com toda a comunidade universitária consolidaram-se como fio condutor dos trabalhos do GT.

Foram pensados e discutidos três possíveis caminhos para inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade. Caminhos diversos e potentes, possibilitando uma normatização administrativa fundamental para estruturação do sistema de informação, mas sem enrijecer e sem limitar os cursos à uma única alternativa.

Nesse processo de construção de caminhos possíveis e viáveis, o fio condutor foi pensar a extensão como parte da formação, costurada ao longo das redes curriculares, se destacando como estratégia de construção de conhecimentos, que antes eram debatidos através de metodologias de ensino tradicionais, na maioria das vezes, dentro das salas de aula.

A primeira possibilidade prevê o reconhecimento de carga horária extensionista em componentes curriculares já existentes. A segunda estratégia permite a criação de componentes curriculares com foco na construção de conhecimentos pertinentes à formação através de práticas extensionistas. Esta sempre foi e continua sendo divulgada como um alerta, para não se perder do seu objetivo e tornar-se algo a parte do restante do currículo, mantendo, assim, a extensão no lugar em que ela já se encontra.

Por fim, o terceiro caminho conecta duas estratégias: o reconhecimento de pelo menos cinco por cento da carga horária total do curso em práticas extensionistas como componentes curriculares já existentes. Os outros cinco por cento, para completar o mínimo de dez por cento de práticas extensionistas, podem ser alcançados através da Unidade Curricular Especial de Extensão, onde o aluno fica livre para buscar projetos e/ou programas de extensão, na UNIRIO ou em outras instituições, nos temas que lhe atraem na perspectiva da sua formação e do futuro que este projeta para si.

Ou seja, há três diferentes caminhos, potentes, elásticos, transformadores e produtores de protagonismos diversos. As três possibilidades de curricularização da



extensão na UNIRIO foram amplamente debatidas com a comunidade acadêmica para que fosse possível a percepção e/ou captação das demandas, das particularidades, das fragilidades, das críticas e das contribuições.

Desse processo de trocas, considerou-se a proposta do GT que consolidou esses três caminhos para a extensionalização do currículo, de forma detalhada, através de um guia institucional com exemplos e seus impactos para os cursos que optassem por cada um deles.

Importante destacar que curricularizar a extensão não faz desaparecer suas demais formas de existir. Reforçou-se, durante todo o processo, a manutenção da extensão através de projetos, programas, eventos e cursos, de forma autônoma.

O trabalho do GT se consolidou em sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), com a aprovação da Resolução SCS nº 5.484, de 27 de janeiro de 2022, proposta pelo GT, que dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tendo como anexo o Guia para Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação na UNIRIO.

As trocas atuais com o DTIC para operacionalização, via sistema de informação, das reformas curriculares que já se concretizam com uma das propostas de curricularização da extensão disponibilizadas institucionalmente têm sido o estímulo que constitui a reta final dessa primeira etapa de construção.

Contemplar os 'novos' currículos com atividades extensionistas de forma transversal no processo formativo, provocando, conectando e desafiando cada um de nós é a etapa que está por vir, pela qual estamos ávidos.

4 Curricularização da extensão: desafios, conexões e potência de inovação e inclusão social

Alguns estudos sinalizam a transição da exclusão social para a inclusão social no cerne da inovação social, onde a desigualdade e os contrastes entre certos grupos de pessoas e/ou territórios, em diversas áreas da sociedade, é transformada por meio



de mudanças em setores, como por exemplo, o educacional onde destacam-se as IFES e o papel da extensão (CAJAIBA-SANTANA, 2013 *apud* KANGERSKI *et al.*, 2022).

A inclusão social visa o acesso aos benefícios de bens e serviços a públicos excluídos ou marginalizados pelas questões de preconceito, gênero, nacionalidade, deficiência e idade. A inovação social traz intrínseco ao seu próprio conceito a fluidez do seu propósito principal que almeja um bem maior à sociedade. Sua ação também visa contemplar demandas sociais de grupos mais vulneráveis, muitas vezes deixados em segundo plano pelo mercado ou políticas públicas. A curricularização da extensão, por sua vez, traz a possibilidade de diferentes áreas das Instituições de Ensino Superior transbordarem seus conhecimentos à sociedade (KANGERSKI *et al.*, 2022, p. 94).

Entendendo as transformações que acontecem nas interfaces entre os diferentes atores sociais, observa-se um importante papel das universidades como agregadoras, difusoras e promotoras de pontes para as inovações sociais (KANGERSKI *et al.*, 2022).

O tratamento e as formas de atuação no ensino superior acerca do tema inovação social provoca reflexões, discussões e práticas que asseguram a diversidade, a inclusão e a cidadania. Dessa forma, a comunidade pode ser percebida como potência de encontros de aprendizagem e de construção de conhecimentos e parcerias, fundamentais para conectar a dimensão social da universidade com os aspectos de desenvolvimento sustentável (ELLIOTT, 2013).

Tendo como ponto de partida a prática do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reconhece-se que os espaços conquistados atualmente pela extensão universitária são atividades de cunho formativo.

No entanto, considerando a organização do âmbito interno administrativo, tomando como referência, neste caso a UNIRIO, esse reconhecimento acaba por não se configurar de fato como um diálogo devidamente estabelecido com o ensino e com a pesquisa. À vista disso, considera-se necessário avançar na compreensão dos conceitos e na prática da extensão como um princípio filosófico, político e metodológico que



permeia o ensino e a pesquisa com o mesmo peso e relevância (GONÇALVES, 2015 *apud* KANGERSKI *et al.*, 2022).

A inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação pode favorecer esse cenário. Pensar estratégias que possibilitassem a curricularização da extensão envolve a análise e o reconhecimento da realidade da UNIRIO: uma universidade conhecida pela diversidade de seus cursos, demandas de formação, docentes, técnicos e discentes.

A curricularização da extensão pode acontecer por diversos caminhos. A intenção da organização desse processo foi apresentar possibilidades, para que os cursos pudessem discutir e refletir sobre o que mais se adequa às suas propostas curriculares e ideias pedagógicas.

Um dos maiores desafios foi atentar para o fato de não se considerar adequado, pelo distanciamento da proposta, o engessamento da extensão em uma disciplina única, em um formato exclusivo na sua execução. Destacar a valorização da extensão e a sua flexibilidade/plasticidade, justamente para que ela não fique penosa e muito menos distanciada do processo formativo, ainda requer esforços.

Até o presente momento se constitui um problema a instituição de um modelo, de uma forma única de se praticar essa transformação. Entende-se que, como a extensão é moldável, ela é possível de ser adaptada a qualquer curso, a qualquer estudante e em qualquer realidade.

O Grupo de Trabalho, após todo esse processo de construção coletiva, recomendou ainda à PROEXC a organização de cursos, oficinas e/ou seminários sobre práticas extensionistas no contexto da curricularização da extensão, possibilitando o aprimoramento e a instrumentalização de docentes e técnicos envolvidos com programas e projetos de extensão, assim como os envolvidos no processo de curricularização da extensão na UNIRIO.

Aprofundar-se na história, conceitos e fundamentações da extensão no Brasil, suas conexões com a universidade pública e a sociedade é uma oportunidade de construção e troca de conhecimentos.



Possibilitar ainda, nesse contexto, exemplos de práticas extensionistas, assim como de processos de planejamento de disciplinas que terão práticas extensionistas incorporadas como práticas de ensino, permite um aprofundamento e uma qualificação na proposta de curricularização e integração entre docentes e técnicos de toda a universidade.

Dessa forma, a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação desafia as instituições de ensino superior brasileiras a ressignificarem seus conceitos e práticas extensionistas e, principalmente, as práticas de ensino, a estruturação curricular, e o papel formativo e da universidade na sociedade. Conseqüentemente, consolida-se como uma oportunidade para reformular os processos de formação nos cursos de graduação, saindo da esfera dicotomizada teoria-prática com a proposição de experiências integradas, de natureza interdisciplinar, político-educacional, cultural, científica e tecnológica (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).

Um currículo com experiências interdisciplinares diversas e integradas permitem uma conexão transformadora entre as instituições de ensino superior brasileiras e os diversos setores da sociedade, por meio da produção, da troca e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente e transversal com o ensino e com a pesquisa, de formas inovadoras (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).

Na concepção da extensão no sentido institucional, e não somente em sua inserção curricular, a comunidade deve ganhar um status mais ativo. Portanto, identificar o contexto, suas demandas, seus atores e suas inter-relações e integrá-los à construção de soluções coletivas, constituem-se como ações basilares para sua promoção (KANGERSKI *et al.*, 2022).

O campo da extensão universitária é a sociedade, não sob uma perspectiva hegemônica de “fazer para”, mas sobretudo, e de modo transdisciplinar, de “fazer com”, em que há uma construção coletiva, troca de saberes e aprendizados por parte de todos os atores envolvidos nesses encontros (MORAES; SILVEIRA, 2011 *apud* KANGERSKI *et al.*, 2022).



5 Tecendo considerações, distante de serem finais...

A evolução histórica da extensão universitária e do seu aparato legal no Brasil demonstra o esforço para que esta atividade não esteja em segundo plano nas estratégias de ações educativas do ensino superior e também para que a mesma transcenda o assistencialismo.

A proposta do PNE 2014-2024, no que diz respeito à curricularização da extensão, enfatiza a necessidade da integração de projetos e de programas de extensão ao currículo dos cursos de graduação como algo capaz de gerar transformações, de mobilizar forças que levem, de fato, a transformações sociais (COSTA, 2019).

Mas a crença nas potencialidades do fazer extensionista tem sido acompanhada de preocupação com problemas de gestão das ações e de uma possível banalização do papel da extensão universitária. Tais fatores têm colocado a questão no centro das discussões, até porque a curricularização da extensão nos cursos de graduação também suscita reflexões sobre o conceito de extensão e seu papel, assim como ajustes na estrutura organizacional das instituições de ensino superior e, ainda, revisões das práticas docentes (COSTA, 2019, p. 121).

A estratégia nos provoca a pensar mais adiante, para além dos desafios. Vislumbrar a qualificação do ensino superior pensando na sobrevivência das instituições públicas de ensino superior no Brasil.

Extensionalizar os currículos dos cursos de graduação é uma mudança de paradigma para que se possa pensar o futuro da educação pública com todas as potentes discussões de qualidade, socialmente referenciadas. Tudo isso para que seja possível a formação integral dos estudantes com a ideia da formação cidadã, integral, emancipatória e articulada por vários e diferentes saberes (SILVA, 2019).

Silva (2017, p. 359) destaca, de forma potente, o prólogo do livro que introduz ao pensamento de Paulo Freire (2001), chamando a atenção para um encontro com as conexões que se busca cotidianamente nas práticas formativas pelas/nas experiências das ações extensionistas: “um homem, uma presença, uma experiência”.



O fio que tece a extensão nos coloca em diálogo com o outro, com sua cultura, com suas redes de conhecimento. Nesse sentido, a extensão universitária promove o encontro entre as diferenças, como algo a ser valorizado e não dispensado e/ou ignorado, em um processo que só é possível na relação dentro e/ou fora da universidade (SILVA, 2017).

Apesar do assunto não ser tão novo, porém ainda carente de maiores aprofundamentos e trocas, fica o desafio do acompanhamento e da análise do processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação da UNIRIO, assim como nas demais IFES.

Pensar uma reforma curricular e todas as suas etapas conceituais, filosóficas, práticas e, não menos importante, administrativas - no âmbito do curso e da tramitação para aprovação dentro dos órgãos colegiados da instituição de ensino, é um trabalho coletivo, porém hercúleo.

A nível nacional, alguns desafios são comuns: a derrubada dos muros, do isolamento da educação e da universidade; a conexão necessária e urgente com a realidade, através da articulação entre teoria-prática, o respeito e valorização à diversidade de sujeitos e das práticas/conhecimentos; a perspectiva interdisciplinar; a ressignificação da universidade e dos projetos de curso; a concepção de redes curriculares a partir de atividades de ensino-pesquisa-extensão, que possibilitem uma formação diferenciada; e a necessária valorização dos núcleos de governança na universidade, com ênfase nos colegiados de curso e núcleos docentes estruturantes (IMPERATORE; PEDDE, 2015).

Desse modo, sinaliza-se a necessidade de estudos acerca dos modelos de implantação da curricularização da extensão no contexto brasileiro que discutam como as diversas experiências institucionais se conectaram com o ensino e a pesquisa e os frutos de sua decorrência. Se essas instigações já nos provocam hoje, quando saímos da nossa zona de conforto para incorporar na carga horária total do curso de graduação o mínimo de dez por cento de práticas extensionistas, imaginem quando ousarmos extensionalizar todas as universidades brasileiras... Certamente estamos



todos começando, plantando sementes... As flores e os frutos veremos no futuro e certamente nos provocarão a novos movimentos.

Referências

ALMEIDA, Sinara Monica Vitalino de; BARBOSA, Larissa Marcelle Vaz.

Curricularização da extensão universitária no ensino médico: o encontro das gerações para humanização da formação. Rev. bras. educ. med. 43 (1 suppl 1), 2019.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbem/a/DfkjtF6SgYzNFZKKXYLp85g/?lang=pt>>.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001 (2001). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014 (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. **Curricularização da Extensão: o desafio no contexto das licenciaturas.** Revista Panorâmica. Edição Especial, 2019, p. 109-124.

Disponível em:

<<https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1023>>.

ECHALAR, Jhonny David; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Plano Nacional de Educação (2014-2024) - o uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em educação. 28 (109), out.-dez. 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/9jYLqw4pbrgzjLZDf7YYygB/abstract/?lang=pt>>.

ELLIOTT, Geoffrey. **Character and impact of social innovation in higher education.** International Journal of Continuing Education and Lifelong Learning, v. 5, n. 2, p. 71-84, 2013. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/9844545.pdf>>.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf>.



FREIRE, Mary Ann Menezes; MACEDO, Júlio César Silva Macedo (Coordenadores). **Guia para Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação na UNIRIO.**

Anexo da Resolução SCS nº 5.484, de 27 de janeiro de 2022. Disponível em:

<<http://www.unirio.br/proreitoriadeextensaoecultura/curricularizacao-da-extensao/Res.SCS5.48427.01.2022CurricularizacaoDaExtensaoNosCursosdeGraduacaoDaUNIRIO1.pdf>>.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. "Curricularização" da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: **XIII Congresso latinoamericano de Extensión Universitaria**. Havana, 2015. Disponível em:

<https://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf>.

KANGERSKI, Fabiana de Agapito; PRIM, Márcia; MACHADO, Andrea de; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. **A curricularização da extensão como oportunidade para promoção da inovação social e inclusão social**. Inc.Soc., Brasília, DF, v. 14 n.1, p. 86-97, jan./jun. 2022. Disponível em:

<<https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/5891>>.

KOGLIN, Terena Souza da Silva; KOGLIN, João Carlos de Oliveira. **A importância da Extensão nas Universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso**. Revista Brasileira de Extensão Universitária. v. 10, n. 2, p. 71-78, mai.-ago. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658>>.

MEDEIROS, Márcia Maria de. **A Extensão Universitária no Brasil – um percurso histórico**. Revista Barbaquá/UEMS - Dourados - MS, v. 01, n. 01, p. 09-16, jan-jun. 2017. Disponível em:

<<https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447>>.

PANSARELLI, D. Mesa Redonda 12 "Extensão nos Currículos". 9º CBEU. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x_k7GKMr5J0&t=876s>.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; VITORINI, Rosilene Alves da Silva. **Curricularização da extensão: desafio da educação superior**. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.01-591, jan./jun. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047/16120>>.

SILVA, Etevaldo Almeida. **Editorial**. Revista Conexão UEPG, v. 13, n. 3, 2017. Disponível em:

<<https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/10397/5972>>.



SILVA, Etevaldo Almeida. **Curricularização da Extensão: possibilidades e caminhos para implementá-la.** *Experiência*, Santa Maria, UFSM, v. 5, n. 1, p. 8-14, jan./jul.

2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/56936/35909>>.

YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; OLIVEIRA, Lucilia Vernaschi; RUIZ, Nathália Fafarão; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. **Plano Nacional de Educação (2014-2024): reflexões sobre a alfabetização e o letramento.** *RPGE - Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2020.

Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12793>>.



Os caminhos da curricularização na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

The paths of the curricularization of extension at the Federal University of Latin American Integration

Michele de Oliveira Jimenez¹

Kelly Daiane Sossmeier²

Rosilene Alves da Silva Vitorini³

Noemi Ferreira Felisberto Pereira⁴

Resumo

O objetivo deste artigo é compartilhar a forma como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - está conduzindo o processo de inserção da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, apresentando como foi a construção das normativas específicas para a realidade da instituição e os fluxos a serem seguidos para tornar real a curricularização da extensão. O trabalho realizado envolveu etapas como pesquisa documental, relato de experiência e pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e quantitativa. Como resultado, esperamos contribuir para as reflexões sobre a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, de modo a compreender o papel da extensão, não apenas no âmbito universitário, mas na própria sociedade, considerando os impactos na formação de estudantes que, a partir de 2023, obrigatoriamente, deverão vivenciar atividades extensionistas durante a sua formação acadêmica.

Palavras-chave: Curricularização da extensão. Universidades. UNILA.

Abstract

The goal of this article is to share how the Federal University of Latin American Integration - UNILA - is leading the process of inserting the extension in the Pedagogical Projects of the Undergraduate Courses. The article presents how the construction of specific regulations took place, considering the reality of the institution, and the flows to be followed to make the curricularization of extension real. The work carried out involved stages such as documentary research, experience report and bibliographical research with a qualitative and quantitative approach. As a result,

¹ Técnica em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PROEX/UNILA) - mizinhajimenez@gmail.com

² Docente na UNILA - kelly.sossmeier@gmail.com

³ Pedagoga na PROEX/UNILA - vitorinirosi@gmail.com

⁴ Técnica em Assuntos Educacionais na PROEX/UNILA - noemi.ferreira@unila.edu.br



we hope to contribute to the reflections about insertion of extension in the curricula of undergraduate courses, in order to understand the role of extension, not only in the university scope, but in society itself, considering the impacts on the training of students who, from 2023 onwards, must experience extension activities during their academic education.

Keywords: Extension actions to curricula. Universities. UNILA.

1 Introdução

O presente artigo propicia a reflexão sobre o processo de curricularização da extensão no contexto intercultural da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - por meio de uma retrospectiva histórica do processo, bem como a apresentação do atual estágio da inserção da extensão nos currículos de graduação da instituição.

A UNILA, criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, fundamenta-se em um projeto de referência, de integração regional de forma solidária, consolidado pelas diversas línguas e culturas dos estudantes e servidores que convivem e compartilham do espaço acadêmico (UNILA, 2023).

De acordo com o Relatório de Gestão Integrado 2021, a UNILA “mantém seleções de discentes abertas a candidatos de diversos países da América Latina e do Caribe”, bem como para refugiados ou portadores de visto humanitário e indígenas, o que propicia um ambiente multicultural e plurilíngue (UNILA, 2021, p. 45).

Essa integração extrapola os muros da universidade, as barreiras de concreto e as fronteiras geográficas por meio das ações de extensão universitária voltadas ao diálogo com a sociedade e compartilhamento do conhecimento produzido.

A extensão da UNILA conta com uma caminhada de treze anos, com alguns marcos importantes, os quais foram descritos por Souza e Pereira (2015), com destaque para o Seminário de Extensão Universitária da UNILA - SEUNI, realizado em 2014, que teve como um dos resultados a primeira política de extensão da UNILA.

O *Guia da Curricularização da Extensão da UNILA* (PROEX/PROGRAD, 2022), elaborado pelas Pró-Reitorias de Extensão e Graduação, também destacou os grandes



marcos da extensão nesta universidade, como a realização do 35º Seminário de Extensão da Região Sul - SEURS, em 2017, realizado em conjunto com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, o Instituto Federal do Paraná - IFPR, a Itaipu Binacional, além de escolas públicas do município de Foz do Iguaçu-PR. O evento contou com a participação de mil e quinhentos extensionistas das diferentes universidades e instituições de ensino superior da região sul do Brasil e fomentou discussões acerca da internacionalização da extensão.

Embora seja reconhecida a importância dos marcos citados e de outros estudos que já se dedicaram à história da extensão e da curricularização na UNILA - como Souza e Pereira (2015), Vieira e Stoeckl (2021) e Pereira e Vitorini (2019) - foi escolhido como marco regulatório e temporal para este artigo, a publicação da Resolução nº 01/2021/COSUEN que regulamentou a inserção das atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos vinte e nove cursos de graduação da UNILA.

Por meio do estudo realizado (análise documental e revisão bibliográfica) são apresentados os documentos orientadores da inserção da extensão nos currículos, descrevendo como foram elaborados e implementados, considerando questões como: a realidade de uma universidade em contexto plurilíngue e multicultural de fronteira; a atuação da Pró-Reitoria de Extensão e da Pró-Reitoria de Graduação - junto aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) - para implementação da curricularização na UNILA; e a evolução da avaliação dos processos de adequação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade.

Diante deste estudo inicial, o que se pretende é favorecer a reflexão sobre os desafios e as possibilidades do processo de curricularização da extensão, partindo de uma trajetória materializada pelas práticas e pelos documentos normativos da UNILA.

2 Documentos orientadores da curricularização na UNILA

A Pró-Reitoria de Extensão e a Divisão de Acompanhamento de Ações de Extensão - DAAEX - estão trabalhando, colaborativamente, com a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD - e o Departamento de Normas e Desenvolvimento



Curricular - DENDC, além dos NDEs dos vinte e nove cursos de graduação, no intuito de tornar a prática extensionista parte do currículo de graduação. Toda a regulamentação relativa à temática foi construída ao longo de 2021 e está disponível no portal UNILA e pode ser consultada pelo link da seguinte página: Curricularização⁵.

Nesse sentido, “um dos grandes avanços capitaneado pela PROEX e pela PROGRAD foi a publicação da normativa e de documentos norteadores sobre a curricularização da extensão” (UNILA/PROEX, 2021, p. 4). Dentre os documentos orientadores - além da Resolução nº 01/2021/COSUEN - destacam-se: o Guia de Curricularização da Extensão (PROEX/PROGRAD, 2021); o Caderno de Perguntas e Respostas sobre a Curricularização (PROEX/PROGRAD, 2021); e a Instrução Normativa nº 02/2021/PROGRAD/UNILA. Todos os documentos foram construídos de forma colaborativa entre as duas Pró-Reitorias e tiveram o “intuito de auxiliar os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos de graduação da UNILA a proporem as alterações necessárias à inserção da extensão nos diferentes currículos” (JIMENEZ; STOECKL; SOSSMEIER, 2021, p. 474-475).

De acordo com essas autoras, a Resolução nº 01/2021/COSUEN foi construída pelas equipes da PROEX e da PROGRAD, por meio de um grupo de trabalho de servidores e da gestão, a fim de poder encaminhar uma minuta para ser discutida e aprovada pelas comissões superiores da UNILA. Para o desenvolvimento desta minuta, foram consultadas as instituições que já tinham implementado a curricularização da extensão ou estavam implementando, por meio de consulta aos sites institucionais e aos materiais disponibilizados pela Rede Nacional de Extensão - RENEX⁶. Em um primeiro momento, a minuta foi discutida com a equipe da PROEX para depois ser encaminhada às comissões superiores. Após amplo debate com a comunidade acadêmica por meio da Comissão Superior de Extensão - COSUEX, da

⁵ Todos os documentos poderão ser consultados neste link:
<<https://portal.unila.edu.br/proex/curricularizacaodaextensao>>.

⁶ A RENEX reúne diferentes materiais, como artigos ou as próprias normativas das instituições de ensino superior neste endereço:
<<https://drive.google.com/drive/folders/1frPSFZEs2s1e3eHYICWXLBEBAYqhNHBt>>.



Comissão Superior de Ensino - COSUEN e pela consulta pública sobre o documento citado, a minuta foi aprovada e se tornou a Resolução nº 01/2021/COSUEN (JIMENEZ; STOECKL; SOSSMEIER, 2021; UNILA/PROEX, 2021).

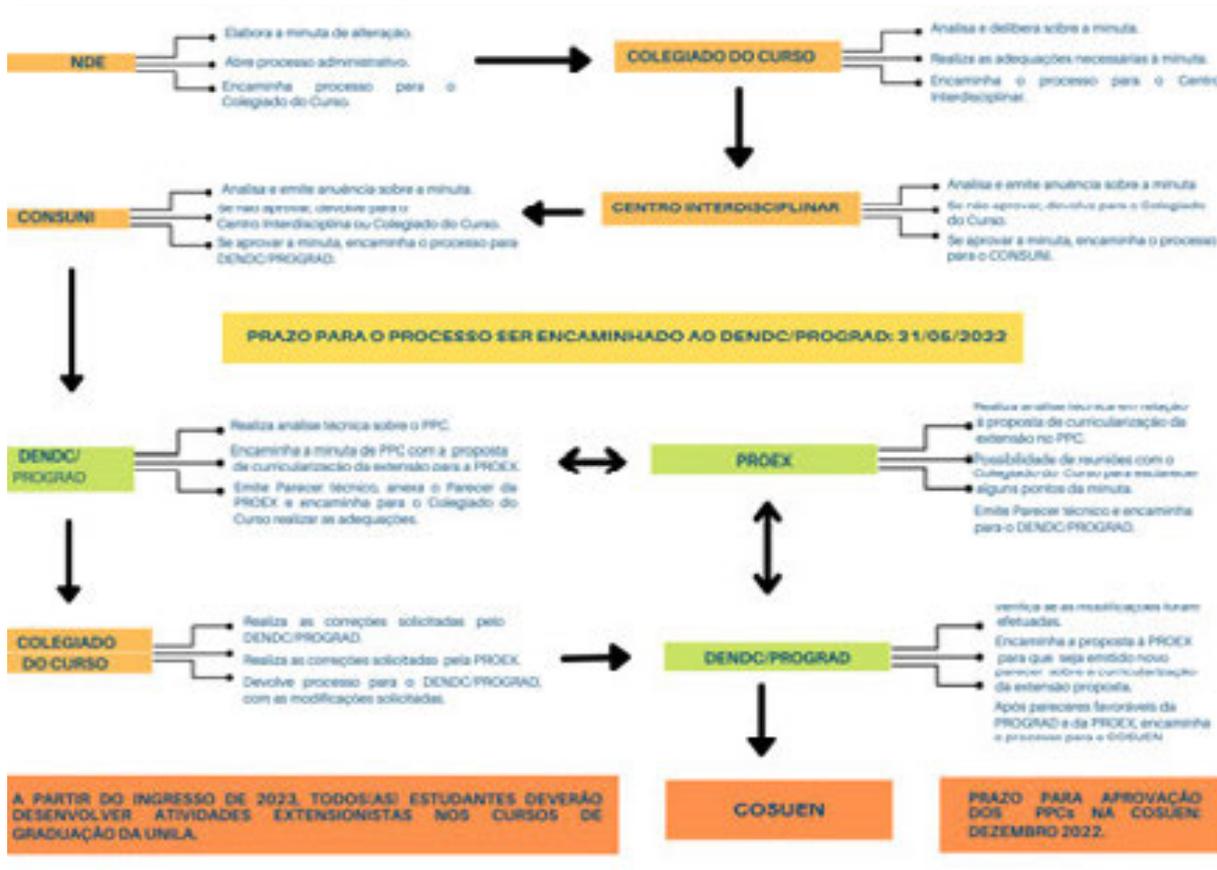
A partir da publicação da Resolução nº 01/2021/COSUEN, foi idealizado o Guia de Curricularização da Extensão, um documento modelo que os NDEs, colegiados e coordenadores de cursos de graduação podem utilizar na construção dos novos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) para a inserção da curricularização. O documento apresenta informações sobre a extensão na UNILA, tais como: conceito, diretrizes, histórico e atividades de extensão; a base legal da inserção da extensão; orientações gerais para a curricularização na UNILA, por exemplo, como inserir a curricularização nos PPCs; modelo de texto, plano de ensino e matriz curricular – os quais poderão ser reproduzidos ou adaptados a critério de cada curso de graduação em seus respectivos cursos. O Caderno de Perguntas e Respostas sobre a Curricularização elencou diversas dúvidas que poderiam surgir durante o processo de curricularização, de maneira clara e objetiva, possuindo caráter complementar ao Guia.

O último documento publicado foi a Instrução Normativa nº 02/2021/PROGRAD/UNILA que “regulamenta o disposto na Resolução Cosuen 01/2021” (PROGRAD, 2021, p. 1), delimitando como as ações de extensão devem ser previstas nos currículos de graduação e o fluxo de tramitação, conforme Imagem 1.

Destacamos que, após a publicação da Instrução Normativa nº 02/2021/PROGRAD/UNILA, houve a atualização das demais publicações, como o Guia de Curricularização da Extensão e o Caderno de Perguntas e Respostas sobre a Curricularização. Nesse sentido, assim como Jimenez, Stoeckl e Sossmeier (2021, p. 476), acreditamos que “o papel da Pró-Reitoria de Extensão foi essencial na elaboração dos documentos institucionais sobre a curricularização”.



Imagem 1 - Fluxo para inserção da extensão nos PPCs da UNILA



Fonte: PROEX/UNILA (2021).

Na próxima seção, apresentaremos o trabalho da PROEX após a publicação dos documentos norteadores.

3 O papel da Pró-Reitoria de Extensão na implementação da curricularização: possibilidades e percursos

Conforme o Relatório de Atividades da Pró-Reitoria de Extensão (UNILA/PROEX, 2021) e estudo realizado por Jimenez, Stoeckl e Sossmeier (2021), a partir da publicação e divulgação dos materiais e documentos citados, a “PROEX dedicou-se, em 2021, a realizar reuniões de orientação com os NDEs dos cursos de graduação para orientar sobre a inserção curricular da extensão nos PPCs” (UNILA/PROEX, 2021, p. 4, grifos das autoras).



De acordo com Jimenez, Stoeckl e Sossmeier (2021), a Pró-Reitoria de Extensão disponibilizou um dia exclusivo em todas as semanas, em 2021, para as reuniões com os NDEs, os quais poderiam convidar demais interessados, como os coordenadores de cursos ou representantes dos colegiados para participarem. As reuniões contavam ainda com a presença de um representante do DENDC/PROGRAD, na medida do possível. Destacamos que as reuniões eram *online*, por plataformas de videoconferências, devido à situação de isolamento social imposta pela Pandemia da Covid-19 e continuaram, no mesmo formato, durante o ano de 2022.

As autoras descreveram como eram as reuniões para cada curso de graduação:

a) eram preparadas de acordo com as especificidades de cada perfil de egresso, com pesquisa em outras universidades que já implementaram a curricularização e as diretrizes nacionais para cada curso de graduação; b) a partir de uma apresentação, que abrangia “os principais pontos da normativa a serem observados e as possibilidades de inclusão da extensão no atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sem aumentar a carga horária do curso” (JIMENEZ; STOECKL; SOSSMEIER, 2021, p. 475); c) todo o material produzido e pesquisado era encaminhado aos participantes da reunião, bem como uma memória de reunião para registrar as discussões e auxiliar em possíveis dúvidas. Algumas reuniões foram gravadas, a pedido dos participantes e disponibilizadas digitalmente.

A apresentação destacava, ainda, exemplos de outras universidades que já inseriram a extensão em seus currículos de graduação, bem como análise, em caráter sugestivo, do próprio PPC do curso da UNILA, em que eram elencadas as disciplinas com potencial extensionista ou ‘brechas de carga horária extra’ (como as atividades acadêmicas complementares) que poderiam ser destinadas à extensão (JIMENEZ; STOECKL; SOSSMEIER, 2021).

Ao todo, foram atendidos vinte e três dos vinte e nove cursos de graduação da UNILA, além de um encontro com o Ciclo Comum de Estudos⁷ (UNILA/PROEX,

⁷ O Ciclo Comum de Estudos é parte estruturante de todos os cursos de graduação da UNILA, com disciplinas que versam sobre América Latina e Caribe, Filosofia e Línguas – Português e Espanhol. Tais disciplinas são concentradas nos primeiros semestres de cada curso e estão ligadas à especificidade da Universidade que é comprometida com o destino das sociedades latino-americanas.



2021). Destacamos que as reuniões não eram etapas obrigatórias para a inserção da extensão nos cursos de graduação da UNILA. Todavia, como podemos notar, a maior parte dos NDEs acreditou ser pertinente esse encontro para discutir as melhores e mais adequadas formas de inserir as atividades extensionistas em seus respectivos currículos, sendo que alguns NDEs solicitaram mais de uma reunião.

Para Jimenez, Stoeckl e Sossmeier (2021), as reuniões se constituíram como espaço dialógico entre a Pró-Reitoria de Extensão, os NDEs e a Pró-Reitoria de Graduação onde eram compartilhadas outras experiências, assim como as expectativas dos cursos de graduação em relação ao papel das Pró-Reitorias de Extensão e de Graduação.

Além dos materiais preparados e das reuniões com os Núcleos Docentes Estruturantes, de forma a subsidiar o processo de inserção da extensão, foram preparadas as Mesas de Curricularização, que integraram a programação da III e IV Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNILA (SIEPE).

A proposta de tais mesas surgiu a partir de diálogos entre a equipe da PROEX e demais envolvidos com o processo de curricularização, sobre a necessidade de promover um espaço de compartilhamento de experiências entre universidades públicas que já implementaram o processo ou que já estavam em uma etapa avançada de implementação.

A primeira edição da Mesa de Curricularização, em 2021, foi realizada de forma remota, devido aos cuidados de distanciamento social em período pandêmico. Foram convidados representantes da Universidade Federal de Alagoas - UFAL - e Universidade Federal de Uberlândia - UFU, a fim de discutirem com a comunidade da UNILA as possibilidades e desafios para a curricularização da extensão e as experiências em cada uma das universidades. A mesa "Curricularização da extensão: possibilidades e desafios" foi transmitida pelo canal oficial da UNILA no YouTube e contou, até o momento, com 1.601 visualizações⁸.

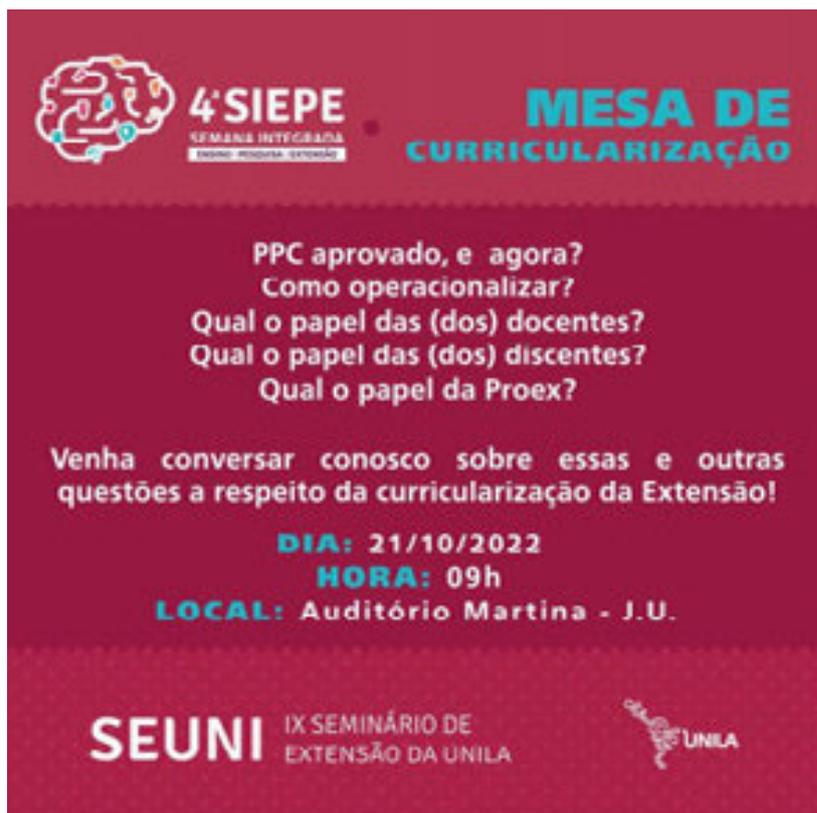
Para mais informações, acesse: <<https://portal.unila.edu.br/prograd/daciclo/ciclo-comum-de-estudos>>.

⁸ Para assistir a Mesa Curricularização da Extensão: possibilidade e desafios na íntegra, acesse: <<https://www.youtube.com/watch?v=nDHoDBEQLCI>>.



A segunda edição da Mesa de Curricularização foi realizada em 2022, presencialmente, voltada para a discussão entre a comunidade interna da UNILA, a partir dos questionamentos que surgiram com a aprovação dos novos PPCs conforme Imagem 2.

Imagem 2 - Cartaz de divulgação



Fonte: PROEX/UNILA (2022).

Sabemos que a efetividade da curricularização somente será possível com a participação de todas as instâncias da universidade e da comunidade acadêmica. No entanto, assim como as autoras Jimenez, Stoeckl e Sossmeier (2021, p. 477), entendemos que o papel da Pró-Reitoria de Extensão é “primordial para a curricularização da extensão na UNILA [...]”, tendo em vista que a Pró-Reitoria se tornou “[...] a principal articuladora e mediadora das ações necessárias para que a inserção da extensão ocorra da melhor maneira possível”.



Na próxima seção, apresentaremos o estágio e a evolução da inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UNILA.

4 Curricularização: evolução da avaliação dos processos de adequação dos PPCs

A partir das regulamentações e de diversas reuniões com os NDEs e coordenações dos cursos, em 2022 foi dado início a revisão dos PPCs.

No mês de fevereiro de 2023, onze cursos (Tabela 1) encontravam-se com os processos de revisão adiantados, com diversas estratégias de curricularização e com pareceres técnicos dos setores responsáveis (PROEX e PROGRAD) já elaborados.

Tabela 1 – Acompanhamento da revisão dos PPCs-UNILA

ETAPAS	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO
PPC em revisão no curso após parecer da PROEX e PROGRAD	10
Encaminhado para aprovação na COSUEN	3
Em discussão nos NDEs	16
Total	29

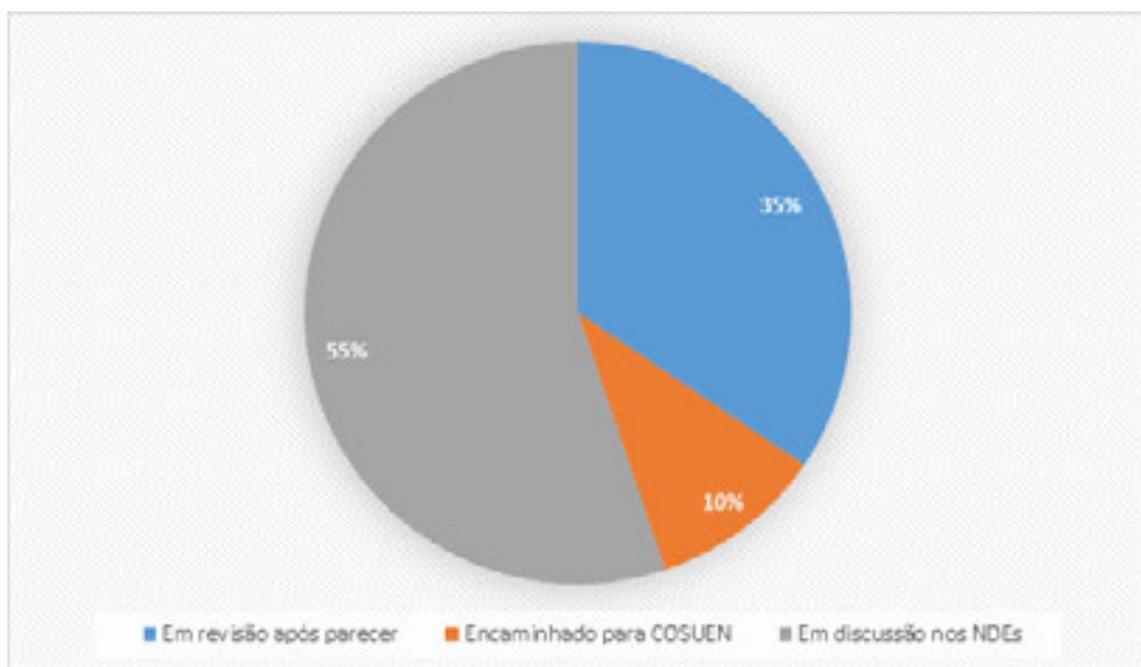
Fonte: Divisão de Acompanhamento das Ações de Extensão/PROEX/UNILA
(fevereiro 2023).

Dentre os cursos em processo mais avançado de atualização destacam-se os cursos de Saúde Coletiva, que estão com relatoria do novo PPC favorável na COSUEN e agregou formas interessantes de inserir a extensão, e o curso de Ciência Biológicas – Ecologia e Biodiversidade, que em 08/12/2022 também foi encaminhado para COSUEN, agregando a extensão ao currículo.



Os demais cursos estão em fase de atendimento aos apontamentos feitos nos pareceres técnicos para posterior envio à COSUEN, ou ainda na elaboração da proposta. No Gráfico 1, visualiza-se a porcentagem de cada uma das fases.

Gráfico 1 - Movimentação dos processos de inserção da curricularização - UNILA



Fonte: Divisão de Acompanhamento das Ações de Extensão/PROEX/UNILA (fevereiro/2023).

Além dos procedimentos citados nas outras seções deste artigo, a PROEX elaborou uma lista de verificação, de acordo com as normativas vigentes, para auxiliar na revisão dos textos de adequação de PPCs. A lista de verificação, Tabela 2, foi disponibilizada previamente aos NDEs e contribuiu na análise e emissão de pareceres técnicos emitidos pela PROEX. Ressalta-se que os pareceres técnicos são obrigatórios para o PPC ser encaminhado para COSUEN.



Tabela 2 - Lista de verificação

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO (aspectos gerais)		Lista de Verificação	
		Atende	Não se aplica
1	Destina o percentual mínimo de 10% da carga horária total do curso a ser integralizado em horas obrigatórias de atividades de extensão , observadas a Resolução CNE/CES nº 7/2018 e a Resolução COSUEN, nº 01/2021?		
2	Consta um capítulo específico sobre a curricularização da extensão, de acordo com o art. 3º da IN 02/2021 PROGRAD/UNILA?		
3	Especifica quais as modalidades do Art. 2º da Instrução Normativa 02/2021 - PROGRAD/UNILA (disciplina/ ACEX/ ACEX-livre/composição) serão utilizadas para a curricularização da extensão?		
4	Determina a carga horária para cada modalidade do Art. 2º da Instrução Normativa 02/2021 - PROGRAD/UNILA (disciplina/ ACEX/ ACEX-livre/composição), caso opte pela combinação de atividades?		
5	Caracteriza a participação ativa dos estudantes envolvidos no processo de inserção curricular da extensão?		
6	Descreve a participação da comunidade externa no processo de inserção curricular da extensão?		



7	Define como serão os modos de acompanhamento docente nas atividades relacionadas à extensão?		
8	Especifica como será a avaliação do processo de inserção curricular da extensão no curso, de acordo com o Capítulo II da Res. CNE/CES nº 7/2018?		
9	As atividades de extensão estão distribuídas em mais de um semestre do curso?		
10	As diretrizes para a extensão universitária estão previstas na inserção curricular da extensão do curso (art. 5º Política de Extensão-UNILA)?		
DISCIPLINAS MISTAS OU EXCLUSIVAS DE EXTENSÃO		Lista de Verificação	
		Atende	Não se aplica
1	Prevê na ementa da disciplina o caráter extensionista?		
2	Assegura a participação ativa do discente e o envolvimento com a comunidade externa?		
3	Determina a carga horária que será destinada à extensão?		
4	Descreve como será a participação da comunidade externa?		



ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACEX) e ASEX-Livres		Lista de Verificação	
		Atende	Não se aplica
1	O componente ASEX consta na matriz curricular?		
2	A carga horária de ASEX está prevista para ser integralizada em duas ou mais ações?		
3	A ASEX-LIVRE está incluída dentro do componente ASEX?		
4	A ASEX-LIVRE não ultrapassa o limite de 20% do total da carga horária destinada às ações de extensão?		
7	Há previsão de horário na matriz curricular para que os estudantes possam participar ativamente tanto das ASEX quanto das ASEX-LIVRES?		
8	Há previsão de oferta das ASEX e ASEX-LIVRES nas modalidades presencial ou a distância?		
9	No caso das ASEX e ASEX-LIVRES ofertadas a distância, há a descrição de como e onde serão realizadas?		

Fonte: Divisão de Acompanhamento das Ações de Extensão/PROEX/UNILA (2022).

A análise de PPC e emissão de parecer técnico pela Pró-Reitoria de Extensão, especificamente sobre o processo de curricularização e o conceito de extensão expresso no documento perpassam por algumas etapas. O processo é recebido pela PROEX por meio eletrônico, após todos os trâmites de elaboração de minuta, abertura de processo, anuências nas instâncias deliberativas dos cursos de graduação, análise e emissão de parecer técnico pela Pró-Reitoria de Graduação.



Na Pró-Reitoria de Extensão, o processo é analisado pela equipe da Divisão de Acompanhamento das Ações de Extensão, juntamente com a Pró-Reitora. Na primeira etapa, verifica-se no documento se a curricularização da extensão está prevista de acordo com as normativas vigentes em âmbito nacional e interno, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014), a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE 07/2018), a Resolução nº 01/2021/COSUEN e a Instrução Normativa nº 02/2022 - PROGRAD/UNILA.

A segunda etapa consiste na consulta do histórico de reuniões com NDEs (memória de reunião cadastrada no Sistema Integrado de Gestão da UNILA), verificando observações, dúvidas elencadas pelos docentes na ocasião, além de comunicações via e-mails, com compartilhamento de materiais produzidos pela PROEX e assessoramentos.

A terceira etapa verifica se o documento contempla um capítulo específico para a curricularização da extensão e como a extensão está conceituada no PPC. É importante destacar que na UNILA, a extensão enfatiza a interação dialógica entre a universidade, a sociedade e a participação ativa de estudantes nas ações de extensão. De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária e a Política de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana:

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática. [...]. Por se situar no campo das relações, pode-se dizer que a diretriz Interação Dialógica atinge o cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Universitária. (FORPROEX, 2012, p. 16).



Para pensar sobre o que significa a interação dialógica a partir do olhar extensionista, podemos recorrer a Paulo Freire na obra Educação como prática da liberdade:

Se não há essa interação, que é uma nota (das relações humanas), e que se aperfeiçoa na medida em que a consciência se torna crítica, fosse (o ser humano) apenas um ser da acomodação ou do ajustamento, e a História e a Cultura, domínios exclusivamente seus, não faria sentido. (Iria faltar) a marca da liberdade. Por isso, toda vez que se suprime a liberdade, nos tornamos seres meramente ajustados ou acomodados. E é por isso que, minimizados e cerceados, acomodados a ajustamentos que nos sejam impostos, sem o direito de discuti-los, sacrificamos imediatamente a nossa capacidade criadora. Esparta não se compara a Atenas, e Toynbee adverte-nos da inexistência do diálogo naquela e da disponibilidade permanente da segunda à discussão e ao debate das ideias. A primeira, “fechada”. A segunda, “aberta”. A primeira, rígida. A segunda, plástica, inclinada ao novo. (FREIRE, 1967, p.42).

Abarcado nesses pressupostos, a análise do PPC tem continuidade. É realizada, então, a leitura do parecer técnico do DENDC/PROGRAD, com o intuito de elaborar uma análise comparativa e complementar. Comparativa no sentido de não reproduzir as mesmas orientações ou sugestões já elencadas, e complementar considerando que a análise da PROGRAD envolve aspectos gerais da revisão do documento e a análise da PROEX é direcionada, exclusivamente, ao processo de inserção da extensão no PPC.

Em seguida, é averiguado se as informações contidas no documento estão de acordo com as orientações previstas no Guia da Curricularização. Foi realizada a conferência da minuta de PPC e todas as observações e sugestões foram documentadas e armazenadas em uma pasta institucional no sistema de armazenamento remoto.

Após a revisão do texto, em parceria entre DAAEX e Pró-Reitora, o parecer é registrado e anexado no processo eletrônico e então encaminhado para o DENDC/PROGRAD, que é responsável por encaminhar o processo para o curso realizar as adequações, quando necessárias.



As etapas de verificação descritas podem ser realizadas várias vezes, até que não restem adequações a serem feitas. Quando a minuta de PPC encontra-se alinhada com as normativas e atendidas as recomendações feitas nos pareceres técnicos, o processo é enviado para a Comissão Superior de Ensino, para aprovação e publicação em resolução. Assim, o processo de inserção curricular da extensão no curso em questão é consolidado no âmbito normativo.

A fim de facilitar o trabalho dos NDEs e demais instâncias envolvidas com o processo de curricularização, foi construído um mapa de fluxo do processo de análise e emissão de parecer técnico em PPC, sobre a curricularização, pela equipe da Divisão de Acompanhamento das Ações de Extensão (DAAEX/PROEX). O mapa de subprocesso foi formulado pensando nas etapas de análise com detalhamento das atividades, inclusive com disponibilidade no site oficial da UNILA⁹.

A próxima etapa será ainda mais desafiadora. É a etapa da vivência, da aplicação do que foi proposto nos PPCs. Por isso, é preciso ter cuidado para que o processo extensionista na curricularização não adquira um caráter assistencialista. Para Freire (1967, p. 56):

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo às pessoas invisibilidade, silenciamento e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica.

Ainda que a próxima etapa seja mais desafiadora, acredita-se que a curricularização da extensão irá gerar um novo tipo de universidade, não mais focada apenas na pesquisa e no ensino (JIMENEZ *et al.*, 2023), e sim preocupada com uma formação mais cidadã, voltada para as questões de interesse do território onde está inserida.

⁹ O mapa do fluxo do processo de análise de PPC está disponível no Portal de Processos da UNILA, o qual pode ser visualizado pelo link <https://processos.unila.edu.br/unidade_subprocesso/proex/>.



5 Conclusão

Para além da normatização e inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, os desafios das ações voltadas à extensão são inúmeros e complexos. Segundo Carneiro (1985, p. 19), “os problemas globais da Extensão Universitária, (...) são de tríplice natureza: conceitual, organizacional e operacional”. Seria interessante pensar esses fatores considerando o contexto e a realidade de cada instituição, pois as dinâmicas da extensão refletem se as instituições estão voltadas para um conceito de extensão emancipadora, crítica, academicista ou assistencialista e, no caso específico da UNILA, para um contexto plurilíngue e multicultural.

Enfatiza-se ainda a importância das formas de organização da extensão nas universidades, se realmente atendem as demandas de fomentar o ensino, a pesquisa e a interação dialógica com a comunidade, como previsto pela Resolução CNE nº 07/2018. A operacionalidade das ações de extensão voltadas para a curricularização também se torna estratégica, considerando as metodologias a serem utilizadas, os recursos materiais, financeiros e a avaliação contínua dos processos.

A relação entre universidade e comunidade pode ser concretizada por meio das formas de percepção e valorização da riqueza cultural dessas realidades, contribuindo para a efetiva construção do conhecimento de forma coletiva e/ou recíproca, o que pode ser impulsionado pela inserção da extensão nos currículos de graduação.

Após a implementação da curricularização nos cursos de graduação, a expectativa da Pró-Reitoria de Extensão (UNILA/PROEX, 2021) é que as ações de extensão tenham aumento significativo de submissões, bem como aumento na participação das comunidades acadêmica e externa nas atividades extensionistas.

Outro dado esperado é o aumento de interlocução entre os diversos cursos de graduação e/ou entre ações extensionistas, o trabalho em equipe, o compartilhamento de conhecimentos e de reflexões sobre o papel profissional. Pensamos que a curricularização pode impulsionar a busca de soluções de problemas em conjunto,



pelo caminho do diálogo entre os diferentes núcleos profissionais e do respeito a essas diferenças e singularidades (SIQUEIRA *et al.*, 2022).

Portanto, além do conceito de extensão, adotado pelo coletivo da instituição, é preciso aprofundamento investigativo nos processos organizacionais, com enfoque nas práticas pedagógicas, metodologias e formas de construção e compartilhamento de saberes. Os aspectos operacionais complementam o estudo, buscando explicar sobre a identidade cultural e expectativas dos estudantes e comunidade externa, participantes das ações de extensão. De acordo com Camenietzki (2014, p. 3) “a educação superior tem o desafio na conjuntura atual, de se estabelecer como política de direito, que busque a formação, não apenas profissional, como também crítica do estudante universitário.”.

Referências

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 dez. 2019.

CAMENIETZKI, C. P. A. Programa Nacional da Assistência Estudantil e a democratização do Ensino Superior: uma experiência da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. In: **Anais do IV Congresso em Desenvolvimento Social**. Montes Claros: UNIMONTES, 2014. p. 01-16. Disponível em <https://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT05/05_GT_05.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.

CARNEIRO, M.A. **Extensão universitária: versão e perversões**: estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do Nordeste. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional De Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.



JIMENEZ, M. O.; STOECKL, B. P.; SOSSMEIER, K. D. A Pró-Reitoria de Extensão e a curricularização da extensão na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). In: **Anais do V Congresso de Extensão da AUGM: Universidade e sociedade conectadas para o desenvolvimento regional sustentável**. Santa Maria: UFSM/ AUGM, 2021. p. 473-477. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1duqpES9f-PI96Uv9cQdjjFf4vA-1FGOt/view>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

JIMENEZ, M. DE O.; ANDRADE, G. B. DE; LEITZKE, M. R. L.; STOECKL, B. P.; SOSSMEIER, K. D. A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão. **Educação: Teoria e Prática**, v. 33, n. 66, p. e01[2023], 28 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15304>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A. da S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SIQUEIRA, M. M. B. de; CORDEIRO, A.; GONÇALVES, N. G.; LOPES, I. A. P. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade na extensão universitária pelo olhar de uma estudante de Pedagogia. **Revista ELO - Diálogos Em Extensão**, v. 11, 2022. <https://doi.org/10.21284/elo.v11i.13958>.

SOUZA, A de; PEREIRA, N. Escrevendo os caminhos da extensão universitária na UNILA. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 2, p. 77-85, 24 dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/2062/pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Resolução nº 01/2021/COSUEN**. Foz do Iguaçu, PR: UNILA. Disponível em: <<https://sig.unila.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=718110&key=4cd0352102554febcae966da4860a045>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Relatório Integrado de Gestão 2021**. Foz do Iguaçu, PR: UNILA, Reitoria, 2022. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/arquivos/relato_integrado_de_gestao_2021-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.



UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Institucional**. Foz do Iguaçu, PR: UNILA, Secom, 2023. Disponível em:

<<https://portal.unila.edu.br/institucional#:~:text=No%20dia%2012%20de%20janeiro,Lei%20n%C2%BA%2012.189%20foi%20sancionada.&text=A%20UNILA%20est%C3%A1%20localizada%20na,por%20Argentina%2C%20Brasil%20e%20Paraguai>>.

Acesso em: 17 fev. 2023.

UNILA. Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Graduação. **Caderno de Perguntas e Respostas sobre a curricularização**. Foz do Iguaçu, PR: UNILA, PROEX/PROGRAD, 2021. Disponível em:

<<https://portal.unila.edu.br/proex/arquivos/perguntas-guia-da-curricularizacao.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

UNILA. Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Graduação. **Guia da Curricularização na Unila**. Foz do Iguaçu, PR: UNILA, PROEX/PROGRAD, 2022.

Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/proex/arquivos/guia-curricularizacao.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

UNILA. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de atividades Pró-Reitoria de Extensão**. Foz do Iguaçu, PR: UNILA, PROEX, 2021. Disponível em:

<<https://portal.unila.edu.br/proex/arquivos/relatorioproex-2021.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

VIEIRA, M.E; STOECKL, B.P. A Curricularização como escopo para a articulação Ensino-Pesquisa-Extensão na UNILA. In: **IV Congresso de Extensión Universitária de la AUGM**, p. 437, 2021. Disponível em:

<<http://grupomontevideo.org/publicaciones/wp-content/uploads/2021/05/Libro-AUGM-2021-vexcom-09-05-21.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2021.



A curricularização da extensão na UFPE: estudo de caso do curso de Fonoaudiologia

Extension curricularization at UFPE: case study of the Phonoaudiology course

Fábio Albert Mesquita¹

Ana Cláudia de Carvalho Vieira²

Rafaella Correia e Silva Travassos³

Resumo

Este artigo tem como objetivo central analisar o processo de curricularização da extensão no curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Do ponto de vista metodológico, o estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que se desenvolve como um estudo de caso. A partir de uma análise documental das Resoluções da UFPE relacionadas ao tema, bem como do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Fonoaudiologia, procuramos compreender as principais implicações desse processo para o curso. Como resultado, foi possível perceber que a curricularização no curso de Fonoaudiologia foi favorecida pelo engajamento prévio de discentes e docentes nas ações extensionistas. A curricularização foi efetivada por meio da oferta de projetos, o que significou a preservação da natureza da extensão universitária como processo formativo que promove a interação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade.

Palavras-chave: Curricularização. Extensão. Fonoaudiologia.

Abstract

The main objective of this article is to analyze the extension curricularization process in the Phonoaudiology course at the Federal University of Pernambuco (UFPE). From the methodological point of view, the study is characterized as a qualitative research that is developed as a case study. Based on a documental analysis of the UFPE Resolutions related to the subject, as well as the new Phonoaudiology Course Pedagogical Project, we seek to understand the main implications of that process for the course. As a result, it can be noticed that the curricularization in the Phonoaudiology course was favored by previous engagements of students and

¹ Técnico em Assuntos Educacionais da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pernambuco (Proexc/UFPE) e mestrando em Linguística na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - fabio.albert@ufpe.br

² Docente do Departamento de Fonoaudiologia da UFPE - ana.ccvieira@ufpe.br

³ Técnica em Assuntos Educacionais da Proexc/UFPE e mestranda em Educação na UFPE - rafaella.csilva@ufpe.br



professors in extensionist actions. The curricularization was effected through the offer of projects, which meant the preservation of the nature of the university extension as a formative process that promotes the transforming interaction between the university and the other sectors of society.

Keywords: Curricularization. Extension. Phonoaudiology.

1 Introdução

No contexto universitário brasileiro, a inserção curricular das ações de extensão nos cursos de graduação se apresenta como um grande desafio para as instituições de ensino superior, uma vez que envolve repensar o processo formativo dos estudantes e a própria posição das universidades diante das demandas sociais.

Denominado curricularização da extensão, esse processo visa à valorização das ações extensionistas e a consequente efetivação do princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que rege as universidades brasileiras.

No entendimento de Boaventura de Sousa Santos (2011), a maior centralidade da extensão nos currículos universitários consiste numa demanda democrática que convida as instituições de ensino superior a adotarem uma participação ativa “na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2011, p. 73). Em outras palavras, o processo de curricularização, ao lançar luz sobre a imprescindibilidade da extensão para a formação universitária, não consiste numa mera demanda burocrática de ajuste dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC), mas envolve uma mudança profunda na concepção do fazer acadêmico.

Do ponto de vista dos instrumentos legais, a curricularização da extensão já estava prevista desde o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que estabelecia, entre seus objetivos e metas, a implementação de um Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária, com a garantia de que, no mínimo, 10% do total dos créditos exigidos para a graduação seriam reservados para ações extensionistas (BRASIL, 2001). Em razão do não cumprimento da meta, a curricularização foi novamente retomada no PNE 2014-2024, que, na estratégia 12.7 da meta 12, voltou a estipular a



reserva do mesmo percentual de 10% dos créditos curriculares das graduações para as ações extensionistas (BRASIL, 2014).

Com vistas a efetivar essa medida, o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução nº 7/2018, que instituiu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018). A partir dessa Resolução, as instituições passaram a dispor, inicialmente, do prazo de três anos para implementar a curricularização em seus cursos de graduação, fato que impulsionou a realização de pesquisas e análises sobre a condução do processo nas universidades. Em buscas realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, tendo como descritores “curricularização da extensão”, “curricularização” e “extensão”, foi possível localizar 20 dissertações e 6 teses sobre o tema, publicadas entre os anos de 2017 e 2022.

Com o advento da pandemia da Covid-19 em 2020, o prazo para que os cursos de graduação efetivem a curricularização foi prorrogado. Com isso, apesar da existência de uma razoável quantidade de teses e dissertações que já investigaram o processo, a persistente necessidade de efetivar a inserção curricular da extensão em diversas instituições brasileiras justifica a realização de novos estudos de caso sobre o tema. Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar o processo de curricularização da extensão no curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Além de ter sido um dos pioneiros na curricularização da extensão no âmbito da UFPE, o curso se notabiliza por ter sido um dos primeiros cursos de Fonoaudiologia do país a efetivar a meta. Realizar considerações sobre esse processo, portanto, pode servir como referência para outros cursos da área.

Em termos metodológicos, este artigo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que se desenvolve como um estudo de caso, uma vez que se propõe a realizar “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real” (YIN, 2001, p. 39). Diante disso, nos pautamos nas três fases que Lüdke e André (2018) estipulam para o desenvolvimento



de um estudo de caso na pesquisa educacional: i) a fase exploratória; ii) a delimitação do estudo; iii) a análise sistemática e a elaboração do relatório.

Na fase exploratória, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da curricularização da extensão no Brasil. Em seguida, delimitamos o estudo no curso de Fonoaudiologia da UFPE. Por fim, procedemos a uma análise sistemática de documentos relacionados à curricularização da extensão na referida instituição e no mencionado curso. Procuramos realizar, assim, uma análise documental, de caráter interpretativo, das Resoluções da UFPE relacionadas ao tema, bem como do novo PPC de Fonoaudiologia, publicado em 2021. Realizamos, também, um relato com dados descritivos do processo de discussão e implementação da curricularização da extensão no curso de Fonoaudiologia e da situação da extensão na instituição.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras quatro seções. Na seção seguinte, são apresentadas considerações acerca do processo de curricularização da extensão no país. Na seção posterior, expõem-se o cenário da extensão na UFPE e os documentos norteadores para a curricularização na instituição. Em seguida, é realizada a análise da curricularização da extensão no curso de Fonoaudiologia, considerando o processo de reformulação do PPC e as ações de extensão realizadas pelo departamento. Por fim, o artigo se encerra com uma seção de considerações finais.

2 O desafio da curricularização da extensão nas universidades brasileiras

Apesar de figurar como uma das finalidades da educação superior, nos termos do artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a extensão, historicamente, ocupou espaço marginal dentro do tripé ensino-pesquisa-extensão. Diante disso, a proposta de curricularização da extensão se justifica pela necessidade de evidenciar que “a extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, entre as funções da universidade” (GADOTTI, 2017, p. 8).

Para compreender a natureza desse processo e suas implicações para os cursos de graduação, é preciso entender, de início, a concepção de extensão que se adota quando se trata da curricularização como política educacional. Em contraposição a



uma visão assistencialista, que encara a extensão como uma mera transmissão vertical de saberes e visa ao atendimento das carências imediatas da população, a concepção de extensão adotada quando se fala em curricularização corresponde a uma perspectiva crítica, que enxerga a ação extensionista como prática formativa que, articulada com o ensino e a pesquisa, busca a construção de novos conhecimentos em diálogo com os diversos setores da sociedade.

Nesse sentido, a atual Política Nacional de Extensão Universitária, fruto das discussões realizadas no Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), entende a extensão como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28).

Tendo em vista essa concepção, a curricularização da extensão nos cursos de graduação se constitui como uma política educacional que se propõe a ressignificar o modelo de universidade, a partir da criação de espaços de aprendizagem que partam de contextos reais e que rompam com as fronteiras acadêmicas tradicionais. Em outras palavras, o processo implica

(...) repensar a ciência à luz da experiência, sob a perspectiva de pautas socialmente relevantes e de novas lógicas de aprender, a partir do protagonismo discente, do diálogo de saberes e da ressignificação da educação como um ato político-emancipatório. Requer, conseqüentemente, a opção por uma educação alicerçada na práxis, na dinâmica ação-reflexão-ação, na dialogicidade, na problematização, na liberdade, na autonomia e na conscientização (IMPERATORE, 2017, p. 206).

Conforme já descrito na seção introdutória deste trabalho, apesar de já prevista no PNE 2001-2010, a política de curricularização da extensão somente começou a ser efetivamente concretizada a partir da publicação da Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação, que regulamenta a implementação da estratégia 12.7 do PNE 2014-2024. Entendido como o marco regulatório da extensão no Brasil, o documento foi elaborado a partir da contribuição ativa de representantes do FORPROEX, o que



indica a importância do Fórum para a definição dos rumos da política extensionista a nível nacional.

Ao longo de seus dispositivos, a Resolução procura estabelecer as diretrizes, os princípios, os modos de avaliação e a forma de registro das ações de extensão. De acordo com Wociechoski (2021), o documento legal enfatizou o papel formativo da extensão para o estudante de graduação e estendeu a discussão para os programas de pós-graduação, ao prever a possibilidade de direcionar as diretrizes da extensão para os cursos destes programas.

Além disso, em seu artigo 7º, a Resolução estabeleceu a necessidade de envolvimento da comunidade externa nas atividades de extensão. Com isso, contribuiu-se para corrigir o equívoco conceitual de enquadrar como extensão as atividades que envolvem somente a comunidade interna às instituições de ensino superior.

Outro ponto de destaque da Resolução se encontra no artigo 8º, que prevê que as atividades extensionistas passíveis de curricularização nos projetos pedagógicos dos cursos podem ser desenvolvidas em cinco modalidades: i) programas; ii) projetos; iii) cursos e oficinas; iv) eventos; v) prestação de serviços. Tal previsão, por sua vez, ampliou as possibilidades de curricularização estabelecidas no PNE, que apenas menciona as modalidades de programas e projetos.

Embora o texto da Resolução represente um importante avanço para a implementação da política de curricularização, uma série de desafios ainda persistem no cenário universitário brasileiro.

Em primeiro lugar, pontua-se o baixo quantitativo de estudantes de graduação participantes de ações de extensão. A esse respeito, vale destacar que, em estudo realizado a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2018, foi constatado que apenas 13,7% do total de estudantes matriculados nos cursos de graduação das instituições de ensino superior brasileiras participam de ações de extensão (MOTA; TENA; SÉLLOS-KNOERR, 2019). Percebe-se, dessa forma, que ainda se fazem necessários esforços para aumentar a quantidade de ações de extensão nas instituições e para estimular a participação e o protagonismo estudantil.



Um segundo desafio que envolve a curricularização diz respeito às formas de financiamento das ações. Afinal, tal como estabelece a Política Nacional de Extensão Universitária, a questão do financiamento é fundamental para fortalecer a extensão, pois é a partir de mudanças nesse processo que se poderá “garantir não apenas o necessário aumento quantitativo dos recursos, mas também maior estabilidade, solidez e transparência destes, assim como sua focalização em áreas prioritárias” (FORPROEX, 2012, p. 50).

Sobre esse tema, pontua-se que a discussão sobre formas de financiamento da extensão remonta à década de 1990 e ao início dos anos 2000. Apesar da existência de iniciativas de fomento bem sucedidas, tais como foi o caso do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), institucionalizado em 2008 por meio do Decreto nº 6.495, o que se nota é que, a partir de 2016, como consequência das políticas neoliberais no Brasil, houve uma redução no financiamento das ações extensionistas e uma descontinuidade das políticas nacionais de fomento (KOGLIN; KOGLIN, 2019).

3 A extensão na UFPE: perspectivas da curricularização

3.1 O cenário da Extensão Universitária na UFPE

A UFPE inicia as suas atividades como Universidade do Recife, no ano de 1946, a partir da aglutinação de faculdades e escolas já estabelecidas e atuantes, a exemplo da Faculdade de Direito do Recife, fundada em 1827, e a Escola de Medicina do Recife, fundada em 1903 (BRASIL, 1946). Nasce como universidade acompanhando um movimento nacional de centralização no ensino superior e da necessidade de equiparação frente aos novos padrões estabelecidos, em uma atmosfera de modernização operada pela oligarquia regional (PERRUCI, 1986).

Historicamente, no campo da extensão, tem destaque em seu interior a atuação pioneira do Serviço de Extensão Cultural (SEC), setor dirigido por Paulo Freire e atuante entre os anos de 1962 e 1964. Embora com curta duração, em razão de pressões exercidas após o golpe civil-militar de 1964, o setor é considerado o precursor da



estrutura hoje conhecida por Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (BRASILEIRO; MENDONÇA, 2004). Sua atuação dialogava diretamente com as reivindicações do movimento estudantil pela democratização das universidades e atualização com a realidade brasileira, bem como com o Movimento de Cultura Popular (BRASILEIRO; MENDONÇA, 2004; PERRUCCI, 1986).

Dedicou-se à difusão cultural, procurando incentivar a Universidade a agir junto ao povo (BOLETIM..., 1962), a partir da inauguração da Rádio Universitária, a Revista Estudos Universitários e da atuação em uma perspectiva dialógica.

Ao longo da história institucional da UFPE, o setor responsável pela extensão universitária já recebeu diversas denominações: Pró-Reitoria para Assuntos Culturais e Intercâmbio Científico (Proacic); Pró-Reitoria de Extensão Cultural e Intercâmbio Científico (Proecic); e Pró-Reitoria de Extensão (Proext). Desde 2015, a unidade responsável pela gestão da Extensão passou a ser designada Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc), nome que permanece até o presente.

Em termos quantitativos, os dados levantados por Melo (2017) apontam que, entre 2003 e 2010, foram registradas um total de 3.537 atividades extensionistas na UFPE, havendo uma predominância de ações realizadas nas modalidades de cursos (49%) e projetos (33%).

Entre todas as unidades acadêmicas da universidade, houve o destaque para o Centro de Ciências da Saúde (CCS), centro do qual faz parte o curso de Fonoaudiologia. No período analisado pela pesquisadora, foi constatado que o CCS concentrou 36% dos projetos registrados nos centros acadêmicos, o que evidencia, nas palavras da autora, “que a área de saúde tem evidência quando a temática é extensão” (MELO, 2017, p. 94).

Atualmente, as ações de extensão na UFPE são registradas por meio do cadastro no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (Sigproj), plataforma de registro de ações extensionistas utilizada por diversas universidades brasileiras. Como forma de financiamento anual das ações, a UFPE conta, além dos editais de credenciamento, com edital específico para apoio financeiro a programas e projetos (Edital Pibexc), que concede bolsas e recursos financeiros para as ações que estejam em



conformidade com as diretrizes da extensão definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

A partir de dados extraídos do Sigproj, considerando as propostas registradas e aprovadas nos editais de credenciamento e de fomento à extensão no ano de 2022, foi possível obter o Quadro 1.

Quadro 1 - Ações de extensão registradas e aprovadas na UFPE em 2022

Modalidade	Ações aprovadas
Curso	83
Evento	103
Prestação de serviço	10
Programa	16
Projeto	383
Total	595

Fonte: Os autores (2023).

Do ponto de vista quantitativo, a modalidade projeto desponta como a mais registrada e aprovada no ano de 2022 na UFPE, representando 64,4% do total de ações extensionistas. Tal situação difere da realidade da instituição no período analisado por Melo (2017), em que foi constatado um predomínio do registro de cursos. Essa mudança na proporção de projetos em relação às demais modalidades é um indicativo do aumento da compreensão, por parte da comunidade acadêmica, da importância de promover ações de extensão contínuas e processuais.

Em relação às unidades acadêmicas onde as modalidades foram desenvolvidas, por sua vez, houve uma permanência da proeminência do CCS: das 595 ações registradas e aprovadas no ano de 2022, 110 foram oriundas deste centro, o que representa 18,5% do total das ações.



Considerando a realidade global da universidade, no entanto, o quadro revela a necessidade de fortalecimento das ações extensionistas na instituição para viabilizar o processo de curricularização, uma vez que o quantitativo de ações ainda se mostra insuficiente para atender aos cerca de 40 mil estudantes matriculados nos 108 cursos de graduação da UFPE.

3.2 Caminhos da curricularização na UFPE

As discussões acerca da inserção curricular da extensão na UFPE ganharam intensidade após a publicação do PNE de 2014, ano em que foi formado o Grupo de Trabalho (GT) da Curricularização da Extensão, instituído formalmente através da Portaria nº 01/2016 da Proexc.

O GT teve como objetivos discutir, elaborar e encaminhar proposta de resolução à Câmara de Extensão no prazo de 180 dias, em atendimento à meta 12.7 do referido PNE. Sua composição incluía representantes docentes e técnicos administrativos em educação das equipes da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) e da Pró-reitoria para Assuntos Acadêmicos (Proacad), posteriormente denominada Pró-reitoria de Graduação (Prograd), incluindo a Coordenação Geral dos Cursos de Graduação. Além disso, também compôs o GT representantes das Coordenações Setoriais de Extensão dos Centros Acadêmicos, órgãos responsáveis por apoiar, avaliar e coordenar as ações extensionistas no seu âmbito de atuação. A ação conjunta da Proexc e Prograd é destacada nesse processo, especialmente pela compreensão de que a inserção curricular impacta diretamente na normatização dos cursos de graduação (SILVA *et al.*, 2019).

De forma mais ampla, as equipes de ambas as pró-reitorias atuaram na escuta e na sensibilização da comunidade acadêmica através do diálogo, em ações formativas para fortalecimento dos conceitos e diretrizes da extensão universitária e do planejamento de estratégias junto às unidades acadêmicas. Assim, foram realizadas ações direcionadas às coordenações dos cursos de graduação, Núcleos Docentes



Estruturantes (NDEs), Coordenações Setoriais de Extensão, Fóruns de Coordenadores e Câmaras Setoriais de Graduação dos Centros.

Como produtos do GT, que tratou mais diretamente da proposta de normativa, podem ser citadas: i) a elaboração das Resoluções nº 09/2017 e nº 31/2022, aprovadas nas instâncias superiores, que tratam da inserção e registro das Ações Curriculares de Extensão; ii) a proposta de modelo para normatização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação; iii) a elaboração do *Guia da Curricularização das Ações de Extensão nos Cursos de Graduação da UFPE*, voltado para a comunidade acadêmica. Este último, publicado em 2021, reúne uma seleção de perguntas e respostas sobre o tema, e foi apresentado à comunidade em uma campanha de comunicação nas plataformas digitais, junto a vídeos informativos.

A primeira proposta de resolução, publicada em 2017, de forma sucinta, vincula o mínimo de 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão, que passaram a receber a denominação de Ação Curricular de Extensão (Acex).

O documento regulatório indica que essas atividades poderão ser realizadas em qualquer curso ou periodização, independentemente do curso de origem do graduando, restringindo apenas a modalidade da ação para programas ou projetos, em conformidade com o texto do PNE. Vale lembrar que a Resolução da UFPE foi publicada antes da Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação, que ampliou a possibilidade de creditação da extensão em outras modalidades.

No documento da UFPE, abria-se a possibilidade de cursos e eventos serem creditados, na condição de que estivessem vinculados a um projeto ou programa, e de que a participação do discente fosse na equipe de execução. Tem-se, portanto, a compreensão da curricularização como creditação da carga horária empenhada em ações de extensão, de forma livre e dentro das modalidades já definidas e praticadas pela comunidade acadêmica, cabendo às instâncias acadêmicas a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).



No período de 2015 a 2019, foram realizadas reuniões com os treze Centros Acadêmicos da UFPE para discutir a atualização e flexibilização dos PPCs, o que incluiu o debate acerca da inserção das Acex.

Com o isolamento decorrente da pandemia do novo coronavírus, houve um hiato entre as ações realizadas junto aos cursos, tendo sido retomadas as discussões, de forma remota, em 2021. Neste mesmo ano, foram realizados pela Prograd doze encontros com representantes dos Centros Acadêmicos, nos quais a Proexc esteve presente para conferir orientações sobre o processo de curricularização da extensão.

Importa destacar que, ainda em 2021, durante a realização do 6º Encontro de Extensão e Cultura (Enexc) da UFPE, foi realizado um painel de experiências exitosas para a curricularização da extensão nos cursos de graduação da instituição, que incluiu o relato de coordenadores de cursos que já haviam implementado a curricularização no PPC, a exemplo do curso de Engenharia Biomédica, de Gestão da Informação e do próprio curso de Fonoaudiologia.

Em 2022, iniciou-se uma rodada de tira-dúvidas sobre curricularização, tendo sido realizados encontros com quatro Centros Acadêmicos, dentre os quais estava incluído o CCS. Esta ação foi interrompida temporariamente com a perspectiva de publicação de uma nova Resolução da UFPE sobre o assunto, que já vinha sendo discutida no GT da Curricularização da Extensão desde a publicação da Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação.

Com a necessidade de adaptação ao novo documento regulatório, o GT passou a se reunir com maior frequência para trabalhar na incorporação das mudanças na Resolução, tais como a previsão de realização de ações em programas governamentais ou em outras instituições de ensino superior. Além disso, foram discutidas demandas advindas da comunidade acadêmica, que pleiteavam a inclusão de outras modalidades, a possibilidade de realização de ações de extensão de forma remota e a previsão de vincular as Acex a disciplinas.

Uma proposta de Resolução foi apresentada à comunidade em 2022, tendo havido reuniões abertas com diversos setores da universidade para discutir e validar o seu teor.



Após sessões com as Coordenações Setoriais de Extensão, Coordenações de Cursos de Graduação, Direções de Centros Acadêmicos e discentes de graduação, as equipes da Proexc e da Prograd reformularam a minuta da Resolução para atender às sugestões consensuadas pela comunidade. O texto teve, ainda, alterações sugeridas pelos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), das quais se ressalta a exclusividade da coordenação das Acex aos docentes.

Como resultado das discussões, a Resolução CEPE nº 31/2022 foi aprovada e publicada, apresentando a possibilidade de realização de Acex como carga horária incluída em componentes curriculares, bem como através da participação em projetos, programas, cursos, eventos, serviços, e ações vinculadas a Ligas Acadêmicas, Empresas Juniores, Pré-acadêmicos, Programa de Educação Tutorial, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e Programa Institucional de Residência Pedagógica.

A Resolução passou a estabelecer, ainda, que os cursos de graduação que já houvessem implementado a curricularização da extensão, tal como o curso de Fonoaudiologia, deveriam se adequar, se necessário, aos novos termos vigentes na UFPE.

4 O processo de curricularização da extensão no curso de Fonoaudiologia

O curso de Fonoaudiologia da UFPE foi criado em 1999, no Centro de Ciências da Saúde (UFPE, 2021). Sendo um curso relativamente recente na instituição, seu corpo docente atual é composto preponderantemente por profissionais que, antes de ingressarem na UFPE, atuaram nos diversos setores que abrangem o atendimento e a promoção da comunicação humana. Por esse motivo, o perfil do curso já assumiu, desde o início, um caráter extensionista, conferindo à extensão a mesma atenção prestada à pesquisa e ao ensino.

Diante disso, muito antes da proposta de curricularização da extensão, a partir do novo PPC que entrou em vigor em 2021, o curso de Fonoaudiologia da UFPE já buscava atender aos princípios da extensão universitária, especialmente no que diz



respeito à interação dialógica entre a universidade e a comunidade, ao impacto na formação do estudante e ao impacto e transformação social.

O curso e seus respectivos docentes, na sua grande maioria, demonstram compactuar com as palavras proferidas por Hélder da Silveira, atual Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na cerimônia de abertura do seminário "Desafios e Perspectivas para a Curricularização da Extensão", organizado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ):

A universidade é pública no sentido mais amplo, e a Extensão Universitária confere e reforça esse caráter de instituição pública, esse caráter de compromisso social [...]. Nós falamos fortemente de uma universidade socialmente referenciada, mas não basta sermos socialmente referenciados: nós precisamos ser socialmente comprometidos. E ser socialmente comprometido implica também em mobilizar essa formação para que os egressos da universidade, as egressas da universidade, saiam com sensibilidade social, numa formação cidadã que as leve à preocupação com o dia-a-dia, com o cotidiano, com a rotina das pessoas (SILVEIRA, 2022).

Adotando a perspectiva de compromisso com a formação cidadã dos discentes, o curso de Fonoaudiologia, desde o PPC de 2010, anterior à curricularização, demonstra que a visão extensionista adotada não se enquadra no modelo assistencialista, na medida em que se assume como missão formar um egresso que, após passar pelas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, esteja apto a "ser um agente de transformação social consciente dos aspectos éticos na construção da cidadania" (UFPE, 2010, p. 16).

Numa análise do PPC de 2010, é possível perceber que a importância da extensão para a formação discente é defendida pelo curso, pois se parte da concepção de que as atividades de extensão oferecem, para o discente, a possibilidade de diversificar seus conhecimentos, de modo que ele é estimulado a "exercer o pensamento crítico e a criatividade à medida que confronta o conhecimento intra e extra campus" (UFPE, 2010, p. 145).



Para além do discurso de valorização das atividades extensionistas no antigo PPC, a realidade da extensão como um processo acadêmico-formativo no curso de Fonoaudiologia na UFPE também já era realçada pela participação discente. Em levantamento realizado pela coordenação do curso para identificar o perfil dos discentes por ocasião do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2019, foi constatado que todos os concluintes daquele ano tinham participado de programas e projetos de extensão oferecidos pelo próprio curso. Tal dado demonstra que, mesmo antes da obrigatoriedade de inserção da extensão como componente obrigatório nos cursos de graduação, a prática extensionista já era encarada, por discentes e docentes, como uma etapa necessária do processo formativo.

Diante desse cenário, depreende-se que a situação do curso já era favorável à curricularização da extensão quando foi publicada a Resolução nº 09/2017 que passou a regulamentar a inserção e registro das Ações Curriculares de Extensão na UFPE.

Além disso, é necessário pontuar o papel preponderante da Clínica de Fonoaudiologia Prof. Fábio Lessa para o fortalecimento das ações de extensão e para a consequente viabilização da construção do novo PPC. Situada no Departamento de Fonoaudiologia, a clínica é conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2015, através do Convênio de Cooperação Técnica nº 49/2015, firmado com a Secretaria de Saúde do município do Recife-PE.

Desde então, os usuários residentes no Recife são ordenados pelo Sistema de Regulação (SISREG) para realização de procedimentos fonoaudiológicos na clínica, viabilizando um fluxo de pacientes que são acompanhados nas diversas áreas dos distúrbios da comunicação humana.

A existência de uma clínica conveniada ao SUS, por sua vez, criou um ambiente favorável para a promoção da extensão, uma vez que o local passou a ser um espaço propício para a realização de projetos voltados para as diversas áreas de conhecimento do curso. Esse fato, somado ao engajamento de discentes e docentes, forneceu as condições necessárias para que o curso de Fonoaudiologia da UFPE fosse o pioneiro no processo de curricularização dentro dos cursos do Centro de Ciências da Saúde da instituição, bem como entre os cursos de Fonoaudiologia da esfera nacional.



Em meio à discussão da proposta do novo PPC do curso, para dar início ao processo de curricularização, foi aprovado, em nível departamental, o Regulamento Interno nº 03/2020 - ACEX, responsável por fixar as normas para a inserção e o registro das Ações Curriculares de Extensão como carga horária do curso.

O regulamento, além de definir o conceito e as modalidades da extensão universitária, estabeleceu, em seu artigo 3º, que as ações curriculares de extensão, para atingirem o mínimo de 10% da carga horária total do curso, corresponderiam a 400 horas. Tal determinação implicou uma mudança na distribuição da carga horária do curso, uma vez que, na lógica do PPC anterior, as atividades de extensão eram contabilizadas na carga horária das atividades complementares.

Numa comparação entre os dois PPCs, é possível visualizar as mudanças realizadas na forma de distribuição da carga horária do curso para a inclusão das ações curriculares de extensão, conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição da carga horária nos PPCs de Fonoaudiologia

Tipo de componente	PPC 2010	PPC 2021
Componentes curriculares obrigatórios	3.615h	3.270h
Componentes curriculares obrigatórios optativos	-	240h
Componentes curriculares eletivos do perfil	60h	30h
Atividades complementares	300h	60h
Ação curricular de extensão	-	400h
Total	3.975h	4.000h

Fonte: Os autores (2023).

Conforme é possível perceber, a carga horária total do novo perfil curricular do curso contou com um acréscimo de 25 horas em relação ao perfil anterior. Se, por um lado, o aumento da carga horária foi relativamente pequeno, por outro, é necessário pontuar que o novo PPC alterou o tempo mínimo de integralização do



curso, que passou de 4 para 5 anos de duração. Tal ampliação, por seu turno, é justificada pela “necessidade de revisão e inclusão de diversos conteúdos teóricos e práticos, com abordagem integrada e diversa” (UFPE, 2021, p. 12).

No tocante ao desenvolvimento das ações extensionistas, o acréscimo de um ano no tempo total de duração do curso procurou favorecer a participação discente nos projetos e programas de extensão, uma vez que, no perfil anterior, a grande demanda de disciplinas, ofertada em tempo integral nos turnos da manhã e tarde, era um fator dificultador do maior engajamento dos estudantes nas ações. Com a alteração no tempo mínimo de integralização, passou-se a oportunizar mais horários livres para que o corpo discente pudesse integrar de modo mais participativo a equipe de execução dos projetos dos cursos.

Em relação à redistribuição da carga horária nos diferentes tipos de componentes curriculares, percebe-se, a partir do Quadro 2, que grande parte da modificação para viabilizar a curricularização da extensão se deu no âmbito das atividades complementares, que passaram de 300 para 60 horas no novo PPC. A justificativa para esse movimento se encontra na natureza das atividades complementares no PPC antigo, que já contemplavam as ações de extensão. Desse modo, o que houve, na prática, foi um deslocamento de uma carga horária que, em grande parte, já era aproveitada em atividades extensionistas.

Além das atividades complementares, foi necessário alterar a distribuição dos componentes curriculares obrigatórios. Além da implementação de componentes optativos, que visavam a uma maior flexibilização das opções de estágio curricular, houve a exclusão de componentes obrigatórios como Bioestatística (30h) e Bioética e Biossegurança (30h), disciplinas cujos conteúdos já se encontravam distribuídos de forma transversal ao longo do curso (UFPE, 2021). Percebe-se, assim, que a curricularização da extensão também proporcionou um momento de reflexão para a reformulação do curso em sua integralidade.

Outro aspecto de destaque do referido Regulamento Interno nº 03/2020 se encontra no seu artigo 6º, que apresenta a seguinte redação:



Art. 6º Compete ao Curso de Graduação em Fonoaudiologia oferecer Programas e/ou Projetos com carga-horária suficiente para o discente integralizar a ACEx no próprio curso.

Parágrafo Único - O Curso de Graduação em Fonoaudiologia deverá garantir a oferta sistemática de projetos de extensão, estabelecendo que cada área de conhecimento do curso disponibilize, pelo menos, dois projetos anuais. (UFPE, 2021, p. 96)

Tal como se depreende da leitura do dispositivo, o curso assumiu a responsabilidade de ofertar uma quantidade suficiente de projetos para permitir que todos os discentes do curso pudessem integralizar a carga horária exigida para as ações curriculares de extensão.

Para tanto, ficou estabelecido que cada área de conhecimento do curso deve ofertar, pelo menos, dois projetos anuais que, conforme a previsão estabelecida pelo novo PPC, podem ter seus conteúdos redefinidos de acordo com as novas demandas do curso (UFPE, 2021). Vale ressaltar, nesse sentido, que o curso de Fonoaudiologia apresenta cinco grandes áreas de conhecimento: i) Audiologia; ii) Linguagem; iii) Motricidade orofacial; iv) Saúde coletiva; v) Voz.

No ano de 2022, já com o PPC em vigência, o curso de Fonoaudiologia contou com o desenvolvimento de 15 projetos de extensão registrados no Sigproj, distribuídos conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 - Projetos de extensão no curso de Fonoaudiologia em 2022

Área do conhecimento	Título do Projeto
Audiologia	Atendimento com tecnologia assistiva para melhorar a performance auditiva
	Serviço de referência para diagnóstico e monitoramento audiológico de crianças com resultado "Falha" na triagem auditiva neonatal com ou sem indicadores
	Reabilitação vestibular (RV) em pacientes pós Covid-19 e/ou arboviroses



Linguagem	Autismo Comunica: acessibilidade comunicacional em crianças com TEA
	Inovações terapêuticas na reabilitação da afasia
	Promoção das habilidades cognitivo-linguísticas em escolares das séries iniciais do Ensino Fundamental I
Motricidade orofacial	Atendimento interdisciplinar no teste da linguinha
	Projeto de atendimento interdisciplinar em respirAÇÃO oral
	Intervenção multidisciplinar nas alterações craniomandibulares e distúrbios respiratórios do sono
Saúde coletiva	Telefonaudiologia: tecnologias da informação e comunicação e estratégias de telessaúde em saúde da comunicação humana
	Diálogo entre ensino e serviço para o fortalecimento da Fonoaudiologia no SUS
Voz	Solte a voz na terceira idade
	A voz que empodera: atuação fonoaudiológica para pessoas transgênero
	Pró Parkinson: Voz
	Interface da Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia: integralidade na abordagem ao paciente

Fonte: Os autores (2023).

A partir das informações apresentadas no Quadro 3, nota-se que o curso de Fonoaudiologia, ao longo do ano de 2022, cumpriu com o objetivo estabelecido de ofertar, pelo menos, dois projetos de extensão em cada uma das cinco áreas do conhecimento.

Nesses projetos, chama atenção a preocupação temática com as demandas do presente que envolvem a interação dialógica com diversos segmentos sociais, a



exemplo das pessoas transgêneros, das crianças do espectro autista e da população idosa.

Ao atuarem em benefício dos interesses e necessidades desses segmentos, muitas vezes minorizados e invisibilizados, os projetos demonstram um alinhamento com a diretriz do impacto e transformação social que orienta a Política Nacional de Extensão Universitária.

Também se destaca o fato de muitos projetos estarem atentos para a necessidade de promover a diretriz da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, na medida em que buscam construir alianças intersetoriais com outras áreas de conhecimento, fato que fica evidente nos projetos que evidenciam, em seus títulos, o papel da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e do diálogo entre setores profissionais.

Além disso, é importante ressaltar que, em consulta ao registro dos projetos listados, foi possível constatar que, dos 25 docentes que atuam no curso de Fonoaudiologia da UFPE, 21 fazem parte da equipe de execução das ações, seja na condição de coordenadores, seja na condição de colaboradores. Esse dado é um indicativo do engajamento expressivo dos docentes do curso na extensão, o que ajuda a explicar o pioneirismo do curso no processo de curricularização.

Por fim, vale mencionar que todos os projetos desenvolvidos no curso de Fonoaudiologia buscaram atender ao princípio do protagonismo estudantil. A participação ativa dos discentes é evidenciada na organização e execução desses projetos, além do compromisso com o desenvolvimento de pesquisas articuladas com a extensão. Com essa postura, abriram-se novas frentes de investigação, que propiciaram a formação acadêmica dos discentes com ênfase na pesquisa-ação.

Como consequência direta do impacto das ações extensionistas na formação discente, o curso de Fonoaudiologia tem apresentado um importante número de trabalhos em congressos nacionais e internacionais da área, além de contar com desenvolvimento de novas pesquisas de Iniciação Científica e Trabalhos de Conclusão de Curso que se relacionam com os temas dos projetos.



5 Considerações finais

Num balanço geral do processo de curricularização da extensão no curso de Fonoaudiologia da UFPE, pode-se afirmar que o novo PPC buscou valorizar a extensão universitária por meio do incentivo à participação de discentes e docentes em projetos nas múltiplas áreas de conhecimento do curso.

Ainda que eventuais ajustes possam vir a ser realizados para a adequação do PPC aos termos da Resolução CEPE nº 31/2022, nota-se, a partir da análise dos projetos desenvolvidos, que o conceito e as diretrizes da extensão universitária já estão amadurecidos dentro das práticas formativas do curso.

Percebe-se, assim, que a curricularização, ao fortalecer os projetos já existentes no curso, contribuiu para a promoção do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao implementar a curricularização por meio de projetos, o curso de Fonoaudiologia demonstra que é possível encontrar caminhos para a inserção curricular da extensão sem que seja necessário descaracterizá-la como processo formativo que promove a interação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade.

Referências

ATTIA, L. E. V.; OLIVEIRA JÚNIOR, L. I. Diálogos Institucionais em prol da formação acadêmica: o processo de Curricularização da Extensão na UFPE. In: X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares. VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas. III Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2022.

BOLETIM do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Recife: Imprensa Universitária, mar./abr. 1962. n. 1.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946. Cria a Universidade do Recife e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/6/1946, Página 9615 (Publicação Original). Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9388-20-junho-1946-417645-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 fev. 2023.



BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASILEIRO, D.; MENDONÇA, D. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). **Estudos Universitários**: revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco. v. 24/25, n. 5/6, p. 1 - 78, dez. 2004/2005.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: s.n., 2012.

IMPERATORE, S. L. B. **Tríade extensão-pesquisa-ensino**: expressão e fundamento de uma universidade transformadora. 2017. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2017.

KOGLIN, T. S. S.; KOGLIN, J. C. O. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 2, p. 71-78, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658/7166>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MELO, J. R. **História e memória da Extensão Universitária na formação dos egressos da Universidade Federal de Pernambuco (2003-2010)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MOTA, I. D.; TENA, L. P.; SÉLLOS-KNOERR, V. C. O novo marco regulatório da extensão universitária no Brasil: uma contribuição para a política de promoção humana. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 15, n. 3, p. 79-110, set./dez., 2019. Disponível em: <<https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/3845/2492>>. Acesso em: 6 mar. 2023.



PERRUCCI, G. Um projeto oligárquico-liberal de Universidade: notas para uma história da UFPE. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 2, n. 2, 1986.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da nossa época).

SILVA, R. *et al.* Múltiplos fios, cores e texturas na tessitura da flexibilização curricular. In: GOES, P. S. A & FREIRE, E. C. (orgs.). **Tecendo ideias com os fios que nos unem**: Tessituras sobre a graduação na UFPE. Recife. Editora UFPE. 2019. p. 131-142.

SILVEIRA, H. E. Desafios e perspectivas para a Curricularização da Extensão. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, 1. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XCAR-5vN_l4&t=1827s>. Acesso em: 7 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico do Curso de Fonoaudiologia**. Recife, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico do Curso de Fonoaudiologia**. Recife, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 09/2017, de 5 de julho de 2017**. Regulamenta a inserção da Acex como carga horária nos Projetos Pedagógicos de cursos de graduação da UFPE. Recife: Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 31/2022, de 16 de dezembro de 2022**. Regulamenta a inserção e o registro da Ação Curricular de Extensão como carga horária nos Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação da Universidade. Recife: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2022.

WOCIECHOSKI, D. P. **Estratégia política de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação**: a construção nacional do texto e a implementação na UFRJ. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Abraçando a sociedade: ações extensionistas do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da UNIRIO (2017-2020)

Embracing society: extension actions of the Graduate Program in Law and Public Policy at UNIRIO (2017-2020)

Leonardo Mattietto¹

Resumo

O Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com área de concentração em Direito e Políticas Públicas, empreendeu uma série de ações extensionistas durante o ciclo avaliativo 2017-2020 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Nesse relato de experiências, destacam-se, em vista de sua inserção social, as seguintes atividades: o projeto Pílulas de Direitos Humanos, o curso de extensão Práticas de Mediação de Conflitos e o conjunto de eventos do projeto UNIRIO ComVida.

Palavras-chave: Direitos humanos. Políticas públicas. Mediação.

Abstract

The Graduate Program in Law at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), with a major study field in Law and Public Policy, undertook a series of extension actions during the 2017-2020 evaluation cycle of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). In this account of experiences, the following activities stand out, in view of their social insertion: the Human Rights Pills project, the extension course Practices of Conflicts Mediation and the set of events of the UNIRIO ComVida project.

Keywords: Human rights. Public policy. Mediation.

1 Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) surgiu e se consolidou como um desenvolvimento natural da experiência acumulada pelo Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP), em função do alto nível de formação dos docentes e da integração

¹ Docente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Universidade Candido Mendes (UCAM) e procurador do estado do Rio de Janeiro - leonardo.mattietto@unirio.br



alcançada pelos três cursos de graduação (Direito, Administração Pública e Ciência Política).

Nota-se que a escolha, como área de concentração, pela temática das relações entre *Direito e Políticas Públicas*, é consistente com as três escolas formadoras do CCJP, o que dá ao Programa de Pós-Graduação um inegável caráter multidisciplinar e também inovador, vez que o estudo do Direito é feito dentro de um contexto maior do seu papel como indutor de políticas transformadoras e no qual o conhecimento construído por outras áreas (Administração Pública e Ciência Política) é imprescindível.

Por meio do Programa de Pós-Graduação, a Universidade se prontifica a desempenhar a missão prevista no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, que é a de atender à sociedade na qual se insere. O conhecimento das políticas públicas é um passo necessário para o cumprimento desse fim.

Cabe realçar que “educar é semear, cuidar e renovar constantemente” (MATTIETTO, 2020, p. 12).

Adotando-se tal premissa, as universidades precisam reforçar o seu papel institucional, com impacto positivo para a sociedade, ao promover o debate e disseminar o conhecimento científico. Logo, faz-se imprescindível compreender os entraves inerentes às principais políticas públicas, particularmente as que dizem respeito aos direitos humanos, buscando aprimorá-las, fortalecer sua implementação e propor soluções para os problemas identificados.

No ciclo avaliativo 2017-2020 da CAPES, em que o PPGD foi coordenado pelo Prof. Dr. Paulo de Bessa Antunes e pelo Prof. Dr. Leonardo Mattietto, várias ações extensionistas foram empreendidas, buscando tornar efetiva a missão mencionada.

Neste relato de experiências serão destacadas três ações relevantes, que contribuíram para dar visibilidade e inserção social ao Programa: a) Pílulas de Direitos Humanos; b) Prática de Mediação de Conflitos; c) UNIRIO ComVida.



2 Ações extensionistas destacadas no ciclo avaliativo 2017-2020

2.1 Pílulas de Direitos Humanos

Decorrente de convênio celebrado entre a UNIRIO e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEDSOHDH), o projeto de extensão, liderado pela Profa. Dra. Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, incluiu: produção de vídeos explicativos sobre alguns dos principais direitos fundamentais em linguagem acessível para a sociedade civil; eventos ao vivo; e publicação de artigos selecionados no periódico *Direito das Políticas Públicas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO* (ISSN 2675-1143), em dossiê especial. Ademais, o projeto contou com páginas próprias nas redes sociais: Facebook² e Instagram³.

Segundo a coordenação do projeto:

A extensão universitária traz em sua concepção o fator de realização de atividades que favoreçam a construção de caminhos que podem contribuir no enfrentamento de problemas e questões sociais, tendo em conta que pela extensão universitária é possível a abertura de um canal de comunicação entre a academia e o meio social.

Visando a concretização desse diálogo entre universidade pública e sociedade, no sentido de fomentar a produção de conhecimentos e permitir a interlocução com as atividades acadêmicas de ensino e de pesquisa, por meio de processos ativos de formação, surgiu uma parceria entre a Coordenadoria Estadual de Educação em Direitos Humanos da Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos da SEDSOHDH/RJ e a Decania do Curso de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que se materializou no projeto Pílulas de Direitos Humanos: Diálogos em Tempos de Pandemia (ARRUDA; HOGEMANN; PAIM, 2020, p. 72-73).

² <<https://www.facebook.com/pages/category/College---University/P%C3%ADlulas-de-Direitos-Humanos-100513058379184/>>.

³ <<https://instagram.com/pdh.unirio?igshid=13jubfdl69nya>>.



Os eventos propuseram diálogos sobre a educação em direitos humanos, a Lei da Pandemia e seus reflexos no cotidiano, direitos trabalhistas e previdenciários, ampliação do acesso à informação, direitos da criança, do adolescente e da pessoa idosa, proteção de refugiados e migrantes, direitos das pessoas com deficiência, liberdade religiosa, pessoas desaparecidas, assistência social, violência contra a mulher e contra a população LGBTI+, e literatura em direitos humanos.

Imagem 1 - Programação



Fonte: PPGD - UNIRIO (2020).

A parceria com a administração pública estadual propiciou a produção de conteúdo audiovisual de vídeos curtos, chamados de “Pílulas de Direitos Humanos”, com informações relevantes sobre os direitos humanos em tempos de pandemia, como narram as coordenadoras do projeto:

A escolha e a forma de encaminhamento da temática dos vídeos foram cuidadosamente eleitas considerando as violações de direitos humanos destacadas pelos dados compilados pelo Disque 100, serviço de recebimento de denúncias da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e demais denúncias recebidas pelo Disque Cidadania e Direitos Humanos, serviço



disponibilizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Essa série de vídeos divulgados por meio das redes sociais e sites das instituições parceiras tem como objetivo informar à população sobre seus direitos fundamentais e o que fazer quando são violados. Os temas propostos fazem parte do Termo de Parceria assinado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEDSODH), por meio da Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos e Coordenação de Educação em Direitos Humanos com a Decania da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (ECJ-UNIRIO), através do Projeto de Extensão Liga de Direito e Literatura (LADIL) e o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS) vinculado ao PPGD/UNIRIO (ARRUDA; HOGEMANN; PAIM, 2020, p. 73-74).

Os vídeos foram amplamente divulgados pelas redes sociais. Veja-se:

Imagem 2 – Divulgação do vídeo explicativo “Aspectos jurídicos da pandemia do COVID-19”⁴



Fonte: PPGD – UNIRIO e SEDSDH (2020).

⁴ A íntegra do vídeo explicativo mencionado pode ser encontrada em <https://m.facebook.com/SEDSODH.RJ/videos/p%C3%ADlulas-de-direitos-humanos/276827473409851/>.



Entre as publicações decorrentes do desenvolvimento dos estudos, encontram-se artigos sobre os direitos das mulheres (ARRUDA; CARNEIRO; CRUZ, 2020), a mulher negra na literatura brasileira (HOGEMANN; JUSTINO; CARVALHO, 2020), a busca imediata de pessoas desaparecidas (LIMA JÚNIOR.; CARVALHO; VIEIRA, 2020), a política de acesso à informação na pandemia de COVID-19 (MATTIETTO; SOUZA, 2020), o proselitismo negativo e o equilíbrio das liberdades (TAVARES; MENDES, 2020) e o tratamento dos contratos na lei da pandemia (RUIVO; GEISLER; HONORATO, 2020).

2.2 Práticas de Mediação de Conflitos

Com a instituição da política pública sobre tratamento adequado dos conflitos de interesse, o sistema *multiportas* tornou-se modelo preferencial para resolução de conflitos, com ênfase nos mecanismos consensuais como a conciliação e a mediação⁵.

O PPGD ofereceu formação teórica e treinamento prático para integrantes de diversas instituições e movimentos sociais.

No ano de 2019, destacou-se a realização do Curso de Extensão em Práticas de Mediação de Conflitos, coordenado pelo Prof. Dr. José Gabriel Assis de Almeida, pelo Prof. Dr. Leonardo Mattietto e pela Ma. Fabiana Aldaci Lanke.

Tratando-se de acesso à justiça e da efetividade da prestação jurisdicional, direitos constitucionalmente garantidos, o tema entrou definitivamente na agenda pública e ganhou relevância nacional com a Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil) e a Lei nº 13.140, de 2015 (Lei da Mediação): a primeira elege a consensualidade como norma processual fundamental e a segunda regulamenta a prática da mediação no Brasil.

⁵ Com o desenho da política pública sobre tratamento adequado dos conflitos de interesses, por meio da Resolução nº 125 de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, o *sistema multiportas* tornou-se o modelo institucional brasileiro para resolução de litígios. O direito de acesso à justiça, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição, além da vertente formal perante os órgãos judiciários, implica acesso à ordem jurídica justa. Os conflitos, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, podem ser solucionados não apenas em processos judiciais (como se o Judiciário fosse a única porta, a única saída), mas também mediante outros mecanismos (outras portas), em especial os consensuais, como a mediação e a conciliação.



Ofereceu-se o Curso de Extensão em Práticas de Mediação de Conflitos, considerando os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO de:

- produzir conhecimento avançado em Direito integrando pesquisa, ensino e extensão;
- estabelecer relações institucionais com outras entidades de objetivos similares;
- promover integração entre ensino de graduação e pós-graduação com atividades de extensão.

Foram observadas as diretrizes para programas e projetos de extensão na UNIRIO, como a interação dialógica, a interdisciplinaridade e o impacto na formação do estudante.

O curso, com carga de quarenta horas, contou com a participação de lideranças comunitárias e alunos das seguintes instituições ou grupos sociais: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Fundação de Apoio à Escola Técnica, Comissão de Mediação de Conflitos/OAB de Duque de Caxias (RJ), Comissão de Sistemas de Resolução de Conflitos/OAB de Niterói (RJ), Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Hospital Municipal Salgado Filho, Blindando Vidas (organização da sociedade civil), Associação Beneficente São Bartolomeu (organização da sociedade civil), Fundação Casa Santa Ignez e Centro Dom Helder Câmara.

2.3 UNIRIO ComVida

Foram organizados eventos síncronos com professores da UNIRIO e de outras universidades do Brasil e do exterior para aprofundar estudos sobre os problemas jurídicos durante a pandemia de COVID-19, com transmissão ao vivo e ampla participação de alunos e abertura para a sociedade civil.

Também foi uma maneira de manter a Universidade viva e atuante, enquanto suas instalações físicas permaneceram fechadas nos piores momentos da crise sanitária.



Idealizado pelo Prof. Dr. Benedito Adeodato, Vice-Reitor da UNIRIO, o projeto foi conduzido e organizado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Soares Mendonça, então Diretor da Escola de Ciências Jurídicas.

Dentre os inúmeros eventos realizados, mencionam-se: a) “Democracia Ambiental na América Latina e no Caribe”, em 03.06.2020, com a Profa. Dra. Giulia Parola (UNIRIO), o Prof. Dr. Henry Jimenez Guanipa (Uni-Bochum, Alemanha) e a Profa. Dra. Lina Muñoz Ávila (Universidade do Rosário, Colômbia); b) “A regulação estatal e a pandemia do COVID-19”, em 10.06.2020, com o Prof. Dr. Emerson Moura (UNIRIO) e o Prof. Dr. José Vicente Santos de Mendonça (UERJ); c) “Perspectivas para os sistemas educacionais após a pandemia do COVID-19”, no dia 17.06.2020, com a Profa. Dra. Edna Raquel Hogemann (UNIRIO) e a Profa. Dra. Carolina Barrocas (ADR Institute of British Columbia, Canadá); d) “Direito e Economia do Federalismo”, no dia 23.06.2020, com o Prof. Dr. Paulo de Bessa Antunes (UNIRIO) e o Prof. Dr. Michel Faure (Maastricht European Institute for Transnational Legal Research); e) “(In)certeza jurídica em tempos de pandemia”, no dia 08.07.2020, com a Profa. Dra. Maria Lúcia de Paula Oliveira (UNIRIO), a Profa. Dra. Edna Raquel Hogemann (UNIRIO) e a Profa. Dra. Maria Clara Calheiros (Universidade do Minho, Portugal).

3 Conclusão

O olhar para a sociedade com a realização de atividades de extensão, tais como as destacadas nesse relato de experiências, colaborou para o reconhecimento do compromisso do Programa de Pós-Graduação em Direito em cumprir a missão da Universidade pública e, em especial, os objetivos institucionais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), refletindo-se não apenas em maior visibilidade junto à comunidade atendida, mas contribuindo, seguramente, para o crescimento da qualidade do Programa, que teve sua avaliação elevada pela CAPES no ciclo 2017-2020.



Referências

ARRUDA, Érica M. C.; CARNEIRO, Lara R. P.; CRUZ, Bruno W. Direito e literatura: percepções entre o direito curvo e a defesa dos direitos das mulheres a partir das representações femininas postas em Decameron de Giovanni Boccaccio. **Direito das Políticas Públicas**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 83-103, 2020. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10527>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ARRUDA, Érica M. C.; HOGEMANN, Edna R. R. S.; PAIM, Alessandra V. W. Projeto Pílulas de Direitos Humanos: diálogos em tempos de pandemia. **Direito das Políticas Públicas**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 69-82, 2020. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10530>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

HOGEMANN, Edna R. R. S.; JUSTINO, Patricy B.; CARVALHO, Aiana T. de. A mulher negra na literatura brasileira: passado, presente e futuro. **Direito das Políticas Públicas**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 104-121, 2020. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10524>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

LIMA JUNIOR, Oswaldo P.; CARVALHO, Marcio S.; VIEIRA, Maria J. N. Busca imediata de pessoas desaparecidas: questionamentos sobre a efetividade das legislações vigentes. **Direito das Políticas Públicas**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 122-136, 2020. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10512>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MATTIETTO, Leonardo. Pós-graduação em Direito: locus para a compreensão crítica da judicialização de políticas públicas. In: MENDONÇA, Paulo R. S. (org.). **Judicialização de políticas públicas**: a visão dos juristas. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020, p. 9-12.

MATTIETTO, Leonardo; SOUZA, Diego C. de. Apontamentos para uma política pública de acesso à informação na pandemia de COVID-19. **Direito das Políticas Públicas**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 137-160, 2020. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10572>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

RUIVO, Maria I. L.; GEISLER, Adriana; HONORATO, Larissa. Sobre a dupla finalidade dos contratos: notas sobre a Lei da Pandemia. **Direito das Políticas Públicas**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 200-219, 2020. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10641>>. Acesso em: 11 fev. 2023.



TAVARES, Sérgio L.; MENDES, Márcio D. R. Proselitismo negativo e o equilíbrio das liberdades. **Direito das Políticas Públicas**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 161-199, 2020. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10483>>. Acesso em: 11 fev. 2023.



Almanaque PET-Saúde UNIFESO: conhecimento gera notificação

PET-Health UNIFESO Almanac: knowledge generates notification

Isabela da Costa Monnerat¹
Danielle de Paula Aprigio Alves²
Ana Cassia Gonzalez dos Santos Estrela³
Marina Nascimento Evangelista³
Eduardo Rebello Pimentel³
Nathalia da Silva Pittzer de Anchieta³
Julia Marassi Granito⁴
Lívia Mendes Barboza Lourenço⁵
Raphael Binenbojm⁵
Maria Clara Ferreira dos Santos Vieira⁶
Maria Eduarda Papera Paiva⁶
Tayná Lívia do Nascimento⁷
Mariana Tayt-Sohn Martuchelli Moço⁸

Resumo

A experiência de acadêmicos vinculados ao PET-Saúde UNIFESO e o serviço de vigilância epidemiológica do município de Teresópolis-RJ retrata a construção de estratégias para qualificação da notificação de agravos. Realizou-se estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com objetivo de relatar os processos de criação do “Almanaque Super Notificação” e de vivência interprofissional extensionista. O almanaque tem um enredo que simula o itinerário terapêutico de uma ficha de

¹ Enfermeira, docente dos cursos de graduação em Medicina e em Enfermagem do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) e coordenadora do PET-Saúde UNIFESO - belamonnerat@gmail.com

² Fisioterapeuta e docente do curso de graduação em Fisioterapia do UNIFESO - daniellealves@unifeso.edu.br

³ Discentes do curso de graduação em Medicina do UNIFESO - anagonzalezestrela@gmail.com; marina.nevangelista@gmail.com; eduardorebellopimentel@gmail.com; anchietanathalia@gmail.com

⁴ Discente do curso de graduação em Biomedicina do UNIFESO - juliamgranito@hotmail.com

⁵ Discentes do curso de graduação em Medicina Veterinária do UNIFESO - lviabarboza@hotmail.com; raphaelbinen@gmail.com

⁶ Discentes do curso de graduação em Enfermagem do UNIFESO - angela.mclara@hotmail.com; paperaduda@gmail.com

⁷ Enfermeira e preceptora do PET-Saúde UNIFESO - taynalivi@gmail.com

⁸ Médica e preceptora do PET-Saúde UNIFESO - may.artemis@gmail.com



notificação compulsória, que percorre a rede de saúde entre as unidades de saúde e o sistema eletrônico, o Sinan. A construção do material lúdico, por meio de história em quadrinhos, proporciona autoconhecimento aos profissionais, preceptores e acadêmicos, enquanto operam como atores e autores do processo de ensino-aprendizagem, enaltecendo o serviço de vigilância epidemiológica. Por via da extensão interprofissional, o PET-Saúde integra diferentes saberes, favorecendo ações com potencial de transformação no cenário de notificação, investigação e conclusão de casos de doenças.

Palavras-chave: Extensão universitária. Vigilância epidemiológica. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. Informação.

Abstract

The experience of academics linked to PET-Health of UNIFESO and the epidemiological surveillance service of the municipality of Teresópolis-RJ portrays the construction of strategies to qualify the notification of injuries. Descriptive study experience report type, with the objective of reporting the process of creation of the "Super Notification Almanac" and extensionist interprofessional experience. The almanac has a plot that simulates how the therapeutic itinerary of a compulsory notification form, which runs through the health network, between the health units and the electronic system, SINAN. The construction of ludic material through comics provides self-knowledge to professionals, preceptors and academics, while acting as actors and authors of the teaching-learning process, praising the epidemiological surveillance service. PET-Health, through interprofessional extension, integrates different types of knowledge, favoring actions with potential for transformation in the scenario of notification, investigation and conclusion of disease cases.

Keywords: University extension. Epidemiological surveillance. Work for Health Education Program. Information.

1 Introdução

Doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços públicos e/ou privados no território nacional são notificados às autoridades e esse processo é chamado de notificação compulsória. Conforme a Portaria nº 204/2016 (BRASIL, 2016), a notificação compulsória é uma comunicação obrigatória, realizada por profissionais de saúde ou responsáveis pelo estabelecimento, podendo ser imediata (em 24h), semanal (em sete dias) ou negativa (zero notificações na semana). Mediante essas notificações, as autoridades em saúde garantem a divulgação atualizada dos



dados públicos para os profissionais de saúde, órgão de controle social e população em geral. Assim, se institucionalizam as ações do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), criado no Brasil em 1975 (BRASIL,2009). A Lei nº 8.080/90 define vigilância epidemiológica como “conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos” (BRASIL, 1990).

O processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população é definido como educação em saúde e integra as práticas do setor de vigilância epidemiológica. Este conhecimento contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado, e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades (FALKENBERG, 2014).

A saúde não provém apenas de ações para mediar a doença, mas também na prevenção à saúde, entretanto, educar não se restringe a aquisição de conhecimentos, a educação perene influencia valores socioculturais, transforma comportamentos e, portanto, sociedades (CAMARGO, 2015).

Destacam-se a educação em saúde e a notificação de doenças como estratégias de promoção à saúde no processo de conscientização individual e coletiva de responsabilidades e direitos à saúde, princípios do SUS.

A prática da educação em saúde como um caminho integrador do cuidar constitui um espaço de reflexão-ação, fundado em saberes técnico-científicos e populares, culturalmente significativos para o exercício democrático, capaz de provocar mudanças individuais e prontidão para atuar na família e na comunidade, interferindo no controle e na implementação de políticas públicas, contribuindo para a transformação social (CATRIB *et al.*, 2003).

A educação em saúde como processo político pedagógico requer o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo, desde a formação do profissional, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras que levem o



indivíduo a sua autonomia e emancipação enquanto sujeito histórico e social capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para o cuidar de si, de sua família e da coletividade (MACHADO, 2007).

Diante das mudanças curriculares exigidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação na área da saúde e a necessidade de fomentar a curricularização da extensão, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) se apresenta como estratégia de formação interprofissional, interdisciplinar e intersetorial. Neste sentido, desencadeia a dinâmica da produção do cuidado em saúde e da formalização de atividades de pesquisas e iniciação científica (BRASIL, 2021). Por meio das atividades do PET-Saúde e a partir da demanda de potencializar as notificações compulsórias, foi desenvolvido o “Almanaque Super Notificação” no Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), em parceria com o Serviço de Vigilância Epidemiológica do município de Teresópolis.

O formato linguístico baseado em histórias em quadrinhos (HQs) se tornou um componente para educação em saúde (CAMARGO, 2015). Em geral os gibis, as histórias em quadrinhos e os almanaques são definidos como publicações generalistas, com assuntos recreativos e humorísticos que se caracterizam pela diversidade, não apenas populares, mas também científicos e literários, organizados sob a forma de narrativas (MARTELETO, 2008).

Diante disso, este estudo tem por objetivo relatar a experiência de acadêmicos vinculados ao PET-Saúde do UNIFESO na criação do “Almanaque Super Notificação” para o município de Teresópolis no ano de 2022.

2 Desenvolvimento

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que apresenta a vivência de acadêmicos vinculados ao PET-Saúde UNIFESO, sobre uma ação extensionista de promoção da saúde voltada à criação de um almanaque, tendo como tema as notificações de doenças e agravos.



Em agosto de 2022, se iniciou a 10ª edição do PET-Saúde, tendo como tema Gestão em Saúde e Assistência à Saúde e como objetivo, estimular práticas de ensino-aprendizagem na realidade do trabalho em saúde, sobre gestão ou assistência, de acordo com as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

No Centro Universitário Serra Dos Órgãos, o grupo de trabalho “GT Epidemiologia”, é composto por discentes dos cursos de graduação em Medicina Veterinária (2), Enfermagem (2) Medicina (4) e Biomedicina (1), sob a responsabilidade de dois preceptores, profissionais do serviço de Epidemiologia que atuam sob a orientação de um tutor (professor universitário) e da coordenação do projeto.

Entre as atividades, destaca-se a realização de imersão na realidade/rotina dos serviços, ao aproximar discentes e docentes dos espaços da prática de maneira efetiva.

A elaboração do “Almanaque Super Notificação” foi dividida em três etapas: I- diagnóstico/situacional; II- roteiro e diagramação; e III- divulgação. Na primeira etapa, os acadêmicos petianos desenvolveram um diagnóstico situacional acerca da organização e das dificuldades do setor de Vigilância Epidemiológica de Teresópolis-RJ. Tal diagnóstico evidenciou que entre as fragilidades do serviço, estava o uso inconsistente do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e o atraso ou a ausência nos fluxos de informações.

Em seguida, buscou-se o embasamento teórico, em portarias institucionais do Ministério da Saúde, bem como a reflexão e atuação interdisciplinar dos discentes e docentes pertencentes ao Programa PET-Saúde do UNIFESO em parceria com o setor de Vigilância Epidemiológica do Município de Teresópolis.

A segunda etapa se iniciou com a elaboração dos roteiros das histórias no formato de rascunho (Imagem 1), utilizando-se de grafite e papel A4 branco, priorizando a construção de enredos que abrangem os seguintes critérios: histórias curtas, de fácil compreensão, com pouco ou nenhum diálogo escrito, ilustrações evidentes, diagramação com aspecto agradável e cores vibrantes.



Imagem 1 - Esboço do almanaque



Fonte: O autor (2022).

Pelo público-alvo ser composto por profissionais e acadêmicos de saúde e com diversos níveis de escolaridade, optou-se pela criação dos roteiros com uma abordagem dialógica e histórias divertidas. Buscou-se introduzir conceitos de integração da saúde ao público-alvo, sem deixar em evidência, na estrutura do material os elementos capazes de promover reflexão crítica acerca do assunto.

O título escolhido foi “Almanaque Super Notificação”. Em suma, retrata a aventura da super-heroína “Ficha de Notificação” que percorre os serviços de saúde em busca de informações sobre sua utilidade. Foi pensado na ficha de notificação, por quais locais ela passa, o porquê de ser preenchida corretamente, mostrado o itinerário terapêutico e a importância de todo o trajeto. O cenário inclui a pequena cidade “Problemópolis” que atravessa um surto de arbovirose, sendo detectada pela



vigilância de profissionais de saúde, como a agente comunitária Joana, uma médica e uma enfermeira da Unidade Básica de Saúde, que utilizaram da Super Notificação para conduzir suas ações.

Após a concepção da obra, confecção dos rascunhos e a revisão dos textos, deu-se início ao processo de ilustração. Realizou-se a digitalização, o ajuste digital das imagens, a inclusão de textos e a diagramação através do software Canva (imagens 2, 3 e 4).

Imagem 2 – Capa do almanaque



Fonte: O autor (2022).



Imagem 3 – História em quadrinhos



Fonte: O autor (2022).

Imagem 4 – História em quadrinhos



Fonte: O autor (2022).

Assim que os quadrinhos foram finalizados, 60 exemplares da revistinha foram impressos e distribuídos em evento acadêmico, abordado na apresentação do trabalho: PET-Saúde em Itinerário Terapêutico na Vigilância Epidemiológica, no Congresso Acadêmico científico do UNIFESO (CONFESO VII). O folheto com a



história em quadrinhos foi reconhecido por discentes e docentes como ferramenta indispensável na gestão da vigilância em saúde e para educação permanente do município de Teresópolis.

3 Discussão

O almanaque expressa de maneira interativa e dinâmica o Itinerário Terapêutico (IT) de uma usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) por assistência à saúde.

O termo Itinerário Terapêutico (IT) refere-se à busca de cuidados terapêuticos e procura descrever e analisar práticas individuais e socioculturais em termos dos caminhos percorridos pelos indivíduos na tentativa de solucionarem seus problemas de saúde, incluindo a lógica que direciona essa busca, que é tecida em múltiplas redes formais e informais, de apoio e de pertença. (GERHARDT, 2006).

Outrossim, observamos com clareza que a construção de itinerários terapêuticos, em seus percursos teórico-metodológicos tem permitido apreender discursos e práticas que expressam diferentes lógicas através das quais os princípios da integralidade e resolutividade na atenção em saúde podem ser questionados.

Os itinerários terapêuticos evidenciam os tensionamentos resultantes das experiências de adoecimento e de busca de cuidados em saúde, por usuários e suas famílias, e dos modos como os serviços de saúde podem lhe dar respostas mais ou menos resolutivas (BELATO *et al.*, 2008).

O almanaque elaborado pela equipe tem caráter informativo com linguagem de fácil entendimento, uso de desenhos e um enredo que simula como se daria o passo a passo do itinerário terapêutico, por meio da notificação compulsória, que percorre a rede de saúde, entre as unidades de saúde e o sistema eletrônico, o Sinan.

Desta forma, o almanaque reforça a importância da notificação para o devido tratamento, controle e/ou criação de medidas necessárias para atender o cenário epidemiológico local e direcionar intervenções em saúde.



A exaltação da notificação compulsória, colocando-a na história como uma heroína, de forma lúdica, ressalta o papel do profissional em não deixar de preenchê-la e encaminhá-la ao setor de vigilância epidemiológica.

A apresentação e distribuição do almanaque elaborado aconteceu no VII Congresso Acadêmico-Científico do UNIFESO (CONFESO) realizado em Teresópolis/RJ.

Por meio desta apresentação, a informação foi veiculada com os congressistas de posse do material, e, ao tê-los em mãos, ampliou-se ainda mais a forma de comunicação. Os congressistas também puderam levar os almanaques para suas casas. O almanaque fica então disponível para posteriores consultas, checagens e entendimentos. “O propósito do almanaque é fornecer um material simples, com conteúdos relevantes e atrativos para a educação das pessoas” (SEGATTO & BOER, 2021. p.1).

Não obstante, a elaboração do almanaque foi de grande valia ao grupo de estudantes, já que os propiciou momentos de aprendizagem, permitiu organizar conhecimentos, criarem conteúdo, trocarem experiências uns com os outros e trabalharem em conjunto.

Ao ampliarmos a compreensão dos processos de busca por cuidado podemos melhor apreender os limites e as dificuldades das linhas de cuidado como constructo teórico-organizativo do processo de trabalho em saúde, nas quais o trabalhador tem papel fundamental, pois sua atuação tem sido circunscrita à rede de serviços de saúde. Isto porque os itinerários terapêuticos se referem às outras redes de relações sociais que podem incluir ou não as redes de serviços (GERHARD,2007). Transformando, por fim, o proceder, as atitudes e o trabalho em equipe, fortalecendo a produção de conhecimento (LEITE, 2012).



4 Conclusão

Considera-se relevante a experiência extensionista do PET-Saúde no setor de epidemiologia do município de Teresópolis/RJ, por proporcionar encontros interprofissionais e reflexão-ação diante do processo de notificação dos agravos.

Na percepção dos autores-participantes do PET-Saúde, o "Almanaque Super Notificação" discorre sobre comunicação e a rede de atenção à saúde, enaltecendo o serviço de vigilância como potente dispositivo, além de reconsiderar a responsabilidade dos serviços na formação profissional dos acadêmicos.

Assim, a construção do material lúdico, através de história em quadrinhos proporcionou autoconhecimento aos profissionais/preceptores/acadêmicos como atores e autores do processo de ensino-aprendizagem-assistência.

O almanaque, tendo sido elaborado pelos acadêmicos do grupo PET-Saúde, desde sua idealização à concepção e à apresentação, atendeu aos propósitos da articulação entre ensino e serviço. Afinal, ao informar e educar a sociedade, atinge-se a concepção de trabalho no SUS como aprendizagem cotidiana e comprometida com os coletivos.

Referências

BELLATO, R.; ARAÚJO, L. F. S. de; CASTRO, P. O itinerário terapêutico como uma tecnologia avaliativa da integralidade em saúde. In: PINHEIRO, R.; SILVA, A. G. da; MATOS, R. A. de (Org.). **Atenção Básica e integralidade: contribuições para estudos de práticas avaliativas**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica**. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 204/2016**. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html. Acesso em: 23 jan. 2023.



BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 1990.

BRASIL. **Resolução 588/2018**. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **As contribuições do PET-Saúde/Interprofissionalidade para a reorientação da formação e do trabalho em saúde no Brasil**. Brasília, 2021.

CAMARGO, E.P. História em quadrinhos para educação em saúde: um olhar sobre o leitor com déficit de aprendizagem. **Anais Eletrônicos das Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos**, v. 3, p.1-10, 2015.

CATRIB, A.M.F. *et al.* Promoção da Saúde: saber fazer em construção. In: Barroso, G.T.; Vieira, N.F.C.; Varela, Z.M.V. (orgs.). **Educação em Saúde: no contexto da promoção humana**. Fortaleza, 2003.

FALKENBERG, M.B. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, Universidade de Brasília (UnB), v. 19, n. 3, p. 847-852, 2014.

GERHARDT, T.E. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. **Caderno Saúde Pública**, v. 22, n. 11, p. 2449-2463, 2006.

GERHARDT, T.E. Itinerários terapêuticos e suas múltiplas dimensões: desafios para a prática da integralidade e do cuidado como valor. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Razões Públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2007.

LEITE, M.T.S. *et al.* **O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde na Formação Profissional**. Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 2012.

MACHADO, M.F.A.S. *et al.* Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS - uma revisão conceitual. **Ciência e Saúde Coletiva**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 335-342, 2007.



MELO, M.A.S. Percepção dos profissionais de saúde sobre os fatores associados à subnotificação no Sistema Nacional de Agravos de Notificação. **Rev. Adm. Saúde**, v. 18, n. 71, abr. - jun. 2018.

MARTELETO, R.M. *et al.* Almanaque da dengue: informação, conhecimento e narrativas de saúde. In: Marteleto, R.M.; Stotz, E. (orgs.) **Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MARTELETO, R.M; DAVID, H.M.S.L. Almanaque do Agente Comunitário de Saúde: uma experiência de produção compartilhada de conhecimentos. **Revista Comunicação Saúde Educação**, Botucatu, v. 18, Supl 2, p. 1211-1226, 2014.

SEGATTO, M.K.; BOER, N. Almanaque informativo: estética, saúde e bem-estar. **Anais da V Mostra Gaúcha de Produtos Educacionais**. Santo Ângelo-RS, p. 1-8, 2021.

SILVA, F.R. O “gibi” como instrumento à promoção da saúde e prevenção do abuso de drogas: relato de experiência de residentes multiprofissionais em Saúde da Família. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém-PA. v. 20, n. 20, p. 406, 2018.



Unifesp atua com a maior ocupação cultural da América Latina: Laboratório de História da Arte se desdobra em extensão colaborativa com artistas-ativistas

Unifesp works with the largest cultural occupation in Latin America: Art History Lab unfolds in collaborative extension with artist-activists

Vinicius Spricigo¹
Pedro Arantes¹
Amanda Ferreira²
Bárbara Góes²
Marcelo Lauton²
Patrícia de Paula²
Sol Emanuel³

Resumo

Este artigo tem o propósito de relatar a experiência de uma unidade curricular extensionista do curso de História da Arte da Unifesp que se desdobrou em um projeto de extensão de longa duração junto ao coletivo de artistas da Ouvidor 63. A partir da descrição desta vivência, discutimos o conjunto de práticas e pesquisas que permitiram a condução da atividade, com o envolvimento de estudantes e artistas.

Palavras-chave: Extensão curricular. História da arte. Ocupação artística.

Abstract

This article aims to report the experience of an extension curricular unit of the Art History course at Unifesp that unfolded into a long-term extension project with the collective of artists from Ouvidor 63. From the description of this experience, the objective is to discuss the set of practices and research that allowed the conduction of the activity, with the commitment and the engagement of students and artists.

Keywords: Curriculum extension course. Art history. Artistic occupation.

¹ Docentes do Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), professores do Lab 3 e coordenadores do Reciprocriar - vinicius.spricigo@unifesp.br; pedro.arantes@unifesp.br

² Discentes de História da Arte da Unifesp, integrantes do Lab 3 e do Projeto Reciprocriar. Amanda é bolsista de pesquisa Fapesp - a.ferreira16@unifesp.br; barbara.goes@unifesp.br; marcelo.lauton@unifesp.br; patricia.paula@unifesp.br

³ Artista visual, morador da Ouvidor 63 e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Unifesp - sole87cv@gmail.com



Acredito que a academia de sonhadores-questionadores deva fazer parte dos nossos. O futuro se faz em coletivo, a cultura se fortalece em conjunto, o estudo é mútuo. Somos estudantes das ruas, da vida em movimento contínuo de seres marginalizados pelo sistema. Viemos dar pane na mediocridade que nos afasta das oportunidades. Criamos uma Bienal de artes, uma revista, espalhamos conhecimento com oficinas, apresentações artísticas, assistimos aulas, avançamos em trocas infinitas que levaremos para toda uma vida. (Tamyris Soares, artista da ocupação Ouvidor 63)

O Lab 3 e o Reciprociriar propõem novos paradigmas no que diz respeito ao estudo da História da Arte na atualidade, a partir da integração de metodologias acadêmicas e experiências de arte marginal, gerando e afirmando alternativas não convencionais de formação e de criação. (Bryan Meza, artista da Ouvidor 63)⁴

1 Introdução

Entre os principais desafios da curricularização da extensão está o da sua realização socialmente comprometida e transformadora, ou seja, não apenas para atender à contabilização da nova carga horária extensionista obrigatória na graduação. Como fazer com que práticas de extensão que envolvem comunidades e movimentos sociais, e que possuem um tempo longo de construção e desenvolvimento, possam fazer parte de disciplinas da graduação que, em geral, duram um semestre (quatro meses)? Aparentemente, há um conflito entre o "tempo lento" da extensão e o "tempo acelerado" do ensino de graduação, conflito que precisa ser reconhecido, discutido e solucionado (ou ao menos remediado).

A articulação entre disciplinas de duração semestral, e projetos e programas de extensão de longa duração é uma questão-chave. Sem a cuidadosa construção de laços de confiança e afeto, diálogos e trocas de saberes – nos seus tempos necessários –, a universidade acabará realizando ações instrumentais, impessoais e unilaterais, enfraquecendo a extensão ao invés de fortalecê-la. A curricularização, se não feita de forma sensível, refletida e pactuada, pode ser um instrumento paradoxal para a

⁴ Depoimentos coletados para a produção deste artigo, em março de 2023.



extensão, levando a práticas esvaziadas de sentido e mais afastando do que aproximando a universidade da sociedade.

Nosso relato da experiência em curso de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) irá apresentar essa atenção necessária a qualquer prática extensionista socialmente comprometida: a criação de vínculos e sentidos compartilhados, sem os quais não ocorre um projeto de colaboração extensionista.

Foi assim que trabalhamos com a maior ocupação cultural da América Latina, chamada "Ouvidor 63", em um edifício de 15 andares ocupado há oito anos por cerca de cem artistas no Centro de São Paulo. Os estudantes tinham o desafio de conhecer esse espaço e seus moradores, construir confiança e entendimento compartilhados para realizar ações de mediação cultural e a proposição de uma exposição/festival.

Tratava-se de coordenar tempos de ensino, pesquisa e extensão em um espaço formativo inédito, que permitiu o alargamento do próprio campo da História da Arte, com novas metodologias, práticas, sujeitos, territórios e fronteiras.

2 Curricularização da extensão em História da Arte

Pioneiro entre os cursos do *campus* Guarulhos da Unifesp na curricularização da extensão, o curso de História da Arte organizou - na revisão do seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), realizada entre junho de 2015 e maio de 2017 - as unidades curriculares extensionistas ao redor de três laboratórios de Pesquisa e Práticas: I. Práticas e Descrição; II. Instituições e Acervos; III. Curadoria e Mediação. Os laboratórios estão voltados ao envolvimento dos estudantes com a sociedade, em ações artísticas e culturais na Grande São Paulo, por meio de atividades mediadas, como visitas guiadas a museus; elaboração de guias de descrição e análise de obras, acervo e patrimônio; pesquisas de campo e diagnósticos de práticas culturais; organização e mediação de exposições e eventos, entre outras atividades (DIAS; SPRICIGO, 2021).

Dois anos após a implementação do novo PPC, as atividades extensionistas foram impactadas pela pandemia do coronavírus, com a implementação emergencial



de atividades remotas em 2020 e 2021. Grosso modo, os ambientes virtuais de aprendizado se mostraram incompatíveis com a realidade social de muitos estudantes do *campus* Guarulhos e, especificamente com relação aos laboratórios. O isolamento social impossibilitou a presença em espaços culturais e contato direto com seus agentes. Diante dessa limitação, o Laboratório III, ministrado em 2021 por Pedro Arantes e Vinicius Spricigo, buscou, respeitando as medidas de combate à pandemia ainda vigentes, a colaboração com a ocupação Ouvidor 63. Além disso, como estratégia de aproximação entre a universidade e a ocupação, o ensino a distância permitiu a abertura das salas de aula virtuais aos moradores da ocupação interessados em participar de atividades síncronas no período noturno oferecidas pelo corpo docente do curso de História da Arte.

3 O laboratório na ocupação Ouvidor

O primeiro contato entre a Ouvidor 63 e o curso de História da Arte da Unifesp surgiu através da proposta de estudos de casos durante a disciplina de Arte Contemporânea ministrada pelo professor Pedro Arantes durante o primeiro semestre de 2021.

O objetivo foi analisar as práticas artísticas e ativistas de diversos movimentos sociais contemporâneos, como movimentos feministas, LGBTQIA+, de luta por moradia, entre outros. Os estudantes organizaram-se em grupos de acordo com os interesses e relações com cada movimento. O grupo responsável pelo estudo da articulação entre arte, política e ocupações urbanas apresentou, entre outros casos, a Ouvidor 63.

A principal ponte de ignição desta relação entre ocupação cultural e universidade surge através da familiaridade do artista e aluno de História da Arte Marcelo Lauton com a ocupação. Com uma convivência que teve início em 2019, Lauton desenvolveu relações de confiança com diversos artistas ocupantes, que viabilizou a aproximação dos docentes e, na sequência, dos demais estudantes.



No momento de mergulho no "universo" Ouvidor, tudo ainda era muito novo, tanto para os estudantes, quanto para os artistas. As aulas teóricas foram acompanhadas de forma remota pelos artistas e um grupo de alunos, com a instalação de um computador, som e telão cedidos pela Unifesp no décimo andar da ocupação.

Nas atividades extensionistas do Lab 3, os estudantes foram divididos em grupos de acordo com suas afinidades com as diferentes linguagens e propostas realizadas na Ocupação. Na metodologia adotada no laboratório, foi definido um "artista anfitrião" para cada grupo/linguagem, responsável por apresentar os demais artistas, suas práticas e obras.

O movimento de deslocamento até a ocupação, em um momento de flexibilização de medidas de segurança contra a COVID-19, foi crucial para o projeto porque, devido ao cenário pandêmico, a maioria da turma não se conhecia pessoalmente. O isolamento necessário gerou uma situação coletivizada de diferentes níveis de vulnerabilidades entre as pessoas, agravadas pela negligência política do país.

Assim, com os trabalhos de campo opcionais, e a primeira visita, houve um momento potente de encontro, em que, através dos grupos e das dinâmicas propostas pelos anfitriões, pôde-se conhecer os artistas, colegas e professores que estavam por trás das telas, gerando sentimentos esperançosos de identificação e propósito para continuar. Vale mencionar também o momento sensível para a Ocupação, que iria reabrir para o público em sua 3ª Bienal de Artes, intitulada "A cisterna contém, a fonte transborda".



Imagem 1 - Fachada da Ouvidor 63 e pôster de sua 3ª Bienal



Fonte: Reciprocitar (2022).

A imersão dos discentes na Bienal também fazia parte da proposta do Lab 3, mas levando em conta a opcionalidade da visita, os registros e documentações dos estudantes que puderam comparecer à mostra foram importantes para retratar parte da experiência para aqueles impossibilitados de estar no local. Para transpor esse momento, os alunos estavam livres para produzirem suas percepções de diferentes maneiras, em textos, fotografias, pinturas, colagens, músicas ou outras linguagens.

Cada equipe produziu documentação em diferentes mídias reportando as histórias e vivências dos artistas participantes. Após o término dessa fase, os materiais foram reunidos pelos grupos na Revista Digital Mira - Luta Ocupação y Arte, que foi apresentada ao final do laboratório. Assim, a documentação ganhou uma nova perspectiva, colocando os estudantes como público participante, sujeito ativo, pesquisador poético. Propondo uma nova abordagem que vem surgindo na História da Arte contemporânea, que não se faz apenas sobre os artistas, mas com os artistas.



Imagem 2 – Capas das revistas Mira



Fonte: Reciprocitar (2022).

Na segunda fase da disciplina houve uma reorganização dos grupos, designados agora para elaborar juntamente ao Ouvidor uma proposta curatorial e expográfica para um evento-exposição-festival. Para isso, as equipes foram divididas em: 1. Expografia, cenografia e pré-produção; 2. Mediação e programas públicos; 3. Documentação e produção editorial; 4. Comunicação e parcerias; e 5. Coordenação geral.

Cada equipe tinha tarefas específicas e objetivos para serem alcançados. Nesse período, foram separados os materiais produzidos durante a primeira fase, e criados a identidade visual do projeto, o site, e as edições das revistas já citadas. Para além das aulas expositivas, as atividades extensionistas abarcavam desde a concepção curatorial até reuniões com possíveis parceiros institucionais.



Imagem 3 – Colagem matéria UNIFESP e vídeo congresso



Fonte: Reciprocitar (2022).

Durante o processo de planejamento do evento-exposição-festival, outro momento significativo foi a visita técnica ao *campus* Guarulhos da Unifesp. A visita possibilitou o reconhecimento do espaço ainda fechado, para realização das propostas na volta ao presencial.

Para os artistas, e para a maioria dos alunos que ingressaram no curso de História da Arte pouco antes do início da pandemia, foi a primeira experiência no *campus* e seu entorno, cercado de conjuntos habitacionais e equipamentos públicos na região dos Pimentas, como o CEU - Centro Educacional Unificado, o Hospital Municipal e o Terminal Urbano.

Um dia marcante para os estudantes, que puderam pensar nas possibilidades de estar presencialmente na Universidade e não apenas virtualmente. Para os artistas também foi importante como uma política de afirmação, com a possibilidade de ocupar um espaço acadêmico público que em teoria é para todos, mas que na prática, possui limites em suas possibilidades de acesso.



Imagem 4 - Colagem *campus* Unifesp Guarulhos e seu entorno



Fonte: Reciprocitar (2021).

O desenvolvimento do laboratório foi um trabalho de esforço mútuo, de encontro entre duas realidades distintas e suas potencialidades de união. Os contrastes, as trocas, as semelhanças e até mesmo as divergências foram se dando de forma recíproca. Pensando nesse percurso de criação, surgiu a proposta curatorial do Reciprocitar: poéticas entre ocupação, universidade e sociedade.

A intenção era a integração dos espaços da Unifesp, do entorno do *campus* Guarulhos e espaços de convivência da cidade. Nestes lugares, os artistas da Ouvidor 63 apresentariam suas obras em diálogo com os alunos e a comunidade do bairro Pimentas, em um evento que se construiria com a participação ativa, pensando em um contexto de acolhimento após dois anos de isolamento.

Muitos foram os empecilhos no caminho, mas apesar disso, frutos positivos foram colhidos, laços criados e possibilidades ampliadas. Por isso, voluntariamente, muitos dos envolvidos se mantiveram em diálogo, e o laboratório se transformou em um projeto de extensão universitária, dando espaço ao "tempo longo e lento" da extensão.



Imagem 5 – Recortes Universo Ouvidor



Fonte: Reciprocizar (2021/2022).

4 Do laboratório nasce o Reciprocizar

Com o término do laboratório curricular, estudantes e artistas interessados, com a orientação dos docentes, decidem continuar a colaboração e a tentativa de realizar, ao menos parcialmente, o que foi planejado e iniciado no Lab 3.

Após o cadastro no Sistema de Informações de Extensão (SIEX) e a seleção de bolsista para o projeto, através de edital aberto pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), o Reciprocizar passa a ganhar forma, com os encontros semanais que ocorreram no espaço expositivo do *campus* Guarulhos.

Foi um momento de ativação da galeria de arte e de conhecimento do *campus*, seja por parte dos artistas, mas também dos alunos, que ainda não tinham pleno domínio dos espaços e potencialidades para as ações artísticas. A galeria foi tema de uma reunião aberta, para pensar em formas de aproveitamento do espaço e infraestrutura do local, integrando a comunidade acadêmica ao projeto.

Partindo da perspectiva de ocupação, o planejamento do uso dos espaços, que seriam ativados por diferentes linguagens artísticas, se originou do estudo da planta do *campus*, dando início a diálogos que se estabeleceria com a direção acadêmica durante o restante do ano.



Imagem 6 – Galeria EFLCH e montagem *Onde estão os peixes no Aquário?*



Fonte: Reciprocitar (2022).

Rodas de conversa, performances, oficinas, projeções e exposições, foram diversas as nossas práticas. Algumas ideias iniciais que foram propostas não seguiram adiante por motivos como falta de infraestrutura ou limites orçamentários decorrentes de cortes institucionais. Outros desafios logísticos também foram impactantes, como a dificuldade com o transporte para os artistas e a falta de apoio com a alimentação.

A exposição intitulada “Perdão Pela Palavra”, com o artista Ofavo, pensou nas subjetividades, no uso das palavras e da arte como ferramenta de autoconhecimento. Sua produção teve como processo a junção de diversas técnicas e produções artísticas interativas, que ocorreram ao longo do mês de outubro. As oficinas trouxeram a presença de diversos outros artistas da Ouvidor, que produziram e dialogaram com os estudantes em diferentes espaços do *campus*.

No dia de uma das oficinas, ocorreu uma assembleia estudantil pautando o bloqueio de verbas destinadas às universidades e institutos federais. Além dos alunos, artistas e integrantes do Reciprocitar se manifestaram, mostrando um comprometimento e alinhamento com os acontecimentos do *campus*. A presença dos estudantes do projeto nas manifestações estudantis, como do ato do dia 18 de outubro, e as ações realizadas contra os ataques fascistas que se manifestaram na Universidade, reforçam o comprometimento político e social da extensão, que apesar das dificuldades, manteve a proposta de ocupar/ativar os espaços da Universidade a partir de uma outra perspectiva.



Imagem 7 - Painel de ações Reciprocriar



Fonte: Reciprocriar (2022).

5 Concluindo para seguir em frente

O projeto extensionista com a Ocupação Ouvidor, que possui uma organização e autogestão diferente da prática convencional da universidade, propondo arte e cultura de uma forma não hierarquizada, permitiu compreender e questionar as regras e os limites institucionais envolvidos.

Muitas das dificuldades enfrentadas são resultantes dos desafios que as atividades extensionistas voltadas à cultura representam na maioria das universidades. Historicamente, a gestão dos espaços e recursos foi orientada para as atividades de ensino e pesquisa, ficando a extensão universitária em segundo plano, uma realidade que começa a ser mudada aos poucos.

O Plano de Cultura da Unifesp, publicado em 2018 – mesmo ano da curricularização da extensão no curso de História da Arte – e vigente até 2020, precisa ser revisto a partir da experiência da curricularização da extensão, sobretudo garantindo recursos orçamentários para que seus objetivos possam ser executados. Diante da falta de recursos próprios, dentro do orçamento da Unifesp, docentes, estudantes e artistas envolvidos no projeto elaboraram estratégias de parcerias com a Secretaria de Educação de Guarulhos e o Serviço Social do Comércio (SESC), esta última no âmbito de um convênio firmado com a Unifesp, atualmente em fase de avaliação e implementação.



Outra ação que foi iniciada, avançou no campo da pesquisa participante com estudantes e artistas da Ouvidor. A motivação foi dada por um edital da FAPESP lançado em abril de 2022 na área de Linguagem, Comunicação e Artes (LinCAR). O projeto "Ocupações", coordenado pelo Prof. Pedro Arantes, foi um dos 14 selecionados, e terá dois anos de duração. O projeto prevê, além de bolsas de pesquisa, a instalação de um escritório de pesquisa no Ouvidor 63.

Essa continuidade (e contiguidade) da proposição de espaços de criação, pesquisas, afetos e colaborações, iniciada com o Lab 3 extensionista e o Ouvidor 63 com seu desdobramento no projeto Reciprociar, foi essencial para que a curricularização da extensão não fosse restrita ao tempo rápido de um semestre letivo, mas ponto de partida de uma cooperação prolongada. Nosso Laboratório recebeu destaque pela PROEC entre as ações da Unifesp, com vídeo "Pilula Cultural" exibido no início de mesas do Congresso Acadêmico de 2022 e matéria jornalística no site da universidade (CRISTINA, 2022).

Esperamos que as práticas do Lab3 e seu desdobramento no Reciprociar tragam elementos de interesse e aprendizado para demais professores e estudantes interessados em aprofundar a extensão, partindo da disciplina curricular obrigatória e indo além, ao constituir laços e trocas entre universidade e sociedade de modo intenso, continuado e transformador.

Referências

CRISTINA, Juliana. Laboratório da Unifesp mobiliza ocupação de artistas no centro de São Paulo. **Notícias Unifesp**, março de 2022. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/5700-laboratorio-da-unifesp-mobiliza-ocupacao-de-artistas-no-centro-de-sao-paulo>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DIAS, Elaine; SPRICIGO, Vinicius. Programas e desafios para a Extensão Universitária no Curso de História da Arte da Unifesp. In: **Política de curricularização da extensão na Unifesp: caminhos, desafios e construções**. São Paulo: Alameda, 2021, p. 79-98.



MIRA. **Luta Ocupação y Arte** - Revista de Arte Urbana, 1ª Edição. Janeiro de 2022.
Disponível em: <https://issuu.com/thaissa.goncalves/docs/revista_mira_01>.
Acesso em: 10 abr. 2023.

MIRA. **Arte Cíclica** - Revista de Arte Urbana, 2ª Edição. Fevereiro de 2022.
Disponível em: <https://issuu.com/thaissa.goncalves/docs/revista_mira_02>
Acesso em: 10 abr. 2023.

RECIPROCRIAR. Vídeo-pôster: Reciprocriar - **Poéticas entre a Ocupação, Universidade e Sociedade**. Maio de 2022. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=vyCmseU3qg>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RECIPROCRIAR. Pílula de Cultura - **Reciprocriar e Ouvidor 63**. Junho de 2022.
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dS93vqYgDVs>>. Acesso em:
10 abr. 2023.



Curricularização da extensão em um curso de Engenharia Elétrica: relatos de uma experiência em construção e de desafios ainda a serem vencidos

Curricularizing extension in an Electrical Engineering course: reports of an experience in progress and challenges yet to be overcome

Anderson Bertoldi¹

Laline Broetto¹

Resumo

Relata-se aqui a experiência de curricularização da extensão no curso de Engenharia Elétrica do *campus* Jaraguá do Sul - Rau, do Instituto Federal de Santa Catarina. Para isso, apresentam-se as ações de extensão que precederam a curricularização e que serviram como referência para a nova proposta curricular, requerida pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação. Discute-se como a nova proposta curricular foi construída, levando em conta a necessidade da inclusão de 10% de carga horária para a extensão, e apresentam-se os desafios que ainda precisam ser vencidos até que toda a carga horária esteja devidamente implementada.

Palavras-chave: Currículo. Extensão universitária. Desafios para a curricularização da extensão.

Abstract

We report here the experience of curricularizing extension in the Electrical Engineering Course at the Federal Institute of Santa Catarina - Campus Jaraguá do Sul - Rau. For this, the extension actions that preceded the curricularization are presented. These actions were a reference for the new curricular proposal, required by Resolution Nº 7, of December 18, 2018, of the Higher Education Chamber of the National Council of Education. We discuss how the new curricular proposal was built, taking into account the need to include 10% of the workload of extension activities, and present the challenges that still need to be overcome until the entire Extension workload is properly implemented.

Keywords: Curriculum. University extension. Challenges in curricularizing extension.

¹ Docentes do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Jaraguá do Sul – Rau - anderson.bertoldi@ifsc.edu.br; laline.broetto@ifsc.edu.br



1 Introdução

O ensino superior no Brasil tem sido resistente a mudanças. Apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) já definir, em 1996, a extensão como uma das finalidades da educação superior, a pesquisa acadêmica ainda tem a predileção da maioria dos profissionais desse nível de formação. O Plano Nacional de Educação, no entanto, assegurou a integralização de, pelo menos, 10% “do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (BRASIL, 2014), assim curricularizando a extensão.

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2018), por sua vez, regulamentou as diretrizes para a extensão no ensino superior. Esses dois marcos legais começam a promover transformações em um nível de ensino marcado pela tradição e pela resistência a mudanças. Isso tem causado desconforto em muitos docentes que não estão habituados à extensão.

A discussão acerca da curricularização da extensão, apesar de parecer novidade, já vem sendo debatida desde 2010 pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). O FORPROEX (2012, p. 28) considera a extensão universitária como “[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. Define também as cinco diretrizes da extensão: (i) a interação dialógica; (ii) a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade; (iii) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (iv) o impacto na formação do estudante; e (v) o impacto e a transformação social (FORPROEX, 2012).

Assim, posiciona-se definitivamente contra a visão de extensão como uma aplicação do conhecimento acumulado pelas instituições de ensino superior à sociedade. Extensão, ao contrário, é um processo de interação entre as instituições de ensino superior e a sociedade com vistas à construção de novos conhecimentos que integrarão a formação acadêmica, social e ética do discente.



Dessa forma, os espaços de ensino e de aprendizagem se ampliam, transcendendo os tradicionais espaços de formação. A sala de aula torna-se “[...] todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas” (FORPROEX, 2012, p. 32).

A partir desses marcos legais e das diretrizes da FORPROEX para a extensão, relata-se, neste artigo, a experiência de curricularização da extensão no curso de Engenharia Elétrica do *campus* Jaraguá do Sul - Rau, do Instituto Federal de Santa Catarina.

Para isso, apresentam-se as experiências prévias em ações de extensão que precederam a curricularização da extensão. Em seguida, discutem-se a nova proposta de currículo que incorpora a extensão em sua grade curricular e como as experiências anteriores na extensão foram fundamentais para o desenho do currículo. Por fim, elencam-se alguns desafios - identificados a partir de conversas com docentes e observações durante o processo de alteração da matriz curricular - para uma curricularização da extensão universitária que não aconteça apenas nos documentos institucionais.

2 Experiências prévias

A primeira aproximação dos discentes do curso de Engenharia Elétrica do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, *campus* Jaraguá do Sul - Rau, com a extensão, se deu já na implantação do curso com a unidade curricular (UC) de Engenharia e Cidadania, em 2016. Durante o planejamento da UC, vários questionamentos surgiram: como trabalhar com temáticas tão amplas e importantes na atualidade em uma carga horária de 40h? Que relações teórico-práticas estabelecer para que os discentes se sensibilizassem e percebessem a relevância da UC em sua formação pessoal, profissional e cidadã? Que atividades desenvolver para que ocorresse a integração entre ensino, pesquisa e extensão de forma a promover a autonomia, a solidariedade e o pensamento crítico-social? Como romper com a cultura da



transmissão e estabelecer com os discentes um contrato didático que mediasse as relações estabelecidas entre docentes e discentes e entre discentes e discentes na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades e atitudes?

Diante desse cenário de dúvidas, o uso de uma metodologia participativa baseada na solução de problemas foi o caminho encontrado para proporcionar ao discente uma participação ativa no processo de ensino-aprendizagem. Assim, para estimular os discentes a vivenciar os temas discutidos em sala de aula, eles foram divididos em grupos, incentivados a observar a realidade e elencar o que percebiam da sociedade em que viviam e o que desejavam, expressando suas percepções em cartazes. Em seguida, os discentes foram instigados a responder a seguinte pergunta: como eu, futuro engenheiro, posso contribuir para aproximar a sociedade que se tem da sociedade que se deseja? Logo após, foram sensibilizados a realizar uma atividade de extensão que buscasse transformar alguma realidade identificada por eles.

A segunda aproximação aconteceu a partir de 2019, na UC de Comunicação e Expressão, motivada pela criação do grupo de pesquisa “Letramento, Ciência e Tecnologia”. Um dos interesses de pesquisa do grupo era a interface entre letramento e o ensino de ciências. Assim, o docente da UC, que integrava o grupo, passou a desenvolver projetos de extensão com os discentes do curso de Engenharia Elétrica, propondo-lhes a criação e apresentação de oficinas lúdicas de educação científica para crianças. Essas oficinas envolviam a explanação de histórias relacionadas aos experimentos apresentados, observação e manipulação de experimentos com materiais de baixo custo, e brincadeiras (BERTOLDI; CAMPESTRINI BINDER, 2021).

Ao finalizar o projeto, os discentes avaliaram os impactos dessa experiência em sua formação. Assim, pôde-se verificar que, com pouquíssimas exceções, os discentes gostavam de realizar projetos de extensão, além de considerarem essa atividade relevante para a comunidade e para a sua formação cidadã e acadêmica.

Isso demonstra como as atividades com objetivos que vão além da repetição e do treino para o mercado de trabalho fazem sentido para esse público jovem que adentra instituições de ensino superior. A partir dessas observações, percebeu-se que a extensão universitária era bem-vista pelos discentes. Por que, então, a extensão



universitária só começa a se consolidar na prática da educação superior a partir da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2018)? Essa é a pergunta que se pretende responder na seção quatro. Por ora, cabe relatar como o curso aqui mencionado buscou solucionar o desafio posto pela referida resolução.

3 Reestruturação do currículo a partir da curricularização da extensão

Motivados pela obrigatoriedade da curricularização da extensão, o núcleo docente estruturante do curso de Engenharia Elétrica iniciou a discussão da nova matriz curricular a partir das experiências prévias com atividades de extensão já desenvolvidas no curso. Como as experiências anteriores de atividades de extensão foram positivas nas UCs citadas anteriormente, o grupo propôs a inclusão de carga horária de extensão nessas UCs e a criação de UCs específicas de extensão como co-requisitos. Desta forma, o discente deverá cursar simultaneamente na primeira fase a UC de Comunicação e Expressão e a UC de Extensão I. Na quinta fase, a UC de Engenharia e Cidadania e a UC de Extensão II.

A possibilidade da criação de UCs específicas para a extensão permitirá que as ações já realizadas sejam qualificadas, pois a carga horária para a preparação das atividades que serão levadas à comunidade será maior. Não ocorreu alteração na carga horária das UCs de Comunicação e Expressão e de Engenharia e Cidadania, que seguem com 40 horas cada (10 horas teóricas e 30 horas de extensão). Na nova matriz, essas UCs contarão com o apoio das UCs específicas para o desenvolvimento de suas atividades, sendo 100 horas na UC de Extensão I e 120 horas na UC de Extensão II.

Para a integralização da carga horária obrigatório de extensão, uma UC de Extensão III, de 140 horas, foi incluída na nona fase. Espera-se que o discente nessa fase, com a experiência obtida nas fases anteriores, já tenha desenvolvido alguma atividade de extensão para além das propostas pelas UCs específicas, de modo que consiga validar a carga horária. Como a Instituição divulga, periodicamente editais de extensão com recursos financeiros para execução de projetos, com bolsas para



discentes, abre-se a possibilidade de esse grupo participar das ações de extensão e validarem a UC de Extensão III posteriormente.

4 Desafios para a curricularização da extensão

Durante o processo de revisão curricular, percebeu-se alguns desafios que ainda necessitam ser vencidos para a curricularização plena da extensão. Pode-se citar primeiramente o medo dos docentes em realizar extensão. Como abordado anteriormente, entre a pesquisa e a extensão, os docentes da educação superior tendem a preferir a pesquisa, fazendo com que muitos não tenham experiência com o trabalho com a comunidade. Além disso, uma visão de educação tradicional, baseada na transmissão de conteúdos e memorização para avaliações, impede a concepção da extensão como parte do ensino dos discentes, pois modifica-se a forma de planejar, de ensinar e de avaliar.

Outro fator que dificulta até mesmo o planejamento de uma atividade de extensão é o desconhecimento sobre as cinco diretrizes da extensão definidas pelo FORPROEX (2012). Por vezes, os docentes confundem impacto social com assistencialismo e, colocando-se contra o que consideram assistencialismo, colocam-se também contra a extensão. Como a interação dialógica não é também uma tradição da comunidade acadêmica, frequentemente os projetos são propostos sem se ter conhecimento dos interesses e das limitações da comunidade. Isso são apenas alguns exemplos de como as concepções acerca de o que é o ensino superior podem prejudicar o avanço da extensão universitária, mesmo com a curricularização.

Encontram-se outros desafios em relação à execução dos projetos, como o tempo rígido imposto pela organização semestral para início e finalização das atividades de extensão, e as incertezas envolvidas na continuidade de um trabalho com a comunidade.

Quando o trabalho de extensão é realizado com escolas, para citar um exemplo, a simples mudança de gestores em alguma repartição pública pode ocasionar a descontinuidade das ações. Crises locais ou globais, como a pandemia de Covid-19,



também podem dificultar a conclusão de atividades de extensão que, uma vez estando curricularizadas, necessitam ser finalizadas, avaliadas e terem uma nota ou conceito atribuído ao discente para que ele possa prosseguir em seu curso. Com certeza, o planejamento pode minimizar a probabilidade desses imprevistos, ou mesmo evitá-los por completo. No entanto, resta a dúvida de como essas situações serão enfrentadas caso ocorram.

5 Conclusão

A curricularização mudou definitivamente o *status quo* da extensão nos cursos superiores, mas ainda há muito trabalho para que ela se torne, de fato, parte integrante da formação discente. A formação docente deverá assumir parte dessa responsabilidade.

É preciso promover uma mudança profunda na forma como se está habituado a aprender e ensinar. Muitas metáforas utilizadas para representar o processo de ensino-aprendizagem – como “transmitir um conteúdo”, “passar um conteúdo”, “vencer um conteúdo”, “entrar, ou não, na cabeça do aluno”, ou ainda “exercício de fixação”, “prova de recuperação”, “nota” – expressam uma concepção de educação bancária, em que a memorização e a reprodução de conteúdos em avaliações, conforme esperado pelo professor, concedem ao estudante uma nota que lhe garantirá um *status* na sala de aula, assim como um determinado valor em uma conta bancária garantirá um *status* diferenciado a um correntista em um banco.

À medida que a extensão assume outras “salas de aula” possíveis, será preciso auxiliar o docente a mudar suas concepções de ensino; e uma dessas mudanças é integrar a extensão ao ensino. Esse desafio, porém, pode ser maior ainda para os discentes, que muitas vezes trabalham e não têm tempo suficiente para a realização de atividades fora do horário estabelecido para a formação em sala de aula. Tem-se observado uma dificuldade muito grande para preencher vagas de bolsas de pesquisa e extensão nos projetos desenvolvidos na Instituição. Geralmente, os discentes preferem adentrar logo no mercado de trabalho, quando já não estão trabalhando.



As mudanças promovidas na educação superior pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelo Plano Nacional de Educação de 2014 e, especialmente, pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, traduzem uma mudança na percepção do papel das Instituições de Ensino Superior na sociedade. Os desafios, com certeza, serão enfrentados e solucionados. No entanto, seria importante a criação de fórum para avaliar o real impacto da curricularização nas práticas extensionistas de docentes e discentes, para que a curricularização da extensão não fique meramente formalizada nos documentos oficiais.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/62611-resolucoes-cne-ces-2018>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BERTOLDI, A.; CAMPESTRINI BINDER, I. M. Educação científica para crianças por meio da contação de histórias: relato de uma experiência na Educação Infantil. **Caminho Aberto**: revista de extensão do IFSC, [S. l.], n. 15, p. 127-132, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2886>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%Adtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 9 de mar. 2023.



Bioquímica Solidária: relato de experiência na pauta da curricularização da extensão

Solidarity Biochemistry: experience report on the extension curriculum agenda

Maycon Douglas Paixão Xavier¹
Carmem Lygia Burgos Ambrósio²
Raquel Araújo de Santana²

Resumo

Bioquímica Solidária é um projeto de extensão vinculado a uma disciplina básica na qual os de Nutrição apresentam um tema de Bioquímica para os discentes cursando disciplinas de Bioquímica e afins em cursos da área de saúde e biológicas. O presente trabalho objetivou descrever a experiência realizada durante três visitas dos discentes a um lar de idosos a fim de desenvolver sua formação técnico-cidadã, em contato com a realidade. Para direcionar as visitas, os alunos receberam diários de registro com perguntas que norteavam o reconhecimento do local, diálogo com idosos e funcionários, além de estimular reflexões pessoais e profissionais. As visitas possibilitaram a sensibilização dos discentes e a construção de laços, o que contribui tanto para a formação acadêmica e profissional do aluno quanto para o diálogo horizontal Universidade-Comunidade, permitindo troca de saberes e solução de problemas. A experiência representou um exemplo que pode ser utilizado na curricularização da extensão.

Palavras-chave: Bioquímica. Formação acadêmica. Instituição de longa permanência.

Abstract

Solidarity Biochemistry is an extension project linked to a basic discipline in which those in Nutrition present a Biochemistry theme for students learning Biochemistry and similar disciplines in courses in the health sciences and biological areas. The present work aimed to describe the experience obtained during three visits by students to a nursing home in order to develop their technical-citizen training, in contact with reality. To guide the visits, students received registration diaries with questions to facilitate the recognition of the place, dialogue with seniors and employees, to promote personal and professional reflections. The visits made it possible to raise students' knowledges and approximate students and community, which contributes both to professional training and to the horizontal University-Community dialogue, allowing

¹ Graduado no curso de Nutrição do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - maycon.d.douglas@hotmail.com

² Docentes de Nutrição na UFPE - carmem.ambrosio@ufpe.br; raquel.asantana@ufpe.br



for the exchange of knowledge and problem solving. The experience represented an example that can be used in the extension curriculum.

Keywords: Biochemistry. Academic education. Long-stay institution.

1 Introdução

A extensão universitária consiste em um conjunto de ações que promovem a integração transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade por meio de ações interdisciplinares, político educacionais, culturais, científicas e tecnológicas, visando a produção e a aplicação de conhecimentos em articulação com o ensino e a pesquisa (CEPE-UFPE, 2019).

De acordo com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, as atividades extensionistas devem fazer parte da matriz curricular dos cursos de graduação, compondo pelo menos 10% da carga horária curricular estudantil. A curricularização da extensão na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi regulamentada através da Resolução nº 31/2022 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), medida que visa o reconhecimento da importância da extensão universitária na formação integral do estudante:

Os objetivos estratégicos da UFPE quanto à integração da Universidade com outros setores da sociedade no âmbito dos pilares da pesquisa, da extensão, da inovação, bem como no reconhecimento da relevância e do potencial extensionista para a formação integral do discente, ampliando a sua capacidade crítico-reflexiva, criativa, científica, profissional e ético-política (CEPE-UFPE, 2022, p.1).

O Bioquímica Solidária (BS) é um projeto da UFPE que integra ensino e extensão, vinculado à disciplina Bioquímica da Nutrição, onde, em seu caráter de ensino, os discentes do terceiro período do curso de Nutrição organizam um evento e expõem um tema da disciplina através de uma peça de teatro apresentada a uma



plateia composta por discentes dos ciclos básicos pertencentes às áreas da Saúde e Ciências Biológicas.

Em seu caráter extensionista, o BS promove o intercâmbio entre a academia e a comunidade por meio da execução de visitas a instituições carentes, como as Instituições de Longa Permanência para Idosos "ILPIs", onde os alunos interagem com pessoas em situação de vulnerabilidade e contribuem com doações arrecadadas durante a apresentação (AMBRÓSIO *et al.*, 2023).

As ILPIs são estabelecimentos equipados para atender pessoas de 60 anos ou mais, sob regime temporário ou permanente, de forma gratuita ou paga, que dispõem de uma equipe multidisciplinar voltada para o cuidado dos idosos no que se refere à alimentação, saúde, higiene, repouso, lazer e outras características da vida institucional (BRASIL, 1989). As ILPIs ocupam um espaço relevante no processo de assistência à idosos, sobretudo no que se refere àqueles que se encontram em estado de limitado suporte familiar. No entanto, refletem uma realidade que gera insatisfação de seus residentes e da sociedade de um modo geral (FAGUNDES *et al.*, 2017).

Frente às necessidades da população institucionalizada, bem como às próprias características do processo de envelhecimento, a prática do Nutricionista é imprescindível para melhorar a qualidade de vida dos residentes de ILPIs. A fim de preservar a saúde e fornecer a alimentação adequada para patologias específicas, o Nutricionista implanta programas alimentares adequados dentro da realidade local, observando as dimensões culturais, biológicas, sociais e psicológicas dos idosos (BENETTI *et al.*, 2014).

O presente relato objetiva descrever as atividades extensionistas desenvolvidas no segundo semestre de 2019, na ILPI localizada no município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco.

Os alunos realizaram três visitas supervisionadas, onde foram estimulados a interagir com os idosos por meio da execução de atividades lúdicas e aplicação de questionários presentes em um diário de visitas desenvolvido pelos professores da disciplina. As visitas foram estruturadas com os seguintes tópicos: reconhecimento do



local, dos residentes e dos funcionários; identificação das necessidades materiais; desenvolvimento de atividades; e entrega das doações.

Visto que os alunos do terceiro período de Nutrição ainda não possuem capacitação técnica para realizarem intervenções nutricionais, o objetivo das visitas foi propiciar o contato entre os alunos e os residentes da ILPI, por meio da aplicação dos questionários e pelo desenvolvimento de atividades lúdicas e recreativas, fomentando assim o contato humano, o desenvolvimento do senso de empatia e a sensibilização.

2 Desenvolvimento

Os alunos foram divididos em cinco grupos e receberam diários para registrar as observações respondendo questões estruturadas. Na primeira visita foi feito o reconhecimento do local e dos integrantes da instituição, conforme o questionário presente no Quadro 1.

Quadro 1 – Registro da primeira visita.

Primeira visita

DIRECIONADA AOS ALUNOS

1. Vocês já visitaram uma instituição de permanência de idosos? Qual a ideia que vocês tinham de como era? Vocês conhecem alguém que more em alguma dessas instituições?
2. Quais foram as impressões que vocês tiveram da visita depois do contato com o ambiente e os idosos?
3. Vocês conversaram com os idosos? Se sim, recordam-se do nome? Se sim, cite.
4. Quais sentimentos e/ou expressões tiveram?
5. De que forma o Nutricionista pode contribuir para uma melhor qualidade de vida dos idosos?
6. Como é a relação com os idosos de suas famílias de modo geral? Discutam e dissertem.

Fonte: Os autores (2023).



Na segunda visita os alunos conversaram individualmente com os idosos e com os funcionários da cozinha para registrar as respostas no diário que contemplava questões relativas aos hábitos e preferências alimentares dos idosos. Quanto aos trabalhadores da cozinha, esses foram abordados sobre as preparações do cardápio, horários e o responsável técnico pela alimentação dos institucionalizados (Quadro 2).

Quadro 2 - Registro da segunda visita

Segunda visita

DIRECIONADA AOS IDOSOS

1. O que você mais gosta de comer?
2. Você pode comer o alimento que mais gosta?
3. É oferecido pela instituição?
4. O que você não gosta de comer?
5. Você acha que o alimento que você não gosta é bom para saúde?
6. É servido algo que você não gosta?
7. Ao observar os idosos: existe alguma patologia que afete essa digestão? (Ex.: problemas da arcada dentária - mastigação; patologias do TGI - deglutição, digestão, absorção)

DIRECIONADA AOS FUNCIONÁRIOS DA COZINHA

1. Há algum Nutricionista?
2. Foi elaborado um cardápio? Quem o elaborou?
3. Quais horários são servidas as refeições?

Fonte: Os autores (2023).

Na terceira visita os alunos interagiram com os idosos de forma mais espontânea desenvolvendo atividades recreativas e respondendo às questões da



terceira parte do diário de registros (Quadro 3). Em outro momento, foi realizada a entrega das doações na instituição.

Quadro 3 - Registro da terceira visita

Terceira visita

DIRECIONADA AOS GRUPOS VISITANTES

1. Para vocês, como foi a experiência do Bioquímica Solidária?
2. Quais pontos foram positivos e devem ser perpetuados?
3. Quais pontos foram negativos e podem ser repensados?
4. Vocês acham que o Bioquímica Solidária contribui para a vida profissional?

DIRECIONADA AOS FUNCIONÁRIOS

5. Vocês acham que o Bioquímica Solidária contribui para a vida profissional?
6. Vocês possuem sugestões para as futuras visitas com as próximas turmas?
7. Vocês acham que as visitas contribuem para suas futuras vidas profissionais?

Fonte: Os autores (2023).

3 Resultados

A instituição abriga um total de 61 residentes, dos quais 29 são do sexo masculino e 32 do sexo feminino. Seu regime de funcionamento é de 24h por dia e o horário de visitação é das 14 às 17 horas. Possui um quadro de 19 funcionários: uma cozinheira, um auxiliar de cozinha, dois enfermeiros, quatro auxiliares de enfermagem e 11 cuidadores que desempenham funções diversas na ILPI.

A partir dos registros efetuados nos diários de visitas e pelas discussões que eles suscitaram, pudemos analisar se os discentes compreenderam a proposta do projeto. Observou-se que a experiência dos alunos foi bem variada: enquanto em um



grupo todos os integrantes já tinham visitado instituições semelhantes, no outro grupo nenhum dos integrantes havia tido tal experiência. Os outros dois grupos eram mistos, isto é, compostos por alunos que já tinham visitado e por outros que nunca tinham ido a instituições de longa permanência. O segundo grupo, composto por discentes que não haviam visitado nenhuma ILPI, destacou que: “tinham a ideia de que era escolha dos próprios idosos estarem lá, mas após a visita foi notável a situação de abandono”.

Apesar dessa variedade de experiências prévias, o impacto foi semelhante para todos os grupos, já que houve uma comoção devido à situação de abandono dos idosos por parte de seus familiares. Parte desse impacto foi expresso nos diários: “o ambiente nos deixou reflexivos sobre as condições de abandono dos integrantes da casa, uma vez que nos tornamos mais empáticos e emotivos”, e ainda: “os idosos precisam de mais companhias, pelo fato deles não terem muita interação entre si. Precisam de visitas dos seus familiares”. O terceiro grupo destacou: “através da nossa conversa, despertou em nós o sentimento de tristeza, mas também alegria em poder conhecê-los e trazer um pouco de alegria”.

A realidade percebida pelos alunos decorre do trauma do processo de institucionalização, onde o envelhecimento ocorre longe da tradição e do cuidado familiar, forçando os idosos a se adaptarem a uma nova condição. A realidade institucionalizada os condiciona a um estilo de vida que valoriza o coletivo, diferente do processo de individuação em que decorre o envelhecimento em um ambiente familiar, além de desviá-los de seus planejamentos de vida de forma repentina, somando-se a isso toda a realidade do abandono (FAGUNDES *et al.*, 2017).

Os discentes relataram que o local era agradável e arejado, e também se sentiram muito acolhidos pelos idosos, que se mostraram ávidos em dialogar e contar suas histórias de vida. Também participaram de jogos com os idosos enquanto aprendiam sobre a importância da escuta.

Sobre as impressões a respeito do local o primeiro grupo relatou: “lugar acolhedor, com certos cuidados, ambiente limpo, porém um lugar com um pouco de tristeza, visto que alguns idosos se sentem sozinhos”.



Quanto à quarta questão do diário, referindo-se ao papel do Nutricionista no cuidado com os idosos, o segundo grupo respondeu: “o Nutricionista pode contribuir para uma alimentação mais saudável com cardápios variados, respeitando a individualidade de cada um, gostos e preferências, tornando o ambiente mais acolhedor e mais aceitável, considerando toda a tristeza que já passam”.

A quinta questão (Quadro 1) foi mal compreendida por dois dos quatro grupos. A questão referia-se sobre a relação dos discentes com os idosos de suas próprias famílias, mas foi compreendida como ser sobre a relação que tiveram com os idosos na instituição. Comentaram que a maioria dos idosos estão em uma situação de abandono e que alguns deles lidam bem e outros não. Dentre os grupos que compreenderam a questão, o quinto grupo respondeu: “temos uma boa convivência com os idosos de nossas famílias. No caso de doença, como é o relato de dois componentes do grupo, a própria família cuida em casa”.

O cardápio é distribuído em cinco refeições diárias: o desjejum é realizado às 6h30, a colação às 9h, o almoço às 12h, o lanche da tarde às 15h e o jantar às 18h. A questão foi incluída para que os discentes observassem o cardápio da instituição e para que dialogassem com os funcionários, não tendo o objetivo de analisá-los, pois ainda não possuíam o conhecimento para isso, tratando-se de discentes do ciclo básico.

Na segunda visita, os discentes realizaram perguntas sobre os hábitos alimentares dos idosos e as enfermidades que poderiam influenciar na alimentação (Quadro 2). Identificaram que a complicação mais frequente era a dificuldade de mastigação, porém foram encontrados alguns casos de constipação e mal de Parkinson.

As questões da terceira visita (Quadro 3) nos forneceram um vislumbre da opinião dos discentes sobre a experiência como um todo, visto que são respondidas ao final de todo o processo. Os alunos destacaram que foi uma experiência marcante, pois, além de sua importância para o processo de ensino-aprendizagem, o projeto oportunizou o contato com a prática profissional do Nutricionista ao propiciar o diálogo e a aplicação dos diários que serviram como guia para o fluxo da conversação.



Sobre a experiência do projeto, os discentes destacaram: “foi uma experiência muito boa, onde aprendemos a trabalhar em grupo e onde tivemos uma maior interação com a turma toda”, “incrível e bem intenso (...) conseguimos nos abrir mais com as pessoas e entender as suas necessidades, tentando ajudá-las da melhor forma possível”.

Sobre a importância das visitas para o futuro da vida profissional, um dos grupos respondeu: “as visitas contribuem para as nossas vidas profissionais, pois ao nos depararmos com os idosos percebemos o quanto são humildes e o quanto há necessidade de ter mais carinho e atenção ao próximo”. O primeiro grupo respondeu: “com as visitas nos tornamos profissionais mais humanizados”. Enquanto o terceiro grupo destacou: “gera sensibilidade com o próximo, melhorando o processo de escuta que é extremamente importante para a vivência profissional, como exemplo, podemos citar a anamnese”

Como pontos positivos, os alunos destacaram o ensejo do diálogo com os idosos, o desenvolvimento da empatia, o estímulo da desenvoltura ao dialogar e enfatizaram que os questionários foram muito importantes para guiá-los no trato com os idosos. Como pontos negativos, todos os grupos destacaram que deveriam ter mais visitas à instituição e alguns se queixaram da falta de interação com alguns componentes do grupo.

Os alunos relataram que a experiência foi muito proveitosa, benéfica, gratificante, renovadora e que contribuiu para o crescimento pessoal e profissional. Por fim, sugeriram a utilização de música, a oferta de alimentos e a flexibilização dos horários das visitas. Sobre isso, o primeiro grupo destacou: “a utilização de música para aqueles que gostam de dançar, implementação de momentos com salada de frutas para maior interação com os idosos”.

4 Conclusão

O BS tem como objetivo promover a aproximação dos discentes do ciclo básico de Nutrição com os outros setores da sociedade, a fim de desenvolver sua formação



técnico-cidadã, em contato com a realidade, propiciando ainda, o compartilhamento de experiências e vivências entre docentes, discentes e comunidade.

A partir das respostas registradas nos diários, ficou evidente que os discentes compreenderam a proposta do projeto ao perceberem não só a importância pedagógica, isto é, para o processo de ensino-aprendizagem, mas identificaram a importância na formação profissional ao exercitar a capacidade de diálogo, ao propiciar condições para que se articulem no trabalho em grupo, ao estimular a capacidade de se expressar, ao exercitar a empatia e a cidadania, e ao propiciar o contato antecipado com a prática profissional do nutricionista antes dos estágios curriculares. Todos esses quesitos foram destacados por eles nos diários de visitas.

Existem experiências bem sucedidas de curricularização da extensão em saúde, desenvolvidas em algumas instituições de ensino superior do país. Um exemplo é a Universidade de Pernambuco (UPE) que desenvolveu ações voltadas às demandas nutricionais de pacientes obesos em ambulatório no *campus de Petrolina* (GALDINO *et al.*, 2022) com a participação de estudantes de graduação em saúde, dentro do escopo das atividades de extensão, pesquisa e ensino.

Outro exemplo é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) que desenvolve projetos envolvendo a Associação Parkinson Paraná, com ações voltadas a melhorar a qualidade de vida dos pacientes diagnosticados com a doença de Parkinson e seus familiares desde 2018 (MOLARI *et al.*, 2022).

Inicialmente, o BS tratava-se de um exercício acadêmico da disciplina Bioquímica da Nutrição. Como já possuía um caráter extensionista, foi cadastrado no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (Sigproj) antecipando-se ao processo de curricularização da extensão universitária ao vincular uma disciplina obrigatória do ciclo básico à comunidade extramuros.

Referências

AMBRÓSIO *et al.* **Bioquímica Solidária Nutrindo Corpo e Alma: Êxito Metodológico de um Projeto de Extensão Inovador.** Recife: Editora UFPE, 2023. Disponível em: <<https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/829/832/2870>>. Acesso em: 5 maio 2023.



BENETTI, F. *et al.* Instituições de Longa Permanência para Idosos: olhares sobre a profissão do nutricionista. **Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 397-408, 2014.

BRASIL. **Portaria nº 810, de 22 de setembro de 1989**. Institui as normas para funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento ao Idoso. Brasília. Ministério da Saúde. 1989. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1989/prt0810_22_09_1989.html#:~:text=Aprova%20normas%20e%20os%20padr%C3%B5es,em%20todo%20o%20territ%C3%B3rio%20nacional>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Resolução nº 16/2019**. Recife, 2019.

Disponível em:

<<https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Resolu%C3%A7%C3%A3o+16+2018+-+Nova+Resolu%C3%A7%C3%A3o+da+Extens%C3%A3o.pdf/8474f718-c88b-4e94-8212-2d1758f0a5e7>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Resolução nº 31/2022**. Recife, 2022.

Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/116zts5uNw17LeHd6lfn8E0TyUr2bFoo/view>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

FAGUNDES, K. V. D. L. *et al.* Instituições de longa permanência como alternativa no acolhimento das pessoas idosas. **Rev. Salud Pública**. Alfenas, vol. 19, n. 2, p. 210-214, 2017.

GALDINO, A. S. C. *et al.* Curricularização da extensão como prestação de serviço em saúde para o combate da obesidade. **REUPE**, Petrolina, vol. 7, n.1, p. 5-11, 2022.

MOLARI, W. G. C. *et al.* Projeto Estímulo: relato de experiência de curricularização em uma universidade tecnológica federal. **Revista Extensão & Sociedade**, Paraná, v. 14, n. 2, p. 87-97, 2022.



Tecnologias em saúde: produção entre universidade, serviço e comunidade

Health technologies: production between university, service and community

William Glemerson de Souza Domingos¹

Alvaro Luis da Silva Bello Ferreira¹

Alexia Gabriele de Oliveira Sobreira¹

Andressa Teoli Nunciaroni²

Arlene Souza Lopes³

Beatriz Arcanjo de Almeida⁴

Vanessa de Almeida Ferreira Corrêa²

Resumo

Este relato de experiência apresenta articulação entre ensino e extensão universitária a partir da produção de tecnologias em saúde construídas ao longo da disciplina de “Atenção e Gerência da Saúde Coletiva no SUS”. As ações extensionistas ocorreram entre 2022 e 2023 com discentes e docentes do curso de Graduação em Enfermagem, usuários e profissionais de saúde. Nas atividades extensionistas, os discentes foram estimulados a reconhecer os problemas vivenciados nos serviços de saúde e na comunidade; e a desenvolver tecnologias em saúde, fundamentadas na Educação Popular em Saúde. As ações extensionistas ocorreram nas unidades de saúde, comunidades e na universidade, com a produção de 15 tecnologias em saúde e duas Feiras de Construção Compartilhada do Conhecimento. Verificou-se a importância da articulação entre o ensino e a extensão universitária a partir do arcabouço teórico e metodológico da Educação Popular e da formação inserida no cotidiano da população.

Palavras-chave: Educação em saúde. Saúde. Gestão. Relações comunidade-instituição.

Abstract

This experience report presents an articulation between teaching and extension, based on the production of health technologies developed during the practical teaching of the Discipline of Attention and Management of Collective Health in SUS through

¹ Discentes do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - w.souza.tr@edu.unirio.br; alvaro.luis@edu.unirio.br; alexia.sobreira@edu.unirio.br

² Docentes do curso de graduação em Enfermagem da UNIRIO - andressa.nunciaroni@unirio.br; vanessa.correa@unirio.br

³ Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro - arlenesantamarta@gmail.com

⁴ Enfermeira, preceptora e diretora da Divisão de Vigilância em Saúde da Ap 2.2 da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro - bianjo26@gmail.com



university extension. We implemented the actions in 2022-2023 with the participation of nursing undergraduate students, professors and health professionals. Students were encouraged to recognize the problems experienced in health services and in the community, then to develop health technologies, based on their sharing experiences, based on Popular Education in Health. At the end of each semester, the educational action took place in the health units and in the communities. We produced 15 technologies and 02 Shared-Knowledge Construction fairs. The importance of sharing teaching with extension, based on the theoretical and methodological framework of Popular Education and training inserted in the daily life of the population must be highlighted.

Keywords: Health education. Health. Management. Community-institutional relations.

1 Introdução

As premissas apresentadas neste relato de experiência perpassam pela necessidade de compreensão da graduação universitária como atividade formadora em interação com a sociedade, por meio do diálogo com os saberes e sentidos existentes, plurais e diversos. Considera-se como pressupostos a experiência e a reflexão-ação (RIBEIRO; PONTES; SILVA, 2017), e os princípios da Educação Popular e da Construção Compartilhada do Conhecimento (CARVALHO; ACIOLI; STOTZ, 2001), incorporados à prática cotidiana de mobilização social e de um novo olhar sobre o ensino superior, a partir da práxis dos sujeitos envolvidos e de suas necessidades sociais (PEREIRA; VITORINI, 2019).

Trata-se da preocupação dos autores com a formação universitária no curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) a partir da vivência de discentes em processos de interação, inseridos nos locais de vida das pessoas (unidades básicas de saúde e comunidades). Tais locais configuram-se como espaços onde diversos saberes se articulam a partir da realidade local, construindo práticas em saúde compartilhadas, participativas e potentes, a partir da reflexão crítica dos sujeitos envolvidos nos processos de aprender.

Pensar a extensão universitária como dispositivo potente, formativo acadêmico-profissional, já foi apresentado por Ribeiro, Pontes e Silva (2017, p. 52) ao



destacarem a atividade de extensão como “retro-alimentadora da teoria e da prática, ou seja, uma formação como práxis” e compreenderem o ensino como transformação em função da reflexão na ação e sobre a ação na reflexão.

É neste cenário de reflexão e transformação da Universidade que ocorre a demanda da curricularização da extensão universitária, onde a extensão deve ser integrada à matriz curricular dos cursos de graduação com no mínimo 10% da carga horária em programas e projetos de extensão, priorizando áreas de grande pertinência social (CNE/CES N° 7, 2018).

A extensão universitária permite aos discentes aplicarem seus conhecimentos em situações reais, promovendo o diálogo e a troca de saberes; além de envolvê-los em projetos que beneficiam a comunidade. Por consequência, ela possibilita o contato com realidades diversas, desenvolvendo a capacidade de compreensão e intervenção na realidade social. Assim, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária proposta pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (2012), a extensão universitária tem o potencial de fortalecer a relação entre a universidade e a sociedade, o que contribui para a formação de profissionais comprometidos com as suas responsabilidades sociais.

Diante disso, a relevância da curricularização da extensão reside na integração à matriz curricular dos cursos de graduação, o que implica na sua inclusão no planejamento pedagógico das instituições de ensino superior. Isso enfatiza a importância da extensão como um pilar da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa (FORPROEX; SESu/MEC, 2001).

Todavia, Pereira e Vitorini (2019, p. 28) atentam que "curricularização da extensão é ir além de acreditar na extensão", sendo importante superar a perspectiva de uma extensão assistencialista ao direcioná-la para a função social da universidade. Neste contexto, os princípios da Educação Popular e da Construção Compartilhada do Conhecimento (CARVALHO; ACIOLI; STOTZ, 2001) incorporados à prática cotidiana de ensino-aprendizagem, podem contribuir para repensar as formas de ensino no contexto universitário.



Assim, é importante compreender que a extensão universitária pautada na Educação Popular é uma importante iniciativa, uma vez que visa promover a saúde de forma mais participativa e democrática, o que leva em consideração as realidades e demandas das populações. Através da Educação Popular em Saúde (EPS) é possível construir coletivamente práticas educativas, as quais estimulam a reflexão crítica sobre as condições de saúde, envolvendo a população nas decisões e ações para a melhoria da qualidade de vida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Nesse contexto, desde 2022, a disciplina de Atenção e Gerência da Saúde Coletiva no SUS (AGSCSUS) da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto vem proporcionando a inserção discente no cotidiano de práticas de cuidado em unidades de saúde e comunidades, em articulação com o Projeto de Extensão “Escola como lócus do cuidado: integração entre comunidade, saúde e universidade”. O intuito dessa integração é construir tecnologias em saúde na perspectiva da EPS com profissionais das equipes de saúde e com os usuários dos referidos serviços. Dessa forma, identificou-se a necessidade de estimular os discentes inseridos na disciplina a reconhecerem os problemas vivenciados nos serviços de saúde e na comunidade; e a desenvolverem tecnologias em saúde com base em suas experiências em articulação com o serviço e a comunidade.

Desse modo, este artigo possui como objetivo relatar a experiência da articulação entre ensino e extensão a partir da produção de tecnologias em saúde construídas durante a disciplina de AGSCSUS por meio da extensão universitária.

2 Caminhos possíveis para a curricularização: o projeto de extensão

O projeto de extensão "Escola como lócus do cuidado", desenvolvido desde 2017 tem como objetivo geral refletir e construir práticas em saúde na perspectiva da EPS com profissionais das equipes de saúde, discentes e professores das escolas municipais vinculadas por meio do Programa Saúde na Escola, além de discentes e docentes do curso de Graduação em Enfermagem da EEAP/UNIRIO.



Esse projeto possui como método a inserção semanal do discente bolsista nas atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas de EPS das equipes de saúde em uma perspectiva dialógica, pautada em: práticas comunitárias, problematização, mediação de conflitos, trocas de saberes, e reconhecimento das vulnerabilidades e iniquidades em saúde, passíveis de construção de projetos de intervenção coletiva. Através da metodologia de pesquisa-ação, todos os atores envolvidos participam e mobilizam-se a partir de uma situação-problema.

Assim, o projeto possui continuidade na unidade de saúde onde desenvolve suas atividades de extensão cotidiana, e produz arcabouço teórico-metodológico e prático para as ações extensionistas articuladas à disciplina do curso de Graduação em Enfermagem. Desta forma, o projeto articula-se diretamente com a disciplina de AGSCSUS por meio da inserção dos discentes nas unidades de saúde e na comunidade, através da construção coletiva de tecnologias em saúde.

3 Construção coletiva: produção de tecnologias em saúde

As tecnologias em saúde são compreendidas como procedimentos técnicos organizacionais, informacionais, educacionais e de suporte voltados aos profissionais de saúde ou à população, por meio dos quais os cuidados com a saúde são prestados.

É importante considerar, para sua construção, as demandas e problemas identificados no cotidiano de produção do cuidado em saúde. Nesse sentido, a operacionalização de tais recursos contribui significativamente para as competências e ações dos profissionais da saúde na comunidade (GUEDES; SÍNDICO, 2014).

Para a construção das tecnologias em saúde utilizaram-se as experiências extensionistas do projeto “Escola como lócus do cuidado” no planejamento de atividades educativas por meio da ferramenta “planejamento de atividade de educação em saúde”, a qual contém os seguintes itens: tema a ser abordado, objetivos da tecnologia em saúde, público-alvo, recursos materiais a serem utilizados, perguntas disparadoras, desenvolvimento, e proposta de avaliação. Tais itens contribuem para o planejamento da tecnologia em saúde a partir da realidade local e das necessidades



percebidas durante as atividades de ensino-prático da disciplina de AGSCSUS, além da própria implementação do material construído. O bolsista extensionista e os monitores da disciplina de AGSCSUS participaram contribuindo nas orientações aos discentes.

Desta forma, o planejamento das tecnologias em saúde foi pautado a partir da experiência de cada grupo de discentes, fundamentado nas observações, diálogos, escutas e troca de experiências entre os discentes, profissionais de saúde e comunidade, construídas em unidades de saúde e nas comunidades do município do Rio de Janeiro, Brasil.

No ano de 2022, construíram-se oito tecnologias em saúde em diferentes formatos: *folder* informativo com *QRCode*, cartilhas, jogos, grupos de diálogo e *banner*. Os temas foram articulados às necessidades de cada serviço de saúde e às características comunitárias do território de abrangência.

Os temas explorados pelos discentes, profissionais de saúde e comunidade foram: “Boas práticas de Enfermagem para a Atenção Básica” voltadas à segurança do paciente; informações quanto aos “Eventos adversos da vacina contra a Covid-19” e “O que fazer ao testar positivo para Covid-19?”; atividade de educação em saúde quanto à “Higienização das mãos” para a comunidade; fluxograma orientador para “Melhorias no atendimento das salas de imunização, procedimento, curativo e síndrome gripal de uma clínica da família”; “Jogo de tabuleiro para compreensão das práticas de vigilância em saúde”; *folder* com informação sobre “Educação em Saúde no controle da sífilis”; e educação permanente para as equipes de saúde com o “Jogo da notificação de agravos em saúde”.

Além das tecnologias supracitadas, foi possível contribuir com a redação do material que apoia o curso de “Formação em saúde integral, reprodutiva e sexual com foco na inserção, revisão e remoção de dispositivos intrauterinos na Atenção Primária à Saúde e maternidades” para enfermeiros que atuam na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro a partir da experiência dos discentes.

No ano de 2023, apresentou-se a proposta de construção de tecnologias em saúde, novamente, aos discentes da disciplina de AGSCSUS e aos profissionais de



saúde dos locais de ensino-prático. Neste momento, a articulação com a extensão universitária apresenta-se como potente pela experiência construída no projeto de extensão e pela continuidade das ações extensionistas, pois as tecnologias construídas nas experiências anteriores são apresentadas, durante todo o ano, aos discentes como estímulo à criatividade e descrito a sua aplicabilidade nas unidades de saúde de desenvolvimento do projeto de extensão “Escola como lócus do cuidado”.

Assim, foram construídas sete tecnologias em saúde, das quais três voltadas para informações à comunidade: 1) construção da cartilha “Você conhece o Conselho Municipal de Saúde?”, 2) atividade de educação em saúde por meio do jogo “Mitos e Verdades” na temática infecções sexualmente transmissíveis para idosos, e 3) simulação de primeiros socorros com a produção de folder informativo. Para a educação permanente dos profissionais de saúde, construíram-se as tecnologias: 1) fluxograma de atendimento e acolhimento de pessoas com sintomas respiratórios, norteado pela pergunta “Quando suspeitar de tuberculose?”, 2) vídeo informativo sobre “Vamos conversar sobre o nome social?”, 3) cartilha com jogos interativos sobre “Caderneta de Vacinação”, e 4) cartaz com a organização de informações técnicas sobre “Cobertura de curativos”.

4 Construção compartilhada do conhecimento: nossas feiras de divulgação de conhecimento

A construção coletiva das tecnologias em saúde são desenvolvidas nos territórios das unidades de saúde, em diálogo com a população e os profissionais de saúde. Como estratégia para criar um espaço dialogado e motivador durante a disciplina de AGSCSUS, foram promovidas duas feiras intituladas “Feira de Construção Compartilhada do Conhecimento entre serviço e universidade”, realizadas nos meses de agosto de 2022 e janeiro de 2023 nas dependências da Universidade. Estas feiras possuíam a finalidade de divulgação da produção científica produzida em articulação com a extensão.



As feiras possibilitaram a articulação entre universidade, serviços de saúde e população. Os profissionais de saúde participaram como convidados avaliadores da produção técnica, analisando a criatividade e aplicabilidade das tecnologias no cotidiano de suas práticas em saúde.

Tal atividade extensionista, aberta à população, possibilita o diálogo dos discentes inseridos na disciplina de AGSCSUS com profissionais de diferentes unidades de saúde e, conseqüentemente, realidades territoriais diversas. Além de qualificar a tecnologia em saúde construída, aproxima a universidade dos serviços de saúde ao acolher profissionais de saúde que atuam como preceptores durante o ensino-prático.

As feiras possuem a capacidade de motivar os discentes na formação acadêmica voltada para a compreensão, análise e proposição de ações que respondam às necessidades dos serviços de saúde e das comunidades, o que potencializa a formação cidadã e profissional por meio da curricularização da extensão.

5 Conclusão

Observou-se que a proposta de produção de tecnologias em saúde obteve êxito na articulação entre ensino, serviço e comunidade, pois potencializou a produção de tecnologias voltadas às necessidades em saúde da população e do serviço, aproximou os discentes do cotidiano da prática profissional, e fortaleceu o vínculo entre a universidade, o serviço e a comunidade.

Nesse sentido, as atividades já desenvolvidas no projeto de extensão foram expandidas para outras unidades de saúde e comunidades devido à articulação com a disciplina de AGSCSUS.

Além disso, a prática extensionista de construção de tecnologias viabilizou a promoção da saúde junto às comunidades, apoiou a educação permanente dos profissionais de saúde e aproximou os discentes de uma formação a partir dos territórios de vida da população, ampliando a formação com base na troca de experiências, do diálogo e da construção compartilhada do conhecimento.



A partir deste relato de experiência, espera-se compartilhar com a comunidade científica uma das diversas formas de articulação entre o ensino e a extensão, apresentando a potência presente na referida articulação para uma formação voltada à realidade de cada território de vida, ao reconhecer as necessidades da população e ao atuar junto aos profissionais e à sociedade.

Assim, a articulação do projeto de extensão “Escola como locus do cuidado” junto à disciplina de AGSCSUS proporcionou aos discentes aproximação a prática em interação contínua de troca de saberes entre os atores envolvidos no processo de construção do conhecimento, e compreensão das demandas dos profissionais e da comunidade, através da participação dos mesmos no planejamento, avaliação e implementação de novas tecnologias em saúde e no enfrentamento dialogado de necessidades acerca de cada realidade local.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução N° 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União. 17 dez. de 2018, Seção 1, p. 34. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72_018.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CARVALHO, Mara A. P.; ACIOLI, Sonia; STOTZ, Eduardo N. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, Eymard M. (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: Hucitec, 2001. 281p. p. 101-114. Disponível em:

<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/18651>>.

Acesso em: 15 mar.2023.



FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS E SESU/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária edição atualizada**. 2001. Disponível em: <http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GUEDES, Ana Cristina C. M.; SÍNDICO, Sergio R. F. Implantação de telessaúde em hospital de alta complexidade: o desafio de construir campo de interlocução entre o desenvolvimento tecnológico e a qualificação em saúde. **Jornal Brasileiro de Telessaúde**, v.3, n. 2, p. 56-63, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/jbtelessaude/article/viewFile/13590/10398>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **II Caderno de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, Editora MS, 2014. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf> Acesso em: 15 mar. 2023.

PEREIRA, Noemi F. F.; VITORINI, Rosilene A. S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 01-591 jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047/16120>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RIBEIRO, Mayra R. F.; PONTES, Verônica M. de A.; SILVA, Etevaldo A. A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 1, p. 52-65, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5141/514154370005/html/>> Acesso em: 15 mar. 2023.

